



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP- Bauru

**FAMÍLIA, CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E TRABALHO:
FATORES DE VULNERABILIDADE E DE PROTEÇÃO**

Bauru

2022

Natália Leal Vio

Família, consumo de substâncias psicoativas e trabalho: fatores de vulnerabilidade e de proteção

Dissertação de Mestrado do programa de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem – Unesp/Bauru, parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.
Orientadores: Profª. Dra. Marianne Ramos Feijó. Coorientador: Prof. Dr. Mário Lázaro Camargo.

Bauru

2022

Ata de Defesa



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE NATALIA LEAL VIO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 20 dias do mês de janeiro do ano de 2022, às 10:00 horas, no(a) Google Meet, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de NATALIA LEAL VIO, intitulada **FAMÍLIA, CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E TRABALHO: FATORES DE VULNERABILIDADE E DE PROTEÇÃO**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. MARIANNE RAMOS FEIJÓ (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia / Universidade Estadual Paulista, Prof. Dr. NELSON IGUIMAR VALERIO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, Profa. Dra. VERA LUCIA MESSIAS FIALHO CAPELLINI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação / Unesp Faculdade de Ciências Bauru. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. MARIANNE RAMOS FEIJÓ

Vio, Natália Leal.

Família, consumo de substâncias psicoativas e trabalho : fatores de vulnerabilidade e de proteção / Natália Leal Vio, 2022
136 f.

Orientadora: Marianne Ramos Feijó
Coorientador: Mário Lázaro Camargo

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Ciências, Bauru, 2022

1. Vulnerabilidade. 2. Trabalho. 3. Substâncias psicoativas. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título.

Dedico essa dissertação às unidades de um todo familiar que estiveram ou estarão em situação de vulnerabilidade para o conflito e fragmentação.

“Adentrar no território do outro é como estar em um rio caudaloso sem margens fixas, que flui na geografia dos terrenos por onde passamos, significa respeitar os contornos de enchentes e vazantes, considerando sempre o mar de possibilidades favorecido pelos Tempos Líquidos”.

Marilene Grandesso.

AGRADECIMENTOS

À UNESP, especificamente à Faculdade de Ciências de Bauru e aos docentes e servidores desta instituição, na qual pude realizar o curso de pós-graduação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) pelo apoio e financiamento prestado a este estudo (código 001).

Aos meus orientadores Dra. Marianne Ramos Feijó e Mário Lázaro Camargo pela disposição, habilidade e cuidado com os quais têm auxiliado em meu estudo. À Marianne, pela conduta sempre gentil e assertiva com a qual compartilhou saberes e cuidou de guiar os meus passos no estudo, pesquisa e extensão. Ao Mário, pela disposição e competência com as quais sempre esteve presente na coorientação dos estudos, da dissertação, pesquisas e trabalhos afins.

À Dra. Vera Capellini, por ministrar, graciosamente, aulas inesquecíveis e por conceder o espaço de extensão junto ao serviço do Núcleo Técnico de Atenção Psicossocial (NTAPS). À Vera, agradeço também pelo aceite em contribuir com a banca. À Dra. Ana Regina Noto e Nelson Iguimar Valério por participarem da minha qualificação e aos doutores Hugo Ferrari Cardoso e Eroy Aparecida da Silva por aceitarem assumir como suplentes da banca.

Aos meus pais, padrinho, madrinha, Carolyn e Pâmela, sou eternamente grata pelo que já fizeram por mim, sobretudo pela força e apoio.

À Samara, Luciana, Fred e todos os outros funcionários da Delegacia da Mulher da cidade de Araçatuba, por terem, de forma solícita, permitido que eu realizasse a pesquisa na instituição e prestado auxílio ao longo da coleta de dados.

À parceira Isabella Oliveira, por partilhar estudos e pesquisas, assim como oferecer escuta e amparo. À Simone Pantaleão Macedo, à Rita Venturolli, à Flávia Santiago de Oliveira e ao Renato Fajardo, por terem me orientado ao longo da graduação, o que permitiu que eu trilhasse os caminhos do mestrado.

Aos amigos, especialmente à Camila Canha e Juliana Ijiri porque, além do constante amparo, também tornaram meu caminho mais leve.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUDIT	<i>Alcohol Use Disorders Identification Test</i>
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
COVID-19	<i>Corona Vírus Disease</i>
EACT	Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho
EADRT	Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho
ECHT	Custo Humano do Trabalho
EIPST	Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho
ESUL	Escala de Suporte Laboral
ITRA	Inventário sobre o Trabalho e Riscos de Adoecimento
OMS	Organização Mundial de Saúde
PSC	Pensamento sistêmico e complexo
SPA	Substâncias psicoativas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 (Cap. I)- Distribuição de todas as publicações organizadas a partir das categorias.....	11
Tabela 2 (Cap. I)- Consumo de álcool em envolvidos em situações de violência.....	12
Tabela 3 (Cap. I)- Associação violência-consumo de álcool.....	12
Tabela 4 (Cap. I)- Associação do consumo de álcool em vítimas.....	13
Tabela 1 (Cap. II)- Distribuição pela natureza das infrações.....	15
Tabela 2 (Cap. II)- Distribuição por ocupação	16
Tabela 3 (Cap. II)- ESUL- percepção de suporte no trabalho.....	17
Tabela 4 (Cap. II)- Contexto de trabalho.....	18
Tabela 5 (Cap. II)- Custo humano do trabalho	19
Tabela 6 (Cap. II)- Frequência de conflitos relacionados ao trabalho	22
Tabela 7 (Cap. II)- Consumo de SPA dos participantes	22
Tabela 8 (Cap. II)- Audit Zona de risco para o consumo de bebida alcoólica dos participantes	23
Tabela 1 (Cap. III)- Área de formação	47
Tabela 2 (Cap. III)- Variação na renda durante a pandemia	48
Tabela 3 (Cap. III)- Consumo de bebida alcoólica em quem mora com os participantes	49
Tabela 4 (Cap. III)- Consumo de bebida alcoólica dos participantes.....	50
Tabela 5 (Cap. III)- Motivos de conflitos em docentes.....	51
Tabela 6 (Cap. III)- Motivos de conflitos em discentes.....	51
Tabela 7 (Cap. III)- Sensações e sentimentos durante a pandemia	52
Tabela 8 (Cap. III)- Principais vulnerabilidades em docentes.....	52
Tabela 9 (Cap. III)- Aspectos de vulnerabilidade em docentes.....	53
Tabela 10 (Cap. III)- Suporte/apoio de familiares para o trabalho/estudo remoto DURANTE a pandemia	54
Tabela 11 (Cap. III)- Fatores protetivos e forças	55

SUMÁRIO

I- ASSOCIAÇÕES ENTRE O CONSUMO DE ÁLCOOL E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA.	9
Introdução	9
2. Objetivo	10
3. Metodologia	10
4. Resultados	12
5. Considerações Finais	25
6. Referências	25
II- PRECARIEDADE NO TRABALHO E O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS EM DENUNCIANTES E ACUSADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.	32
1. Introdução	33
1.1 Relações entre o trabalho, o uso e abuso de álcool e a violência doméstica.	34
2. Objetivos	38
3. Metodologia	39
4. Resultados	43
4.1 Contexto de trabalho no passado e presente	44
4.2 Uso de substâncias psicoativas	51
4.3 Situação Familiar e contexto de violências no passado e presente	54
4.4 Contexto Socioeconômico	57
5. Discussão	57
6. Considerações finais	62
7. Referências	63
III – O TRABALHO, A SAÚDE E AS RELAÇÕES FAMILIARES DE DOCENTES E DISCENTES NA PANDEMIA: VULNERABILIDADES E FORÇAS	69
1. Introdução	69
1.1 Antecedentes ao contexto pandêmico	71
1.2 O pensamento sistêmico e complexo e as vulnerabilidades e forças na pandemia	72

	10
2. Objetivos	75
3. Metodologia	76
4. Resultados	77
4.1 Dados gerais/apresentação	77
4.2 Trabalho e estudo remoto	78
4.3 Saúde física e mental	80
4.4 Relações familiares	81
4.5 Forças e fatores protetivos	85
5. Discussão	87
6. Considerações Finais	90
7. Referências	90

1- Apresentação

A mestranda é psicóloga clínica e realizou plantão na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) na cidade de Araçatuba, onde a presente pesquisa foi desenvolvida. Essa instituição é especializada no atendimento de crianças, adolescentes e mulheres que sofreram violência doméstica. O interesse da mestranda pela DDM surgiu durante o ano de 2018, em estágio de Psicologia, por meio do qual foi possível identificar que as situações de violência doméstica eram a demanda prevalente da instituição. Verificou-se que o consumo de substâncias psicoativas (SPA) e o desemprego ou trabalho informal eram características recorrentes nos sujeitos envolvidos nessas situações de violência dessa delegacia.

A necessidade de estudar essas situações de violência doméstica é relevante, uma vez que correspondem a um problema de saúde pública no Brasil, com altos índices de ocorrência e consequências diversas que atingem os sujeitos envolvidos, a família e a comunidade. Entretanto, constatou-se escassez de estudos que concomitantemente investigam: as “vítimas” e os “agressores”, o consumo de SPA e as condições de trabalho deles. Deste modo, uma compreensão embasada no pensamento sistêmico e complexo é crucial.

Dada a conjuntura, a mestranda elaborou projeto principal de pesquisa para investigar a violência doméstica e os sujeitos nela envolvidos, especialmente o consumo de SPA e as condições de trabalho dos participantes. Essa investigação incluiu, a priori, um levantamento bibliográfico e coleta de dados em campo na DDM.

É importante informar que a pesquisa de campo foi atravessada pela eclosão da pandemia por Covid-19, entretanto, o plantão da mestranda para a coleta de dados ocorreu mesmo durante a pandemia, com a adoção das medidas de segurança. Escolheu-se manter o plantão durante a pandemia, porque a mestranda considerou essencial a presença de um psicólogo na DDM durante esse período. Nessa etapa da pesquisa, em campo, na DDM, foi possível coletar os dados, mas também, fornecer a escuta qualificada e o acolhimento para a equipe e para a clientela da instituição.

Além do levantamento bibliográfico e da coleta de dados em campo, previstos a priori, o inédito contexto de pandemia no mundo contemporâneo e o corriqueiro problema da violência doméstica influenciaram a decisão de coletar dados online para compor esse estudo.

Os resultados das coletas geraram produções apresentadas em congressos e os estudos se encontram em formato de capítulos, sendo o primeiro, a revisão bibliográfica sobre o tema principal deste estudo: a associação entre o álcool, o trabalho e a violência.

O segundo capítulo corresponde à pesquisa quanti-qualitativa descritiva principal, uma investigação e discussão sobre as condições de vida e de trabalho e o uso de substâncias psicoativas em denunciante e acusados de violência doméstica contra a mulher, desenvolvida em delegacia.

O terceiro capítulo apresenta o resultado de uma pesquisa com coleta de dados *online*, com objetivo de investigar vulnerabilidades e possíveis fatores de proteção, com ênfase no trabalho, nas relações familiares e na saúde de docentes e discentes do ensino superior durante a pandemia por covid-19.

Nas considerações, são brevemente apontadas possíveis intervenções pensadas a partir da pesquisa principal sobre violência, trabalho e o uso de substâncias psicoativas, além de perspectivas para futuras investigações sobre os impactos da pandemia por COVID-19 em trabalhadores e alunos do ensino superior, pensado em resposta à pesquisa do quarto capítulo.

I- ASSOCIAÇÕES ENTRE O CONSUMO DE ÁLCOOL E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA.

Resumo

Realizou-se revisão integrativa da literatura para investigar as relações entre os temas: trabalho (emprego), consumo de álcool e a violência (de qualquer tipo, contra qualquer pessoa, em qualquer idade), tanto em autores de atos violentos, quanto nas "vítimas". Foram utilizados nas bases eletrônicas de dados os seguintes descritores: álcool, trabalho, violência. Obtiveram-se 377 publicações, das quais 49 atenderam aos critérios de inclusão e foram organizadas nas categorias. Para tanto, constatou-se que a maioria dos artigos estabelecia relações entre duas variáveis, portanto, foram definidas com base na análise de conteúdo de Bardin, conforme essas relações entre: 1- álcool e violência, 2- álcool e trabalho, 3- trabalho e violência, 4- duas categorias e 5- todas as categorias. Relações e condições de trabalho ruins podem influenciar e serem influenciadas por conflitos e violências na família, assim como o consumo nocivo de substâncias psicoativas (SPA). Constatou-se que os artigos desenvolvem compreensão fragmentada das relações entre os fatores estudados, como apresentado nas categorias, nas quais prevaleceram um ou outro fator associado. Assim, o estudo da complexidade destas relações e interações é uma lacuna de pesquisa.

Palavras-chave: trabalho, substâncias psicoativas, álcool, violência.

I- ASSOCIATIONS BETWEEN ALCOHOL CONSUMPTION AND WORKING CONDITIONS IN VIOLENT SITUATIONS.

Abstract

An integrative literature review was carried out to investigate the relationships between the themes: work (employment), alcohol consumption and violence (of any kind, against anyone, at any age), both in perpetrators of violent acts and in the " victims". The following descriptors were used in the electronic databases: alcohol, work, violence. A total of 377 publications were obtained, of which 49 met the inclusion criteria and were organized into categories. Therefore, it was found that most articles established relationships between two variables, therefore, they were defined based on Bardin's content analysis, according to these relationships between: 1- alcohol and violence, 2- alcohol and work, 3- work and violence, 4- two categories and 5- all categories. Poor relationships and working conditions can influence and be influenced by conflicts and violence in the family, as well as the harmful consumption of psychoactive substances (SPA). It was found that the articles develop a fragmented understanding of the relationships between the factors studied, as shown in the categories, in which one or another associated factor prevailed. Thus, the study of the complexity of these relationships and interactions is a research gap.

Keywords: work, psychoactive substances, alcohol, violence.

1. Introdução

O trabalho é crucial na constituição do sujeito, pela possibilidade de transformação e relação com o meio social, através do qual se identifica, constrói a autoestima e a identidade (VIAPIANA, GOMES, ALBUQUERQUE; 2018). Entretanto, após a revolução industrial e recentemente, a globalização, as relações de trabalho sofreram diversas alterações que favoreceram o adoecimento físico e mental do trabalhador (VIAPIANA, GOMES, ALBUQUERQUE; 2018).

O trabalho pode ocasionar conflitos na família (FEIJÓ et al, 2017) e se associar ao consumo de substâncias psicoativas (SPA) e estes aspectos podem manter relação recursiva entre si e ter impactos sobre o trabalho. Quando os conflitos em família não são resolvidos de forma pacífica, podem se transformar em episódios de violência (VINCENTIM; LEME, 2014) e há indícios de que o consumo de álcool e outras SPA está relacionado à ocorrência desses conflitos, assim como a dificuldades em lidar com o sofrimento, que pode ter origem no trabalho (DEJOURS, 1992).

Todavia, a ciência positivista tende a buscar estabelecer relações de causalidade única, o que prejudica a compreensão de fenômenos complexos como as associações entre o trabalho, a violência e o consumo de álcool. Por isso, conforme Morin (2011), é essencial buscar compreensão sistêmica e complexa da realidade, o que pressupõe admitir que a realidade e os fenômenos não são estáveis, previsíveis e controláveis.

Assim, é possível que a produção científica sobre os temas estabeleça relação entre um ou outro fator e não uma compreensão entre os vários. Devido a demanda de compreender essas interações em sua complexidade, esse trabalho tem o objetivo de investigar na literatura as relações estabelecidas entre o trabalho, a violência e o consumo de álcool.

2. Objetivo

O objetivo foi realizar revisão integrativa da literatura para investigar, no contexto da realidade brasileira, possíveis relações entre os temas: trabalho (no sentido de atividade laboral que garanta a subsistência, remunerada ou não, formal ou informal), uso de álcool (ingestão de bebida alcoólica) e a violência (de qualquer tipo, contra qualquer pessoa, em qualquer idade); tanto por autores de atos violentos, quanto por "vítimas".

3. Metodologia

No dia 08/03/2020, realizou-se pesquisa por publicações brasileiras nas bases eletrônicas de dados Periódicos Capes e SciELO Org, com a combinação de descritores "trabalho, álcool, violência" e com filtro de busca para publicações do período específico de 2015 a 2020. Os critérios de inclusão foram: artigo cujo contexto de estudo é o Brasil porque compreensões podem ser influenciadas por aspectos culturais e territoriais e pretende-se entender o fenômeno com base nesta cultura; estabelecer, ao menos relação entre duas das três variáveis estudadas (trabalho, álcool e violência); ser escrito em Português.

Foram obtidas 377 publicações, 358 em Periódicos Capes (94,96%) e 19 no SciELO (5,04%), que tiveram dados referentes aos títulos, autores e ano inseridos na tabela de um programa de análise quantitativa para refinamento com relação às duplicações, idioma de escrita e contexto de estudo. Verificou-se 16 publicações duplicadas (4,24%) e duas que não estavam escritas em português (0,5%) e foram excluídas, uma vez que o contexto de estudo é o Brasil.

As 359 publicações restantes tiveram os resumos lidos para verificar se atendiam aos critérios de inclusão referentes às categorias de investigação deste estudo, criadas a posteriori, conforme método de análise de conteúdo de Bardin (2011), com base nas relações que essas publicações faziam entre o trabalho, o uso de álcool e a violência: 1- álcool e violência, 2- álcool e trabalho, 3- trabalho e violência, 4- duas categorias e 5- todas as categorias. Foram incluídas publicações em português e que citaram, mesmo que de forma sucinta, algumas dessas relações. Foram excluídas aquelas que nem ao menos sugeriram alguma relação entre os objetos de estudo (86,63%), restaram 49 publicações, apresentadas nas categorias na tabela abaixo.

Tabela 1 - Distribuição de todas as publicações organizadas a partir das categorias.

Categorias	Frequência	Porcentagem
1- álcool e violência	29	59
2- álcool e trabalho	4	8,1
3- trabalho e violência	1	2,04
4- duas categorias	11	22
5- todas as categorias	4	8,16

Total**49****100,00****Fonte:** elaboração da autora.

Em "1", foram incluídas publicações que relacionam o uso de álcool antes ou depois dos atos violentos; tanto como causador, potencializador ou consequência da violência para autores ou vítimas. Em "2" aquelas nas quais o contexto e condições de trabalho foram fatores associados ao uso e abuso do álcool. Em "3", as que mencionaram influência do contexto e condições de trabalhos para atos violentos. Já em "4", concomitantemente, pelo menos duas das relações de 1 a 3 e em "5", todas as relações.

Todas as publicações incluídas em cada categoria foram resumidamente apresentadas conforme título, autor, revista, ano, objetivo e resultados. Realizou-se leitura integral das publicações escolhidas e discussão sobre os aspectos principais e pertinentes a esse estudo.

4. Resultados

4.1 Álcool e violência

A maioria dos resultados incluídos nesta revisão (60%) abordaram a relação estabelecida entre o uso de álcool com a violência. Conforme Jesus e Sobral (2017) a violência é ocasionada por diversos fatores, como o uso de álcool, que, para Ferreira, Cortes e Gontijo (2019), apresenta associação positiva com ocorrências de violência.

Nesta categoria, e como apresenta-se na Tabela 2, constata-se que o consumo de álcool era mencionado: 1- por autores de violência, 2- por vítimas, 3- por ambos.

Tabela 2 - Consumo de álcool em envolvidos em situações de violência.

Relação consumo de álcool	Frequência	Porcentagem
1-em autores	18	60
2-nas vítimas	5	16
3-em ambos	7	23
Total	30	100,00

Fonte: elaboração da autora.

Mais da metade da amostra relacionou uso de álcool a autores de violência (60%), já em vítimas foi menos expressivo, com 16%, e a menção ao uso de álcool tanto em autores, quanto em vítimas de violência ocorreu em pouco mais de um quinto da amostra, 23 %.

Nos autores, o uso foi entendido como um motivo ou fator de risco para o evento de violência ou associado à intensidade da violência (Tabela 3).

Tabela 3 - Associação violência-consumo de álcool

Conteúdo	Frequência	Porcentagem
A.Motivo/ fator de risco	18	17
B. Gravidade	5	67
Não especifica	4	14
Total	27	100

Fonte: elaboração da autora.

O uso de álcool como motivo apareceu na maioria de 67%, já o álcool como fator que influencia a gravidade da ação violenta apareceu em 17% e 14% não foi mencionado.

Com relação a como o uso de álcool foi mencionado nas vítimas, obteve-se que apareceu como fator de A - vulnerabilidade ou B – Consequência (Tabela 4).

Tabela 4 - Associação do consumo de álcool em vítimas

Conteúdo	Frequência	Porcentagem
A.Vulnerabilidade	4	33
B. Consequência	5	41
Não especifica	3	25
Total	12	100

Fonte: elaboração da autora.

Quase a maioria da amostra entendeu o álcool como uma consequência da violência (41%), contudo uma parte considerável (33%) citou o uso de álcool como fator de vulnerabilidade para sofrer violência e 25% não especificou o papel desse uso em vítimas.

4.1.1 Em Autores

Rates et al. (2015), Amaral et al. (2016), Andrade et al. (2016), Neves e Garcia (2016), Bebendo, Andrade e Noto (2018) e Holanda et al. (2018) citaram o consumo de álcool como fator presente em muitos registros de violência.

Bebendo, Andrade e Noto (2018), ao identificarem as principais modalidades de intervenções via Internet para limitar o uso de álcool por estudantes universitários e descrever os efeitos dessas intervenções, perceberam que o uso de álcool favorece a violência.

Amaral et al. (2016) investigaram as diferenças antes e após a criação da Lei Maria da Penha (LMP) nas agressões sofridas pelas mulheres e constataram que, além do uso de álcool e drogas ilícitas, autores de violência doméstica costumam ser homens jovens e que desenvolvem trabalhos manuais.

Em Pinto, Oliveira e Duarte (2015) e Souza e Antunes (2018), atos violentos e criminosos estiveram vinculados ao consumo de álcool. Pinto, Oliveira e Duarte (2015) fizeram relato de experiência desenvolvida de modo interdisciplinar por estudantes em projeto e mencionaram rapidamente que o uso de álcool está relacionado a problemas familiares e à violência.

Em concordância, Arêas Neto, Constantino e Assis (2017) revisaram artigos científicos da área da saúde sobre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas e constataram correlação estatística significativa entre o uso de álcool e maconha com atos infracionais praticados por adolescentes e o abuso de álcool aumentou em 2,4 vezes a chance de praticar infrações violentas.

A. Motivo/Fator de risco

Toledo, Górgora e Bastos (2017) discutiram os contextos de vulnerabilidade e exclusão social de usuários de SPA e verificaram que segundo o discurso psicofarmacológico, o álcool e outras SPA são fatores de risco para ações violentas porque podem resultar em comportamentos agressivos ou violentos, entretanto, não há clareza sobre como essas substâncias influenciam o comportamento individual dos envolvidos em casos de violência.

Chaves e Garcia (2017) analisaram o funcionamento da Casa Abrigo sob a ótica das mulheres em situação de violência e, para eles, a violência doméstica contra a mulher praticada por companheiro ou cônjuge é influenciada por diversos fatores, como problemas conjugais e o uso de álcool pelo autor da violência. De acordo com Suxberger e Ferreira (2016), o uso de álcool e problemas conjugais, como o ciúme, são percebidos por vítimas dessa forma de violência como aspectos que influenciam o comportamento do autor da violência. Em concordância, Chaves e Garcia (2019) verificaram a prevalência do ciúme e uso de álcool como motivos para a violência doméstica na percepção das vítimas, além do que, Suxberger e Ferreira (2016) constataram que tais motivos foram identificados na percepção da sociedade.

Ferreira et al. (2016) tentaram destacar a importância das políticas de caráter multidisciplinar para o enfrentamento da violência doméstica e familiar, abordaram as características sociodemográficas e de saúde das mulheres vítimas de violência e citaram que a maioria dos relatos de violência doméstica contra a mulher envolvem o uso de substâncias psicoativas e motivos banais, como o ciúme.

Além do uso e abuso de álcool e o ciúme, Amaral et al. (2016) mencionam questões de gênero em relações violentas como motivações para violências contra mulheres. Mesquita Filho et al. (2018), pesquisaram a existência de preconceitos contra a mulher entre trabalhadores da Atenção Primária em Saúde e identificaram fatores associados: preconceito de gênero, consumo de álcool e drogas e a escolaridade como razões para a violência contra a mulher. No estudo de Mesquita Filho et al. (2018) o consumo de bebida alcoólica aumentou a propensão dos sujeitos a comportamentos de sexismo hostil, o que indica fator de risco para esses comportamentos e para a violência contra a mulher.

Jader et al. (2017) objetivaram investigar a incidência por Transtornos Mentais Comuns (TMC) em assentamentos rurais de alguns locais e influência do gênero no sofrimento. Em Jader et al. (2017) a violência doméstica contra a mulher era justificada pelas vítimas como decorrente do uso de álcool, de modo a desresponsabilizar os agressores pelos atos praticados.

Nóbrega et al. (2019) analisou as representações sociais do comportamento agressivo do homem sob a ótica da mulher agredida e as vítimas de violência intrafamiliar também atribuíram dois significados para o comportamento violento do agressor: um como efeito do vício em SPA, outro como decorrente de transtornos de personalidade ou

comportamento, de modo que o ato de violência se configurou como manifestação de doença do autor.

Holanda et al. (2018) investigaram os fatores associados à violência contra as mulheres na atenção primária à saúde e verificaram que as vítimas atribuem a agressão ao motivo do uso abusivo de álcool pelo autor da violência. Conforme Holanda et al. (2018), o consumo de álcool é fator de risco para a violência conjugal e para as vítimas, o uso abusivo de álcool é fator flagrante da violência e elas constatarem melhora no relacionamento conjugal quando o companheiro suspende o uso de álcool.

Rates et al. (2015) analisaram notificações de violências contra crianças entre 0 a 9 anos e o uso de álcool foi identificado como fator de risco para cometer violência doméstica contra crianças.

Nicoletti, Giacomozzi e Cabral (2017) analisaram dois casos de abuso sexual contra meninas e apontaram características da dinâmica de famílias nas quais ocorre a violência doméstica, sob forma de abuso sexual, contra crianças: pai alcoolista, pais que sofreram negligência ou violência, inversão de papéis, dentre outros.

Tomasi e Macedo (2015) tiveram como objetivo de pesquisa, entender o ato infracional a partir da história de vida de adolescentes em conflito com a lei e dos significados atribuídos por eles aos atos cometidos. Neste estudo, adolescentes em conflito com a lei que foram vítimas de violência na infância entendiam os atos violentos das figuras parentais como descontrole devido ao uso de SPA. Inclusive, isto apresentou consequências de transmissão de modelos violentos dos pais para os filhos.

Para Holanda et al. (2018) o álcool pode ser a droga mais nociva à dinâmica familiar devido a aceitação social, principalmente para homens, e ao consumo intenso. Por isto, Holanda et al. (2018) considera importante que a atenção primária à saúde estabeleça planos de uso de álcool, a serem executados nas comunidades. Acrescenta-se que, como verificou Mesquita Filho (2018), o preconceito de gênero e consumo de bebida alcoólica colaboram para atos de violência e estão presentes também em trabalhadores da atenção primária. Portanto, para esses autores, o combate à violência contra a mulher deve considerar políticas públicas e educação continuada às equipes de saúde.

B. Gravidade

Andrade et al. (2016) investigaram os fatores associados à violência por parceiro íntimo perpetrada após a revelação do diagnóstico de doenças sexualmente transmissíveis (DST). Esses autores concluíram que o álcool contribui para aumentar a frequência e gravidade de eventos violentos, uma vez que os efeitos da substância prejudicam o autocontrole, cognição e, possivelmente, a capacidade de resolver conflitos de forma não-violenta.

O álcool foi fator determinante para a ocorrência e gravidade de agressões, principalmente as mais graves ou seguidas de morte para Leal e Antunes (2018) que refletiram sobre a qualidade do testemunho apresentado em dois casos a partir de textos midiáticos e sua confrontação com o testemunho individual. Para Holanda et al. (2018) o álcool é fator que exacerba a magnitude da violência e aumenta a vulnerabilidade das vítimas.

Para Amaral et al. (2016) o uso abusivo de álcool e de drogas é um agravante da violência doméstica sofrida por mulheres, contudo, ainda é impossível estabelecer relação causal entre uso e abuso de álcool e a violência doméstica.

Jesus e Sobral (2017) verificaram como os policiais responsáveis pelo atendimento às mulheres compreendem tal fenômeno. Eles associaram a disposição dos sujeitos para praticar violência a algum momento “oportuno”, como após o consumo de álcool. Assim, para esses autores, o álcool e outras SPA, assim como o estresse seriam como “desculpas” dos sujeitos para praticar uma violência.

Para Viera et al. (2017) o consumo de álcool contribui para a ocorrência e gravidade de eventos violentos, tanto em vítimas, autores ou até mesmo em situações de violência autoprovocadas ou acidentes não intencionais.

4.1.3 Em ambos

Mello et al. (2017) averiguaram associações entre a prática de *bullying* com variáveis sociodemográficas, de saúde mental e de comportamentos de risco em escolares e detectaram que escolares autores de *bullying*, uma forma de violência no âmbito escolar, apresentavam padrão de consumo de álcool mais expressivo quando comparados às vítimas. Inclusive, a prática de *bullying* foi mais frequente naqueles que relataram uso de tabaco, álcool, experimentar drogas e em escolares que relataram ter tido relação sexual.

Com base em Galduróz et al. (2010) é comum que o primeiro contato com o álcool aconteça ainda na infância e adolescência, momento de grande vulnerabilidade social e psicológica, uma vez que nesse período ocorre busca por novas experiências e comportamentos de ansiedade, insegurança e impulsividade. Galduróz et al. (2010) enfatizam que apesar do risco de experimentar bebida alcoólica nesse período, poucos irão desenvolver o uso problemático na vida adulta.

Santos et al. (2016) objetivaram analisar a completitude dos dados de violência perpetrada contra adolescentes e constataram que o uso de álcool é comum tanto em autores, quanto em vítimas de violência, sem estabelecer mais relações. Ferreira et al. (2016) coloca que o uso de álcool é fator frequente em relatos de violência doméstica contra mulheres.

Para Souza et al. (2018), o consumo exagerado de álcool que está associado à violência doméstica e, homens em regiões de maior vulnerabilidade social estavam mais suscetíveis ao abuso de álcool e outras drogas e, subsequentemente, mais propensos a praticar ou sofrer violência. Souto et al. (2017) citam alto índice de agressões em bares como um indicador dessa relação e o papel do álcool como substância que desinibe. Em vários países o consumo de álcool está relacionado à violência doméstica e são maiores os riscos de praticar ou sofrer violência quando se utiliza do álcool (SOUTO et al., 2017).

Souza et al. (2017) estudaram o efeito da idade-período e do coorte de nascimento (APC- modelo *age-period-cohort*) nos homicídios em mulheres e o consumo de álcool foi aspecto a aumentar a probabilidade para praticar ou sofrer ações violentas. Segundo Melo e Garcia (2017), no Brasil e no exterior, o uso de álcool é associado a eventos de violência e, para Viera et al. (2017), o consumo de álcool esteve associado a violência interpessoal.

Warmling, Lindner e Coelho (2017) descreveram a prevalência de violência por parceiro íntimo (VPI) em idosos e seus fatores associados e o beber intenso contribuiu para atos de violência, mas os autores ressaltaram que não é condição primária e não determina tal conduta, mas tem impacto sobre a gravidade da violência.

4.1.3 Nas vítimas

Fontes, Conceição e Machado (2017) objetivaram descrever o perfil da vítima de violência sexual na adolescência e impactos sobre a saúde mental e citaram que é frequente o uso de álcool em jovens que sofreram violência. Velten et al. (2017) compararam o perfil de mortalidade por causas externas entre Adventistas do Sétimo Dia com a população geral. Eles

obtiveram que os adventistas costumam consumir menos álcool e, sobre a população em geral, concluíram que o uso de álcool em vítimas de violência é fator que aumenta a vulnerabilidade e pode ocorrer, ainda, como modo de lidar com os traumas da violência.

A. Vulnerabilidade

Para Ferreira et al. (2016), existem divergências com relação a fatores de vulnerabilidade para a violência contra a mulher; no Brasil, o risco varia de acordo com: idade, raça, escolaridade, renda, histórico de violência e relacionamento afetivo. Entretanto, em outros países, são considerados fatores como: o histórico de violência, o relacionamento afetivo, o uso de álcool e a atitude da vítima.

Souza et al. (2019) estudaram fatores associados à exposição de adolescentes à violência sexual e mencionaram que o abuso de álcool é problema mundialmente reconhecido como fator de risco para a violência sexual em adolescentes, isto porque a substância provoca alterações comportamentais.

Santos et al. (2019) descreveram e analisaram fatores associados à violência sexual (VS) entre estudantes e mencionaram o consumo de álcool como fator que contribui para tornar adolescentes mais vulneráveis a violências, principalmente a sexual.

B. Consequência

Barufaldi et al. (2017) descreveram o perfil de mortalidade por agressão em mulheres e analisaram se as vítimas de violência notificadas apresentam taxas de mortalidade por esse motivo mais elevadas do que a população feminina geral e constataram maior propensão ao uso de álcool em mulheres vítimas de violência.

O uso de SPA, em específico do álcool, é uma consequência comum em mulheres abrigadas vítimas de violências, além de transtornos mentais, tais como estresse pós-traumático (FERREIRA et al., 2016). O estudo de Ferreira et al. (2016) verificou um aumento do consumo de tabaco e álcool como possível consequência direta da violência, interpretada pelos autores como uma forma das vítimas buscarem aliviar a dor e mal-estar decorrentes das violências sofridas.

A saúde física e psicológica da mulher vítima de violência pode ser prejudicada por lesões, dores e doenças crônicas, quadros de ansiedade, depressão e abuso de álcool, para o

qual vítimas de violência sexual apresentam de duas a três vezes maior risco (BARUFALDI et al., 2017).

A violência doméstica contra crianças, sob forma de violência sexual, pode ocasionar nas vítimas consequências como o abuso de álcool e outras drogas, mas também redução da plasticidade cerebral, comportamento suicida, retraimento social, sentimento de culpa, depressão, baixa-autoestima; dentre outras (NICOLETTI; GIACOMOZZI; CABRAL, 2017).

Warmling, Lindner e Coelho (2017) postulam que o beber pode ser alternativa de vítimas de violência para lidar com o estresse decorrente destas situações.

4.2 Álcool e trabalho

Foram relacionados nesta categoria apenas cinco estudos nos quais identificou-se o tema comum de más condições de trabalho ou a condição de desemprego como vinculadas ao uso de álcool e deste modo, percebeu-se que as más condições de trabalho ou o desemprego em relação ao uso de álcool, seriam fatores de A- Vulnerabilidade, B- Para lidar com o trabalho. O fator vulnerabilidade para o uso de álcool apareceu nos primeiros resultados desta amostra, mas correspondeu a 40%, já mais da maioria (60%), identificou o uso de álcool como forma de conseguir lidar com o trabalho que exige força ou representa risco à vida.

No primeiro estudo, identificou-se o fator de vulnerabilidade. Magno e Castellanos (2015) realizaram estudo para conhecer significados e vulnerabilidades ao HIV/aids entre caminhoneiros de rota longa no Brasil e verificaram que a profissão de caminhoneiro, muitas vezes, envolve condições ruins de trabalho: uso de álcool, anfetaminas, alta carga horária, dentre outras. Além disso, más condições de trabalho e violência nas estradas (ambiente de trabalho dos caminhoneiros) são fatores que tornam esses profissionais socialmente vulneráveis. Conforme os autores, o contexto de trabalho dos caminhoneiros, principalmente os de longas rotas, é ruim, inseguro e de risco, isto porque as estradas são ruins e constituem ambiente de trabalho no qual não há apoio adequado, as empresas são muito exigentes e esses trabalhadores estão expostos à drogadição, violência e prostituição.

Já no segundo estudo, Silva e Menezes (2016) investigaram os significados do uso de álcool entre os jovens de duas comunidades quilombolas e percebeu-se o fator B, o uso do álcool para lidar com o trabalho. Os autores assinalaram que zonas rurais possuem poucos espaços de encontro, mas costumam ter muitos bares e estes locais se tornam ponto de

socialização e descontração para os jovens, onde ocorre o consumo de álcool, assim como nas famílias. Galduróz et al. (2010) também ressalta a bebida alcoólica como substância com ampla disponibilidade comercial e grande aceitação cultural.

Segundo Da Silva e Menezes (2016), o consumo de álcool é influenciado por diversos fatores, como socioeconômicos e a sociabilidade. O consumo de álcool envolve diversas expectativas, como a sociabilidade, uma vez que a substância costuma causar sensação de relaxamento. Jovens de comunidades rurais podem esperar sensações como alegria, coragem ou alternativa para esquecer problemas ou conseguir lidar com eles (SILVA; MENEZES, 2016).

Da Silva e Menezes (2016) citaram que jovens de comunidades rurais podem utilizar o álcool na expectativa de ter coragem para trabalhar, principalmente, quando a tarefa envolvia risco à vida. Além disso, os autores mencionaram o uso da substância com a intenção de lidar com sentimentos, tanto de paixão, quanto de raiva ou tristeza e como forma de atenuar o mal-estar.

No terceiro estudo, Leão (2016) discutiu o trabalho escravo como problema de saúde pública e tratou de possibilidades para ampliar as alternativas de vigilância e atenção integral. Neste estudo o álcool também se apresentou como alternativa para lidar com o trabalho, chamando a atenção para o fato de que apesar de o Brasil ser a sétima maior economia do mundo, mesmo assim trabalhadores são vulneráveis à exploração numa forma moderna de escravidão, devido a desigualdade de renda e educação (LEÃO, 2016). Para este autor, as formas contemporâneas de trabalho escravo são pouco estudadas, mas associam-se a algumas consequências físicas e psíquicas desta condição: sentimentos de isolamento, vergonha, consumo excessivo de álcool e drogas, lesões físicas e traumatismos decorrentes de acidentes, dentre outros.

Também no quarto estudo, o uso de álcool foi associado à forma de lidar com o trabalho. Viveiros et al. (2016) descreveram os sentidos da infância, suas concepções, seus cuidados, assistência e sua educação não escolar durante as primeiras décadas do século XX. No início do século 20, o álcool já era substância associada à força para o trabalho e era servido às crianças pelos pais, porque existia um sentido cultural de que esta substância traria a força necessária para que os filhos trabalhassem no campo. Tal conduta é considerada de risco para o uso problemático porque, de acordo com Galduróz et al. (2010), a precocidade do início do uso de álcool influencia o beber excessivo no futuro.

No último dos estudos, o fator de vulnerabilidade foi identificado. Livani, Carvalho e Alonzo (2016) traçaram o perfil sociodemográfico de alguns trabalhadores em tratamento para recuperação da dependência química e perceberam a relação entre o uso de SPA, as condições de trabalho e a situação de pobreza de grande parte dos trabalhadores industriais. Assim, correspondeu a fator de vulnerabilidade, para esses autores, eventos como perda de ente querido, desemprego, separação conjugal, entre outras, também poderiam estar relacionadas ao início do uso de SPA.

4.3 Trabalho e violência

Apenas um resultado relacionou trabalho e violência, Malta et al. (2019) investigaram fatores associados à violência doméstica contra adolescentes e encontraram que são mais vulneráveis aqueles que são inseridos precocemente no mercado de trabalho. Neste estudo, adolescentes que trabalhavam eram mais vulneráveis a sofrer violência doméstica, o que aponta para fatores socioeconômicos que influenciam esta forma de violência, uma vez que a inserção precoce do adolescente no mercado de trabalho se associa à manifestação de precariedade de renda (MALTA et al., 2019).

Para Galduróz et al. (2010) adolescentes que trabalham também estão mais vulneráveis ao consumo de substâncias, como o álcool ou outras SPA, pois trabalhar expõe precocemente o adolescente aos padrões e papéis do mundo adulto, com aumento da renda e possibilidade de resultar no uso de álcool, no estresse e baixo compromisso com a escola.

Além de vulneráveis à violência doméstica, adolescentes precocemente inseridos na força de trabalho estão propensos a ter dificuldade para continuar a formação acadêmica, de modo que iniciam e podem manter-se em empregos que pagam mal. Também há maior propensão para que estes jovens pratiquem a violência, dado que a escolaridade interage com a capacidade de responder positivamente a situações de tensão. Ainda, como adolescentes que trabalham estão mais vulneráveis à violência doméstica, há possibilidade de reproduzirem na vida adulta a violência sofrida na infância, na transmissão geracional da violência (MALTA et al., 2019).

4.4 Duas categorias

Nesta categoria, criaram-se subcategorias porque, neste grupo 8 resultados vincularam o consumo de álcool ao sofrer ou praticar violência (1) e à outra categoria

supracitada, a saber, condições de trabalho e o consumo de álcool (2) e condições de trabalho e a prática da violência (3), que também apareceu como desemprego e violência (4). Assim, a análise quantitativa foi separada e a apresentada na Tabela 5.

Tabela 5 - Categorias.

Conteúdo	Frequência	Porcentagem
1-Álcool e violência	9	50,00
2- Condições de trabalho e álcool	3	16,67
3-Condições de trabalho e violência	1	5,56
4-Desemprego e violência	5	27,78
Total	16	100,00

Fonte: elaboração da autora.

Oliveira et al. (2017) buscaram analisar a violência doméstica e sexual sofrida pela mulher brasileira, a amostra deles apontou para uma predominância do uso de álcool nas ocorrências de violência, bem como nas justificativas para o ato violento. A saber, estes autores também constataram motivos como o ciúme, o uso de drogas e o desemprego. Oliveira et al. (2017) mencionaram que o desemprego é um evento de desestruturação para a personalidade do sujeito e pode apresentar como consequência os atos violentos.

Também, Avanci et al. (2017), apresentaram achados referentes às subcategorias álcool e violência e desemprego e violência. Esses autores tiveram a intenção de analisar dados de violência intrafamiliar (violência doméstica ou praticada por familiares) e compará-los aos de violência comunitária (praticada fora de casa ou por desconhecidos) e verificaram que os fatores abuso de álcool e desemprego estão relacionados a ambas as formas de violência.

Cruz e Irffi (2019) almejavam analisar o efeito da violência contra a mulher na autopercepção da saúde e concluíram que mulheres vítimas de violência podem atribuir ao uso de álcool ou a problemas no trabalho a motivação para os autores das agressões, o que se configura como forma de desresponsabilizar esses sujeitos pelo ato violento. Além disso, Cruz e Irffi (2019) mencionam o alcoolismo como uma das consequências para as vítimas da

violência doméstica e se enquadram nas subcategorias álcool e violência, trabalho e violência.

Ferreira, Cortês e Gontijo (2019) basearam-se em vários processos judiciais para descreverem o perfil das crianças vítimas de violência doméstica e de seus agressores e avaliar a eficácia das intervenções judiciais na amostra e, conforme o conteúdo, comporam as subcategorias álcool e violência e desemprego e violência. Esses autores verificaram que o uso de álcool pelos autores da violência foi frequente, bem como o desemprego e estes apresentam correlação positiva com a violência doméstica em crianças. Assim, problemas econômicos podem desencadear a violência, devido a privação (FERREIRA; CORTÊS; GONTIJO, 2019).

De Sousa, Moreira e Souza (2018) objetivaram revisar associações entre homicídios e indicadores sociais e perceberam relação positiva entre a quantidade de espaços de consumo de bebida alcoólica e a ocorrência de infrações violentas. Ainda a taxa de desemprego aparece vinculada aos números de homicídios, deste modo, pertenciam às subcategorias álcool e violência e desemprego e violência.

Fernandes, Nitsche e Godoy (2018) verificaram a presença da Síndrome de *Burnout* entre profissionais da área de Enfermagem e a maioria dos profissionais da saúde estudados bebiam de forma moderada e uma parte apresentou padrão de beber de risco e um, de vício. Nessa conjuntura, as condições ruins de trabalho relacionam-se negativamente ao fenômeno aqui estudado, pois envolvem violência e aumentam a vulnerabilidade para o consumo de álcool..

Moraes e Barroso (2016) revisaram e identificaram na literatura os conceitos e as principais representações do alcoolismo. Em síntese, a vida no capitalismo, marcada por algumas peculiaridades nas condições de trabalho e a violência devido à desigualdade constituem fator ambiental para o uso do álcool (MORAES; BARROSO, 2016).

Calado (2016) apresentou as principais questões sobre o uso de SPA na Guerra Colonial Portuguesa, esteve nas subcategorias álcool e violência e condições de trabalho e álcool. Calado (2016) constatou que o abuso de álcool e o uso de *cannabis* entre os militares em conflito pode ser forma de lidar com a pressão, ansiedade e a violência do cotidiano. Neste sentido, as SPA eram alternativas para enfrentar a violência que o trabalho de soldado exigia e despertavam a violência, mas também acidentes e descompensação emocional nos militares.

Por fim, Melo e Garcia (2019) analisaram os fatores associados à agressão por desconhecidos entre homens jovens e perceberam que fatores de risco como não exercer atividade remunerada e consumir bebida alcoólica, de modo que ficaram nas subcategorias álcool e violência e desemprego e violência. Esses autores verificaram ainda, conforme já citado em Malta (2019), taxas de escolaridade que associam a índices de violência e neste sentido, a escola pode ser espaço para prevenir tal fenômeno. Além disso, taxas de violência também estão ligadas a indicadores de desemprego, de modo que estar empregado reduz o risco de se envolver em situações de violência.

4.5 Todas as categorias

Para Amaral et al. (2016), as vítimas de violência doméstica são mulheres jovens, com baixa escolaridade, sem emprego formal e sem renda fixa e beneficiadas por programa de transferência de renda. Já para Barufaldi et al. (2017) mulheres de menor escolaridade apresentaram maior risco de sofrer violência.

Halpern et al. (2017) tiveram o objetivo de avaliar a gravidade do uso SPA, de situações de violência, saúde física e emocional de usuários de crack que buscaram atendimento. Eles compreenderam que usuários que estiveram em situação de rua demonstraram piores indicadores em relação às subescalas álcool, problemas médicos, psiquiátricos, trabalho e suporte familiar, além de maior envolvimento com problemas legais, violência, abuso sexual. Para esses autores, fatores socioeconômicos como a escolaridade, a renda e trabalho influenciam aspectos da saúde e do uso de SPA. Deste modo, Halpern et al. (2017) foram inscritos nesta categoria porque, de forma sucinta associaram os fatores: ser espectador de violência, usar álcool e não possuir trabalho e mencionaram a relação de vulnerabilidade interligada pelos aspectos violência, uso de álcool e trabalho.

Hennington (2019) mencionou as condições modernas de trabalho que envolvem a vulnerabilidade do trabalhador, o uso de álcool, acidente e violência e, por isso, está nesta categoria.

O último texto de Pai (2018) examinou a presença da violência física e psicológica entre trabalhadores da saúde, identificou seus perpetradores e compreendeu a origem das agressões. Pai (2018) constatou que problemas neurológicos, abuso de álcool e de outras drogas foram relacionados à violência e que eram utilizados para atenuar a culpa dos das vítimas da violência. Além disso, perceberam que aspectos da organização do trabalho no

hospital público foram causas para conflitos que repercutiram em violências e que poderiam ocasionar as consequências do uso de SPA.

O desemprego também é fator positivamente relacionado à ocorrência de violência (Ferreira, Cortes e Gontijo; 2019).

5. Considerações Finais

Constatou-se que a maioria das publicações estabelecem relações unicasais sobre um outro aspecto estudado, ou entre o álcool e a violência ou entre o trabalho e o álcool.

Isto pode indicar ainda que a compreensão dos impactos do trabalho sobre os sujeitos é limitada ao adoecimento físico, única condição na qual é possível estabelecer ligação direta e causal.

Portanto, novos estudos sobre aspectos que aumentam a vulnerabilidade de certos grupos de trabalhadores, de pessoas que consomem substâncias, que protagonizam ou sofrem com atos violentos são importantes. Propostas sobre modos de prevenir violência e dependência também são necessários, além de intervenções que possam reduzir os impactos negativos à saúde e às relações entre pessoas no trabalho, na família e na sociedade em geral.

6. Referências

ANDRADE, R. F. V. et al. Prevalência e fatores associados à violência entre parceiros íntimos após a revelação do diagnóstico de doenças sexualmente transmissíveis ao parceiro. **Cad. Saúde Púb.**, v. 32, n. 7, 2016.

AMARAL, L. B. M. et al. Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção. **Rev. Estud. Fem.**, v. 24, n. 2, p. 521-540, 2016.

AREAS NETO, N. T.; CONSTANTINO, P.; ASSIS, S. G. Análise bibliográfica da produção em saúde sobre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de privação de liberdade. **Physis [online].**, v. 27, n. 3, p. 511-540, 2017. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312017000300008>

BARUFALDI, L. A. et al. Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 2929-2938, 2017.

BEDENDO A.; ANDRADE A. L. M.; NOTO, A. R. Intervenções via Internet para redução do consumo de álcool entre universitários: uma revisão sistemática. **Rev. Panam. Salud Publica.**, 2018;42:e54. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.54>

CHAVES, I. A. M.; GARCIA, L. G. O celular ou a vida: a casa abrigo sob a ótica de mulheres em situação de violência. **Artemis**, v. 27, n. 1, p. 423-442, 2019.

CORDEIRO R. Trabalho, violência e morte: miséria da existência humana. Curitiba: Appris; 2018. Completitude das notificações de violência perpetrada contra adolescentes em Pernambuco, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 21, n. 12, p. 3907-3916, 2016.

FERNANDES, L. S.; NITSCHKE, M. J. T.; GODOY, I. Associação entre Síndrome de *Burnout*, uso prejudicial de álcool e tabagismo na Enfermagem nas UTIs de um hospital universitário. **Ciênc. saúde coletiva [online]**. v. 23, n. 1, p. 203-214, 2018. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018231.05612015>

FELICISSIMO, F. B. et al. Habilidades Sociais em Alcoolistas: Um Estudo Comparativo. **Psic.: Teor. e Pesq. [online]**., v. 32, n. 2, e322212. 2016. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e322212>

FERREIRA, C. L. S.; CORTES, M. C. J. W.; GONTIJO, E. D. Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 24, n. 11, p. 3997-4008, 2019.

FERREIRA, R. M. et al. Características de saúde de mulheres em situação de violência doméstica abrigadas em uma unidade de proteção estadual. **Ciênc. saúde coletiva [online]**., v. 21, n. 12, p. 3937-3946, 2016. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152112.09092015>

FONTES, L. F. C.; CONCEICAO, O. C.; MACHADO, S. Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. **Ciênc. saúde coletiva.**, v. 22, n. 9, p. 2919-2928, 2017.

GALDUROZ, J. C. F. et al. Fatores associados ao uso pesado de álcool entre estudantes das capitais brasileiras. **Rev. Saúde Pública**, v. 44, n. 2, p. 267-273, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102010000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 ago. 2021.

HALPERN, S. C. et al... Vulnerabilidades clínicas e sociais em usuários de crack de acordo com a situação de moradia: um estudo multicêntrico de seis capitais brasileiras. **Cad. Saúde Pública [online]**., v. 33, n. 6, e00037517. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00037517>

HENNINGTON, E. A.; CORDEIRO R. Trabalho, violência e morte: miséria da existência humana. Curitiba: Appris; 2018.

JESUS, L. R.; SOBRAL, R. C. C. Culpabilização da mulher: a perspectiva de policiais de uma delegacia especializada no atendimento à mulher. *Artemis*, v. 23, n. 1, 2017.

LEAL, B. S.; ANTUNES, E. Os desafios de dizer: aproximações ao testemunho midiático a partir de notícias sobre violência contra a mulher no Brasil Chasqui. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 137, p. 275-293, 2018.

LEÃO, L. H. C. Trabalho escravo contemporâneo como um problema de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 12, p. 3927-3936, 2016.

LEITE, J. F. et al. Condições de vida, saúde mental e gênero em contextos rurais: um estudo a partir de assentamentos de reforma agrária do Nordeste brasileiro. **Avances en Psicología Latinoamericana**. v 35, n. 2, p. 301-316, 2017.

LIVANI F. M. C.; CARVALHO, D. S.; ALONZO, H. G. A. Trabalhadores usuários de drogas em recuperação em uma região industrial do Brasil. **Rev Bras Med Trab.**, v. 14, n. 2, p. 78-83, 2018.

MELO, A. C. M.; GARCIA, L. P. Fatores associados a agressões por desconhecidos entre jovens do sexo masculino atendidos em serviços de urgência e emergência: estudo de casos e controles. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 24, n. 8, p. 2825-2834, 2019.

MELLO, F. C. M. et al. A prática de bullying entre escolares brasileiros e fatores associados, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 2939-2948, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/1413-8123-csc-22-09-2939.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MESQUITA FILHO, Marcos et al. O preconceito contra a mulher entre trabalhadores da Atenção Primária em Saúde. **Ciênc. saúde coletiva [online]**. v. 23, n. 11, p.3491-3504, 2018. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.00132017>

MORAES, R. J. S.; BARROCO, S. M. S. Concepções do Alcoolismo na Atualidade: Pesquisas Hegemônicas, Avanços e Contradições. **Psic.: Teor. e Pesq. [online]**., v. 32, n. 1, p. 229-237, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-37722016012124229237>

NEVES A. C. M.; GARCIA L. P. Atendimentos de jovens vítimas de agressões em serviços públicos de urgência e emergência, 2011: diferenças entre sexos. **Cienc. Saude Coletiva**., No prelo 2016.

NICOLETTI, M.; GIACOMOZZI, A. I.; CABRAL, M. F. Análise de dois estudos de casos sobre abuso sexual cometido por mães. **Rev. psicol. (Lima)**, v. 35, n. 2, p. 423-452, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0254-92472017000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 ago. 2021.

NOBREGA, V. K. M. et al. Renúncia, violência e denúncia: representações sociais do homem agressor sob a ótica da mulher agredida. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 24, n. 7, p. 2659-2666, 2019.

PAI, D. D. et al. Violência física e psicológica perpetrada no trabalho em saúde. **Texto contexto - enferm.** [online]., v. 27, n. 1, e2420016. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072018002420016>

PINTO, L. O.; OLIVEIRA, D. J.; DUARTE, F. M. R. Grupo Informativo: estratégia de redução de danos para pessoas apreendidas por consumo/porte de drogas ilícitas. **Interface (Botucatu)** [online]. v. 19, sup. 1, p. 965-973, 2015. <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0870>

RATES, S. M. M. et al. Violência infantil: uma análise das notificações compulsórias, Brasil 2011. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 20, n. 3, p. 655-665, 2015.

ROLIM H. E. et al. Fatores associados à violência contra as mulheres na atenção primária de saúde. **Rev. bras. promoç. saúde (Impr.)**. v. 31, n. 1, p. 1-9, 2018. Disponível em: <http://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/6580/pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.

SANTOS, M. J. et al. Prevalência de violência sexual e fatores associados entre estudantes do ensino fundamental – Brasil, 2015. **Ciênc. saúde coletiva** [online]., v. 24, n. 2, p. 535-544, 2019. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.13112017>

SOUZA, V. P. et al. Fatores de risco associados à exposição de adolescentes à violência sexual. **Av. Enferm** [online]., v. 37, n. 3, p. 364-374, 2019. <https://doi.org/10.15446/av.enferm.v37n3.77050>

SOUTO, R. M. C. V.; BARUFALDI, L. A.; NICO, L. S.; FREITAS, M. G. Perfil epidemiológico do atendimento por violência nos serviços públicos de urgência e emergência em capitais brasileiras, Viva 2014. **Ciênc. Saúde Coletiva**., v. 22, n. 9, p. 2811-23, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017229.13342017>

SOUZA, E. R. et al. Homicídios de mulheres nas distintas regiões brasileiras nos últimos 35 anos: análise do efeito da idade-período e coorte de nascimento. **Ciênc. saúde coletiva [online].**, v. 22, n. 9, p. 2949-2962, 2017. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.12392017>

DE SOUSA, C. A. M.; SILVA, C. M. S. P.; DE SOUZA, E. R. O efeito do contexto sobre a incidência de homicídios: existem evidências suficientes? **Interface.**, v. 22, n. 66, p. 915-927, 2018. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0721>

SUXBERGER, A. H. G.; FERREIRA, N. N. A. F. Políticas de intervenção no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. **Revista de Criminologias e Políticas Criminais**, v. 2, n. 1, p. 246-267, 2016. Disponível em: http://www.indexlaw.org/index.php/revi-stacpc/article/view/298/pdf_1. Acesso em: 14 ago. 2021.

TOLEDO, L.; GONGORA, A.; BASTOS, F. I. P. M. À margem: uso de crack, desvio, criminalização e exclusão social – uma revisão narrativa. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 22, n. 1, p. 31-42, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017000100031&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 ago. 2021.

TOMASI, L. O.; MACEDO, M. M. K. Adolescência em Conflito com a Lei: A Intensidade da História de Vida em Ato. **Psic.: Teor. e Pesq. [online].**, v. 31, n. 1, p. 53-63, 2015. <https://doi.org/10.1590/0102-37722015011723053063>

VELTEN, A.P.C. et al. Perfil de mortalidade por causas externas entre Adventistas do Sétimo Dia e a população geral. **Ciênc. saúde coletiva [online].**, v. 22, n. 7, p. 2375-2382, 2017. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017227.13792015>

VIVEIROS, K. F. M. A assistência à infância pobre. **Holos**, v. 5, p. 13-21, 2016. <https://doi.org/10.15628/holos.2016.4686>

WARMLING, D.; LINDNER, S. R.; COELHO, E. B. S. Prevalência de Violência por Parceiro Íntimo em Idosos e Fatores Associados: Revisão Sistemática. **Cien. Saúde Colet.**, v. 22, n. 9, p. 3111-3125, 2017. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/prevalencia-de-violencia-por-parceiro-intimo-em-idosos-e-fatores-associados-revisao-sistematica/16254?id=16254>

II- PRECARIEDADE NO TRABALHO E O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS EM DENUNCIANTES E ACUSADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

Resumo

O trabalho é atividade essencial para o homem e a percepção das condições, relações e dos benefícios do trabalho são fatores associados à proteção ou vulnerabilidade. O sofrimento decorrente do trabalho pode influenciar e ser influenciado pelo uso nocivo de substâncias psicoativas (SPA) e a violência doméstica. Devido aos impactos amplos e as relações complexas dessas situações, objetivou-se compreender as condições de vida e de trabalho e o uso de substâncias psicoativas em pessoas envolvidas em queixas de violência em uma delegacia do interior do estado de São Paulo. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, os dados foram coletados por meio de consulta a boletins de ocorrência, entrevista semiestruturada e aplicação dos instrumentos: Alcohol Use Disorders Identification Test (AUDIT), Escala de Suporte Laboral (ESUL) e Inventário sobre o Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA) para denunciante e acusados do ato de violência. Obtiveram-se 24 participantes que assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, 19 participaram das entrevistas. Os dados documentais e da pesquisa de campo foram inseridos em programa de análise quantitativa e os qualitativos foram categorizados conforme o conteúdo e compreendidos com o referencial do pensamento sistêmico e complexo. Prevaleram mulheres adultas, denunciante, com relacionamento amoroso rompido com a parte acusada e que possuíam histórico de violência pregressa. A metade dos participantes consumiam medicamentos controlados, 26% álcool, vários vincularam o consumo de SPA à violência, à socialização e ao trabalho. 58% eram trabalhadores informais e 25% estavam desempregados ou eram do lar. Grande parte teve avaliações de custos físicos, cognitivos e emocionais do trabalho, insatisfação com benefícios e conflitos decorrentes do trabalho. Diversos fatores influenciam e são influenciados pela violência doméstica. O contexto familiar, o trabalho, a renda e a escolaridade podem vulnerabilizar ou proteger os sujeitos. A compreensão complexa dos fenômenos é uma lacuna de pesquisa e intervenções embasadas devem ser criadas para reduzir as vulnerabilidades e ampliar a proteção.

Palavras-chave: trabalho; álcool; violência.

II- PRECARIOUSNESS AT WORK AND THE USE OF PSYCHOACTIVE SUBSTANCES IN WHISTLEBLOWERS AND ACCUSED OF DOMESTIC VIOLENCE.

Abstract

Work is an essential activity for man and the perception of the conditions, relationships and benefits of work are factors associated with protection or vulnerability. Suffering from work can influence and be influenced by the harmful use of psychoactive substances (PAS) and domestic violence. Due to the broad impacts and the complex relationships of these situations, the objective was to understand the living and working conditions and the use of psychoactive substances in people involved in complaints of violence in a police station in the interior of the state of São Paulo. This is a research with a quantitative-qualitative approach, data were collected through consultation of police reports, semi-structured interviews and application of instruments: Alcohol Use Disorders Identification Test (AUDIT), Labor Support Scale (ESUL) and Inventory on Work and Risks of Illness (ITRA) for whistleblowers and those accused of the act of violence. There were 24 participants who signed the Informed Consent Term, 19 participated in the interviews. Documentary and field research data were entered into a quantitative analysis program and qualitative data were categorized according to content and understood within the framework of systemic and complex thinking. Adult women, whistleblowers, with a broken romantic relationship with the accused party and who had a history of previous violence prevailed. Half of the participants used prescription drugs, 26% alcohol, several linked the consumption of PAS to violence, socialization and work. 58% were informal workers and 25% were unemployed or housewives. Most had assessments of physical, cognitive and emotional costs of work, dissatisfaction with benefits and conflicts arising from work. Several factors influence and are influenced by domestic violence. The family context, work, income and schooling can make the subjects vulnerable or protect them. The complex understanding of the phenomena is a research gap and informed interventions must be created to reduce vulnerabilities and expand protection.

Keywords: work; alcohol; violence.

1. Introdução

Boa parte da vida do sujeito é ocupada pelo trabalho, uma atividade essencial para o homem, por meio da qual ele garante a sobrevivência, interage com o ambiente, compõe características da própria identidade e pode obter satisfação (CARDOSO; FORLONI; DIAS, 2019); VIAPIANA; GOMES; ALBUQUERQUE, 2018).

Contudo, a globalização, desigualdade, exigências de qualificação e rapidez, a competitividade, as novas tecnologias, a cobrança de metas são alterações recentes no trabalho e que podem vulnerabilizar a saúde física e mental do trabalhador (VIAPIANA; GOMES; ALBUQUERQUE, 2018).

Conforme Viapiana, Gomes e Albuquerque (2018), o abuso de álcool aumentou e, junto a outros quadros como os de transtornos de humor, atinge de 20 a 50% da população brasileira e é uma das 20 causas para afastamentos do trabalho.

Rosa (2017) associa o abuso de álcool à tentativa de lidar com o sofrimento físico e mental. Para Cardoso, Camargo e Feijó (2018), as más condições de trabalho, a perda do sentido do trabalho e a pior percepção de suporte pelo trabalhador podem influenciar o consumo de álcool. O consumo de bebida alcoólica tem sido relacionado à violência doméstica contra a mulher, uma forma de agressão cuja frequência e intensidade dos abusos e agressões aumentaram nos últimos anos (BERGER, 2017).

Esse tipo de violência é preocupação da Saúde e Políticas Públicas do Brasil, já que o país é quinto em que mais se mata mulheres e, em 2013, dos 4.762 assassinatos de mulheres, a metade dos assassinos era familiar da vítima: maridos, conviventes, pai ou irmãos (WAISELFISZ, 2015).

A família tem a função de propiciar o cuidado entre os membros e quando há excessivos conflitos familiares e violência contra a mulher, pode indicar demanda por mudanças nas relações familiares (BERGER, 2017).

Autores como Silva, Moura e Zugman (2015) têm ampliado o olhar para as questões de uso problemático de substâncias e apontam para a vulnerabilidade social de pessoas e de famílias, cujo sofrimento e expressão do enfraquecimento podem ocorrer de forma violenta. Para tais autores, aspectos sociais como a desigualdade estão na base de muitas situações complexas e desafiadoras para os profissionais de saúde. Considerando vários fatores de vulnerabilidade social, além da influência do álcool, a violência doméstica contra a mulher também decorre de problemas do trabalho. As relações familiares, assim como o trabalho e a

inserção social, têm papel central na formação do sujeito e, como o trabalho que foi afetado por eventos como a globalização, a reorganização de papéis e de funções, a inserção da mulher no âmbito profissional e os conflitos família-trabalho (GOULART JUNIOR et al., 2013; FEIJÓ et al., 2017).

Ao reconhecer a complexidade dos temas e relações estabelecidas entre eles, propõe-se utilizar do pensamento sistêmico e complexo (PSC) que irrompe paradigmas (OLIVEIRA; CREPALDI, 2017). No PSC, considera-se a realidade como multifacetada, de modo que é essencial tentar compreender as diversas partes e relações estabelecidas em uma situação, tal como entre trabalho, consumo de SPA e violência doméstica.

Dado o contexto, percebe-se relação entre aspectos do trabalho no adoecimento do trabalhador e de sua família, em alguns casos associados ao uso e abuso de álcool como fator decorrente deste sofrimento e intimamente relacionado à violência doméstica contra a mulher.

Assim, este artigo apresenta pesquisa descritiva de abordagem quanti-qualitativa, desenvolvida nos anos de 2020 a 2021, na Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Faculdade de Ciências de Bauru-UNESP. Descreve e compreende a relação entre a percepção do sujeito sobre condições de trabalho e sobre suporte organizacional, o uso e abuso de álcool e a violência doméstica contra a mulher. Os resultados do trabalho poderão contribuir para a prevenção do adoecimento e para a promoção de saúde do trabalhador, portanto, com estudos científicos e ações pertinentes ao campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho e da Saúde do Trabalhador.

1.1 Relações entre o trabalho, o uso e abuso de álcool e a violência doméstica.

Soares e Ferreira (2017) apresentam o trabalho como atividade por meio da qual o homem transforma o ambiente e a si próprio. Tem caráter ontológico, na medida em que ocupa boa parte do tempo do homem, é meio pelo qual o sujeito satisfaz as necessidades, desenvolve as potencialidades, se insere na sociedade, promove a identificação e autoestima (VIAPIANA; GOMES; ALBUQUERQUE, 2018).

O termo “condições de trabalho” se refere a fatores físicos, sociais e administrativos que influenciam o ambiente de trabalho (CARDOSO; FEIJÓ; CAMARGO, 2018).

Berger (2017) coloca que desde a década de 60, ocorreram mudanças nas condições de trabalho; como o aumento da diversidade, flexibilidade e instabilidade do emprego devido a cortes e realocações. Decorrentes dessas alterações, a autora enfatiza os possíveis impactos

à saúde e indica que mudar de emprego ou ficar desempregado, principalmente após os 36 anos, é situação que pode resultar em estresse e aumenta, em até três vezes, a chance de se ter problemas de saúde após os 40 anos.

Além disso, a globalização teve impacto sobre o aumento da competitividade no mercado de trabalho, assim como, de mais exigências de qualificação, empenho, eficiência e rapidez (CARDOSO; FORLONI; DIAS, 2019) e maior desigualdade em países em desenvolvimento, com a exclusão de muitos trabalhadores do mercado formal de trabalho.

Não só a globalização e a competitividade, mas os avanços tecnológicos têm ocasionado alterações nas organizações e na estruturação do trabalho que podem culminar em ansiedade e desgaste emocional, além de transtornos específicos como o estresse, ansiedade e depressão (GAVIN et al., 2015).

De acordo com Cardoso, Forloni e Dias (2019), houve recente interesse por aspectos organizacionais que interferem na saúde do trabalhador e, conforme Mendes e Dias (1991) esta disciplina tem se ocupado das relações de trabalho e de direitos, ao incorporar leis de proteção ao trabalhador; à segurança dele e saúde.

Assim, a Saúde do Trabalhador foi disciplina criada pelo Ministério do Trabalho no Brasil na década de 80 e reconhece a função do trabalho e fenômenos decorrentes como fatores implicados no processo de adoecimento (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). Por isso, adota uma compreensão que rompe com a perspectiva hegemônica da relação causal entre doença e fatores específicos, por uma concepção que abrange vários processos, incluindo aqueles do trabalho (VIAPIANA; GOMES; ALBUQUERQUE, 2018).

Não apenas a Saúde do Trabalhador, mas a Psicologia Organizacional e do Trabalho têm demonstrado interesse por aspectos laborais que ocasionam adoecimento. Esse interesse cresceu desde a década de 80 e, inclusive, houve aumento de pesquisas e publicações sobre o tema por alunos da pós-graduação em modalidades de mestrado e doutorado (RUEDA et al., 2014).

Além disso, Rueda et al. (2014) mencionam que as instituições e empresas, por meio da Psicologia Organizacional e do Trabalho, têm buscado formas de melhorar a qualidade de vida relacionadas ao ambiente e às relações de trabalho.

Na Psicologia Organizacional e do Trabalho, conforme Cardoso, Forloni e Dias (2019), encontra-se o conceito de “suporte organizacional”, que corresponde a expectativas, crenças e percepções do sujeito sobre a valorização que acredita receber da organização.

Outro conceito e fenômeno importante é o clima organizacional, que corresponde à percepção do trabalhador quanto ao ambiente de trabalho que será resultado de causas externas - práticas e processos da organização - e internas - motivação e satisfação do trabalhador. Assim, os fatores de suporte e clima organizacionais, quando percebidos de forma positiva, são aspectos protetivos do trabalho e a percepção negativa, ao absenteísmo e patologias laborais (CARDOSO; FORLONI; DIAS, 2019).

O clima e suporte organizacionais influenciam a motivação e satisfação com o trabalho e, para Dejours (1992), a satisfação ou insatisfação com o trabalho decorrem das condições de trabalho. Desse modo, tanto aspectos ergonômicos, quanto relacionais seriam fatores atrelados à saúde ou adoecimento do trabalhador. Nesse sentido, o termo “satisfação no emprego”, com base no DeCS (2020) refere-se à satisfação do sujeito em relação à situação de trabalho e tem sido tema de vários estudos, inclusive de validação de instrumentos para investigar a satisfação no trabalho (PRESTES, 2015; GLANZNERA et al., 2017; OLIVEIRA, 2016; RUEDA; CAMPOS, 2016; COSTA et al., 2017; SOUZA et al., 2017).

Para Dejours (1992), o uso de álcool combinado com fatores individuais pode representar opção para lidar com a insatisfação decorrente da falta de significação do trabalho, principalmente como alternativa coletiva para lidar com o sofrimento, uma vez que a substância se relaciona à socialização. Cardoso, Feijó e Camargo (2018) argumentam que o uso de álcool pode figurar como fenômeno associado às más condições de trabalho, perda do sentido do trabalho e de reduzida percepção de suporte organizacional pelo trabalhador. O uso e abuso desta substância, no contexto do sofrimento decorrente do trabalho, tem sido compreendido como alternativa para lidar com as exigências presentes no trabalho (SOARES; FERREIRA, 2017).

Para Rosa (2017) o gosto do homem pela bebida alcoólica deve-se às propriedades dela: alívio da tensão emocional, principalmente, após alguma experiência traumatizante. Pode ser uma forma de aguentar carga, como o cansaço ou angústias ou outras devido a problemas de ordem individual/familiar/econômica, ou de conseguir esquecer pontualmente os problemas porque um dos efeitos envolve a perda de memórias anteriores e concomitantes ao uso (ROSA, 2017).

Além dos efeitos, o álcool adquiriu aceitação social mediante efeitos relaxantes, anestésicos ou eufóricos e é uma das substâncias psicoativas mais consumidas no mundo (SOARES; FERREIRA, 2017).

Contudo, possui outros efeitos: prejudicam células cerebrais e se associam a fatores comportamentais como suicídio, homicídios e acidentes. Além disso, o álcool diminui a atenção e as capacidades de refletir, entender e julgar (BERGER, 2017).

Rosa (2017) explica que ações violentas e agressivas podem ocorrer em pessoas sob o efeito de álcool. De acordo com Feijó et al. (2017), o uso contínuo do álcool pode ter como efeito a dependência e esta, por sua vez, pode estar associada a conflitos familiares. Esses conflitos envolvem discussões entre os cônjuges, violência doméstica, problemas psicossociais na família, isolamento; dentre outros (ROSA, 2017).

Em pesquisa sobre a percepção de sujeitos que faziam uso pesado de álcool e das esposas deles, Feijó et al. (2016), obtiveram relatos de agressividade, irritação, isolamento e problemas familiares, que aumentam o uso de álcool e são agravados pelo mesmo, recursivamente. Esses autores apontaram que são diversos os fatores de vulnerabilidade social que contribuem para o descontrole e para o uso de violência. Pela frequência e consequências negativas, o uso e abuso do álcool são considerados problemas de saúde pública mundial (SOARES; FERREIRA, 2017; ROSA, 2017).

Com relação à violência, condição frequentemente relacionada ao uso de álcool e outras substâncias, Feijó et al. (2017) apontaram diversas consequências negativas para a família, inclusive para os filhos, nos casos de violência entre parceiros íntimos (VPI). Uma forma de violência no contexto familiar é a violência doméstica ou intrafamiliar; aquela que ocorre em casa, ou em uma relação de familiaridade, afetividade ou coabitação; muitas vezes decorrente do uso/abuso de álcool do autor, conforme dito outrora e é problema de saúde pública (CFP, 2013; ROSA, 2017).

A Lei Maria da Penha, lei nº. 11.340/06, ampara toda mulher que sofre com a violência de gênero, é aplicada tanto para homens, quanto mulheres que praticam violência contra outra mulher, independente do relacionamento que mantém com o(a) autor (a) (BERTOLDI et al., 2014). É uma das três leis mais avançadas do mundo, inova devido ao seu caráter preventivo (de 90%) no qual prevê desenvolvimento de trabalhos em vários órgãos governamentais, como Saúde, Justiça e Assistência Social e apenas 10% em sua parte criminal (WASELFISZ, 2015).

A violência doméstica contra a mulher tem caráter cíclico, o que é agravante da situação e dificulta a intervenção adequada. São definidas quatro fases desse ciclo: a lua de mel (reconciliação), situação de conflito (acúmulo de tensão), episódio de violência (explosão) e arrependimento e promessa de mudanças. Na vivência desse ciclo, a mulher pode levar anos para se dar conta de que sofre violência e da gravidade da situação; muitas vezes, ela pensa que está vivendo apenas crises conjugais. Difundir informações sobre o ciclo da violência tem sido diferencial para desencadear a reflexão na mulher para romper o vínculo, uma vez que ela toma conhecimento de que a situação pela qual passa corresponde a violência (LEITE; NORONHA, 2015). Nos casos em que a mulher não consegue denunciar ou não recebe a ajuda necessária, pode sofrer com diversas consequências, em último caso, a morte. Em todos os casos, a violência causará sofrimento psíquico e prejuízos na saúde física; doenças crônicas e somáticas ou consequências diretas da agressão física, como traumatismos e deficiências. Em alguns casos, as sucessivas experiências de violência culminam em sentimentos de incapacidade, perda de autonomia e desvalorização de si. Não apenas por esses sentimentos, mas pelo isolamento e sentimentos de ansiedade, tristeza e medo, prejudicam as relações interpessoais. Por fim, de acordo com a ideia de que estabelecer uma relação unicausal entre o álcool e a violência doméstica é insatisfatório para explicar tal fenômeno, que é complexo e multicausal (FEIJÓ et al., 2016), é relevante incluir no estudo outros aspectos influenciadores como a sobreposição de demandas familiares e do trabalho (FEIJÓ et al., 2017).

2. Objetivos

Geral

Investigar e discutir sobre as condições de vida e de trabalho e sobre o uso de substâncias psicoativas em denunciante e acusados de violência doméstica contra a mulher.

Específicos

- Apresentar frequências, médias, porcentagens, comparação e estatística dos dados dos denunciante e acusados da violência, tais como a idade, escolaridade, ocupação, se e quais substâncias psicoativas utilizam, relação de denunciante com acusados e tipos de violência em questão;
- Descrever frequências, médias, porcentagens, comparação e estatística das respostas de todos os participantes para todos os instrumentos aplicados;

- Categorizar e analisar o conteúdo das entrevistas;
- Desenvolver discussão triangulada dos resultados quantitativos e qualitativos desta pesquisa.

3. Metodologia

Delineamento

Trata-se de pesquisa descritiva de abordagem quanti-qualitativa, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. Foram realizadas etapas de coleta bibliográfica e em campo, na qual primeiro foram aplicados os instrumentos e depois coletadas as informações em boletins de ocorrência.

Participantes

Foram convidados a participar da coleta de dados em campo, denunciante e acusados de violência doméstica, com 18 anos de idade ou mais, que compareceram à delegacia no período de coleta de dados, de julho a dezembro de 2020.

Para os que aceitaram participar, a pesquisa foi explicada, assim como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em apêndice 1) a ser assinado.

Ao todo, participaram 24 sujeitos denunciante e acusados, 19 deles passaram pela entrevista com roteiro semi-estruturado.

Cuidados éticos

Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências da Unesp (parecer em anexo 1) e foi obtida autorização para realização da pesquisa em uma Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) do interior do Estado de São Paulo.

Instrumentos

Para avaliar o uso e abuso de bebidas alcoólicas, utilizou-se o AUDIT - “*Alcohol Use Disorders Identification Test*” (em anexo 2). Este instrumento foi desenvolvido pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e está validado em versão para o Português desde 2001. O AUDIT permite avaliar o uso de bebidas alcoólicas e identificar o nível de dependência (BECK FILHO et al., 2016). São 10 questões, respondidas com peso de 0 a 4, cuja somatória sugere o risco do avaliado: baixo (7), baixo moderado (8), moderado (15) ou alto (15 a 20)

que indicam, respectivamente, problemas como: abstinência/baixo consumo de risco, consumo de risco, consumo nocivo e provável dependência (SILVA et al., 2016).

Para compreender aspectos associados ao trabalho, foi utilizada a Escala de Suporte Laboral – ESUL, cujos autores são Baptista, Cardoso, Santos e Noronha (2016) que investiga a percepção do sujeito em relação ao suporte prestado pelo ambiente de trabalho. A escala é composta por 21 itens, divididos em dois fatores e, para cujas respostas, serão possíveis escolhas em escala do tipo Likert de quatro pontos. De acordo com os escores obtidos, a percepção será enquadrada em uma das quatro classificações (Baixa, Médio-baixa, Médio-alta, Alta) e quanto maior a pontuação, maior a percepção de suporte organizacional. Este instrumento é aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), tem sido utilizado em vários estudos sobre o clima, suporte e bem-estar organizacional (ROSÈS, 2013; FERNANDES, 2015; CARDOSO, 2019; TAKAHASHI et al., 2019) e possui vários estudos que asseguram sua qualidade psicométrica (RUEDA e. al., 2010; CARDOSO; BAPTISTA, 2012).

Outro instrumento utilizado para investigar a relação do sujeito com o trabalho foi o Inventário sobre o Trabalho e Risco de Adoecimento – ITRA (em anexo 3). Este instrumento foi desenvolvido por Mendes e Ferreira (2007) e permite identificar a percepção do sujeito quanto aos seguintes aspectos das condições do trabalho: exigências, vivências positivas e negativas, problemas físicos, psicológicos e sociais. São 124 itens, divididos em 4 partes (SILVA et al., 2019) que têm sido utilizados em vários estudos recentes (PRESTES et al., 2015; GLANZERA et al., 2017; SOUZA et al., 2017). A primeira é a Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho – EACT, investiga o contexto de trabalho nos seguintes aspectos: organização, contexto e relações de trabalho. A segunda é a Escala de Custo Humano do Trabalho – ECHT, corresponde ao custo físico, cognitivo e emocional do trabalho. A terceira é a Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho – EIPST, que investiga as vivências de prazer (realização profissional e liberdade de expressão) e sofrimento (esgotamento profissional e falta de reconhecimento) no trabalho. A última é a Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho – EADRT, que aborda os danos físicos e psicossociais e consequências do trabalho.

Além destes instrumentos, um roteiro semi-estruturado (em apêndice 2) com 13 questões elaboradas pela pesquisadora foi utilizado. Essas questões investigaram sobre: o consumo de álcool dos participantes e familiares deles e dos outros envolvidos nas

violências; os trabalhos dos participantes e outros envolvidos na violência; outros episódios de violência com as outras e a situação de violência mais recente.

Procedimentos

Coleta de Dados

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências (em anexo), da UNESP-Bauru, a pesquisadora realizou o contato com uma Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) do interior do Estado de São Paulo e obteve a autorização desta instituição para iniciar a coleta em Julho.

No início da coleta, a pesquisadora foi apresentada à instituição na qual funcionam outras delegacias, não apenas a da mulher, conheceu a equipe da DDM e combinou que utilizaria uma sala para a coleta de dados. Essa coleta foi iniciada em Julho de 2020, quando o Brasil enfrentou a primeira onda de COVID-19, o que prejudicou as ações da pesquisadora, porque a DDM adotou medidas de contenção ao vírus como: deixar portas e janelas abertas, utilizar máscaras, realizar distanciamento, reduzir o público atendido por horário e encaminhar novos B.O. para o plantão.

Durante o período de Julho a Dezembro nos quais os dados foram coletados, a pesquisadora tentou comparecer em horários diferentes para verificar alguma tendência porque fora informada de que às sextas-feiras muitas pessoas comparecem para prestar queixa e na segunda, para retirar. Todavia, a demanda da instituição pareceu aleatória, sem nenhum tipo de padrão, assim em alguns dias várias pessoas compareciam e em outros, nenhuma. Devido a aleatoriedade da demanda, os agendamentos para depoimentos também variaram.

Sobre o convite a possíveis participantes, a pesquisadora abordou todos os que estivessem sentados ou posicionados no corredor de espera da delegacia, com a mesma conduta, qual seja, de se apresentar e perguntar o motivo de ida à delegacia (prestar queixa, testemunhar, pedir informações) e se estava relacionado à DDM. Diante de respostas afirmativas, a pesquisa era apresentada e o convite feito. Para todos os que aceitaram participar, tanto da resposta aos instrumentos, quanto da entrevista, no corredor da DDM, a pesquisadora iniciava perguntando sobre o grau de ensino para tentar compreender se a pessoa conseguiria ler o TLCE, as escalas e inventários ou se precisaria de auxílio. Para os que não conseguiam ou não possuíam boa leitura, a pesquisadora o fazia de forma pausada.

O preenchimento sem ajuda das escalas e inventários durou, em média, 20 minutos e com ajuda, cerca de 40 minutos. Aqueles que aceitaram participar da entrevista, após o preenchimento das escalas e inventários, foram convidados à sala. As entrevistas duraram de 10 a 40 minutos, foram gravadas em aplicativo de aparelho celular para posterior transcrição.

Ao longo de dezessete plantões da pesquisadora na instituição, foram elaborados relatórios (apêndice 3) e aproximadamente 49 pessoas (homens e mulheres, crianças, adolescentes, adultos e idosos) passaram pelo local. Desse público, 3 mulheres (denunciante) e um homem (acusado) se recusaram a participar da pesquisa por falta de tempo ou por receio. Além disso, alguns não atendiam aos critérios dessa pesquisa, enquanto não foi possível abordar outros que brevemente passaram pela instituição. Durante os plantões, ainda, a pesquisadora ofereceu escuta para duas denunciante (que tiveram medo de participar) e um acusado que pediu escuta, mas não teve tempo para participar da pesquisa.

Os dados de Boletins de Ocorrência foram obtidos em um único dia, no ano de 2021 e deles foram descritas as seguintes informações: quantidade de ocorrências, idade, escolaridade, ocupação, se e quais substâncias psicoativas utilizam, relação denunciante-acusado e tipos de violência sofrida ou praticada.

Tratamento e Análise de dados

Os dados quantitativos referentes aos instrumentos AUDIT, ESUL, ITRA, as informações sociodemográficas e dados dos boletins de ocorrência foram inseridos em programa para análise, no qual foram calculadas as distribuições, frequências e médias.

Para os dados quantitativos, foram elaboradas tabelas para descrever as seguintes informações: natureza das infrações, quantidade de conflitos, profissão, escolaridade, percepção de suporte no trabalho, contexto de trabalho e custo humano do trabalho.

As entrevistas, dados qualitativos, foram integralmente transcritas e lidas repetidas vezes por dois pesquisadores e foram definidas categorias por processo duplo-cego, seguindo as regras do processo de análise de conteúdo de Bardin (2011). Posteriormente, foram selecionados os trechos de falas dos participantes da pesquisa, de acordo com categorias, objetivando ilustrá-las.

A análise dos dados qualitativos resultou em quatro categorias e quatorze subcategorias. A primeira categoria correspondeu ao contexto de trabalho no passado e presente, com subcategorias: impedimento para trabalhar, desemprego/não trabalha,

satisfação com alguns aspectos do trabalho e insatisfação e situações adversas no trabalho. A segunda categoria correspondeu ao uso de substâncias psicoativas e as subcategorias foram: consumo de SPA nos participantes e na outra parte, motivo para o consumo de SPA no participante e na outra parte. A terceira categoria foi a situação familiar e o contexto de violências no passado e presente, subdividida em: consumo de SPA e violência, ciúmes, disputa por visita e partilha de guarda de menores, consumo de SPA na família de origem ou em relacionamentos anteriores (passado), outros episódios de violência com o mesmo acusado/denunciante. A quarta última categoria foi o contexto socioeconômico e a subcategoria vulnerabilidade de renda e habitação.

Os dados quantitativos e qualitativos serão apresentados de forma triangulada e conforme itens: contexto de trabalho no passado e presente, uso de substâncias psicoativas, situação familiar e contexto de violências no passado e presente, contexto socioeconômico.

4. Resultados

Aproximadamente 80% eram mulheres, a média de idade correspondia a 36 anos, com idade mínima de 19 e máxima de 61, 41% divorciados. Cerca de 67% eram denunciante, 20% acusados, 13% ambos (denunciante e acusados concomitantemente), 50% tinham rompido algum relacionamento amoroso com a parte acusada ou denunciante. A Tabela 1 apresenta as infrações sofridas ou perpetradas e que foram coletadas dos boletins de ocorrência registrados desde 2019, em nome dos participantes.

Tabela 1 - Distribuição pela natureza das infrações.

Natureza	n	%
Ameaça	32	30,4%
Descumprimento	23	21,9%
Lesão corporal	21	20,0%
Calúnia e difamação	17	16,1%
Dano	6	5,7%
Violação de domicílio	2	1,9%
Perturbação de tranquilidade	3	2,8%
Tentativa de assassinato	1	0,9%
Total	111	100%

Fonte: elaboração dos autores.

Para 68% dos participantes, esse foi o primeiro episódio de violência sofrido ou perpetrado, outros 20% possuíam B.O. desde o ano de 2019, 30% estavam envolvidos em situações de ameaça e quase 22% em descumprimento de medida protetiva. Outros 30% não possuíam B.O., isso pode ocorrer porque as partes desistiram de continuar com a acusação ou não compareceram para prestar depoimento ou, ainda, não possuíam provas suficientes para iniciar o B.O.

Com relação aos dados sociodemográficos, a metade dos participantes possuía ensino médio completo e 41%, o fundamental completo, apenas 4% concluíram o ensino superior.

Contexto de trabalho no passado e presente

Outro dado averiguado, relacionado à escolaridade, foi a ocupação dos participantes, apresentada na Tabela 2.

Cerca de 25% estavam desempregados ou eram do lar, ou seja, não possuíam nenhuma forma de trabalho remunerado no momento da entrevista e, possivelmente, estavam com renda prejudicada. Foram contemplados em 12,5% “outros”, ocupações como: profissional do sexo, carregador de sacos e vigilante. Em construção civil, com 8,33%, foram inseridos sujeitos que trabalham como pedreiros. Sobre o vínculo, aproximadamente 58% dos participantes eram trabalhadores informais, 21% formais, 21% estavam desempregados.

Tabela 2 - Distribuição por ocupação

Ocupação	n	%
Aposentado ou pensionista	4	16,6%
Atendente	3	12,5%
Construção	2	8,3%
Desempregado	4	16,6%
Do lar	2	8,3%
Outros	4	16,6%

Telemarketing	2	8,3%
Vendedor ou autônomo	3	12,5%
Total geral	24	100%

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Esses trabalhos foram investigados nas entrevistas, cinco participantes, em algum momento da vida, estiveram impedidos de trabalhar por motivos como: uma doença, a necessidade de cuidar de algum familiar ou a proibição do ex-companheiro:

“Ele [...] não deixava assim eu trabalhar fora, então a gente tinha um espeto. Coisas assim. Ele foi aquele tipo de pessoa que me afastou de todo mundo [...] nenhum emprego pra ele era bom e a gente tinha negócios juntos, aí quando eu quis terminar, a gente fechou”. N.S.R.O.

“Não, a gente optou por não trabalhar, pra poder ficar em casa ali ajudando [...] Porque tem a minha bisavó que tem Alzheimer, tem o meu irmão que é de menor, tem meu pai que tá começando a ter Alzheimer”. B.S.G.

“[...] ele fez eu pedir as contas [...] ele é uma pessoa possessiva. Ele quer eu do lado dele dentro de casa [...] não foi forçado [...] quando eu chegava em casa tarde dez, dez e pouco da noite [...] aí eu falava “nossa, amor hoje foi puxado” porque é normal a gente chega e conta a sua rotina, né. Aí eu já chegava lá e ele já estava bêbado, totalmente bêbado. Às vezes ele ia me buscar bêbado. Aí ele já falava “você não precisa disso, você não precisa disso” e realmente, eu tinha uma vida de rainha com ele, eu não vou negar. Mas a mulher, ela se sente bem trabalhando”. C.M.C

Esses impedimentos apresentaram consequências para aumentar a vulnerabilidade socioeconômica e/ou familiar, tais como a impossibilidade de conseguir o sustento ou a dependência ao companheiro que praticava violência, verbalizadas pelos próprios participantes.

Assim como o impedimento de trabalhar, o desemprego foi fator relacionado à vulnerabilidade dos participantes, o que contribuiu para que denunciante e acusados permanecem na mesma casa, como ocorreu com três participantes; baixo está o relato:

“[...] faz cinco meses que eu moro na mesma casa que ele (acusado ex-marido), desde que eu fiquei sem emprego”. F.M.S

“E você disse que está desempregada e faz bicos, há algo que você gostaria de mudar em relação ao trabalho?” Pesquisadora.

“É, eu não considero um trabalho porque é só de vez em quando que eles me chamam”. F.M.S

Outra participante estava com dificuldades para conseguir emprego, desde que sofreu discriminação e perdeu o último:

“Eles sempre discriminam eu. Um dia eu fui limpar a cozinha da onde eu trabalhava no fim do dia. Dai tinha um moço lá, eu cheguei e pedi pra ele sair pra eu poder limpar. Daí ele não saiu e me xingou toda e eu briguei com ele. O meu chefe viu e me demitiu”. G.C.G.

Após essa demissão, essa participante mora com o irmão que praticou violência contra ela e tem dificuldades para conseguir outro emprego “Falta oportunidade que as pessoas tinham que dar, né? [...] é meio complicado que nem serviço de doméstica eu arrumo!” G.C.G. O oposto ocorreu, arranjar um emprego e sair da condição de desemprego, foi fator que reduziu a vulnerabilidade:

“Só que depois que elas (filhas) pegaram uma certa idade, eu comecei a trabalhar e aí eu peguei e saí, deixei casa pra ele, deixei tudo! Então acho que ele queria me dominar, levar do jeito que ele quisesse. Aí chegou um certo tempo que eu comecei a trabalhar. Eu comecei a bater o pé e ele viu que na verdade eu tinha mudado que a cabeça era outra, mas ainda era difícil. Nós dependíamos muito dele”. S.M.C.

Uma vez que a participante ingressou em um novo emprego, ela conseguiu sair da casa onde sofria violência, deste modo ter emprego foi fator de proteção para essa participante. Uma participante mencionou a dificuldade em conseguir emprego, se fosse possível conciliar com a maternidade, devido à ausência de creches na pandemia por Covid-19:

“[...] A gente tá esperando uma oportunidade de um lugar pra gente começar uma vida. E eu tenho que buscar algo que eu consiga conciliar meus filhos também, ainda mais com essa situação de pandemia, eu não vou ter creche, não vou ter nada! Então a gente tem pensado em investir em algo, com um pouco de dinheirinho, né, pra gente poder se virar e eu tomar conta dos meus filhos”. T.O.P.

Sobre a percepção dessas ocupações para esses sujeitos, a Tabela 3 apresenta a distribuição dos participantes por ramo de atuação e as respostas ao ESUL, divididas, conforme o manual de correção do instrumento, pelos aspectos: interações e benefícios do trabalho.

Tabela 3 - ESUL- percepção de suporte no trabalho.

Ramo		Interações		Benefícios	
	Frequência	Média	Classificação	Média	Classificação
Comércio	41,18%	29,71	alto	6,71	médio-baixo
Indústria	47,06%	30,00	médio-alto	11,00	médio-baixo
Prestação de serviços	11,76%	34,75	alto	4,87	médio-baixo

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Aproximadamente 47% dos participantes trabalhavam no ramo da indústria e apresentaram uma percepção média-alta das interações. Outros 41% pertenciam ao comércio e quase 12% à prestação de serviços; ambos ramos pontuaram para alto nas interações. Entretanto, todos os participantes demonstraram percepção média-baixa com relação aos benefícios do trabalho, devido a fatores como a ausência de vales refeição/transporte e planos de saúde, por exemplo.

As escalas do ITRA apresentaram resultados parecidos com o ESUL e os sujeitos pontuaram para percepção positiva sobre as relações de trabalho e negativa sobre as condições de trabalho. Abaixo foi descrita a primeira escala, do contexto de trabalho e os três aspectos investigados nela (Tabela 4).

Tabela 4 - Contexto de trabalho.

EACT - Contexto de trabalho		
Aspecto	Pontuação Média	Avaliação
Organização do trabalho	2,81	Mais moderada, crítico
Contexto	1,73	Positiva, satisfatório
Relações	2,02	Positiva, satisfatório
Média geral	2,18	Positiva, satisfatório

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Os aspectos de contexto (ambiente físico e instrumentos) e relações socioprofissionais (autonomia, apoio, subordinação) foram avaliados como positivos pelos participantes, entretanto, a organização de trabalho (ritmo, tarefas, exigências etc.) foi considerada moderada e crítica.

Dos sujeitos com emprego, há 5 relatos de satisfação, como o exemplo abaixo:

“[...] nós tínhamos muita pressão e metas para bater [...] tem gente que gosta, tem gente que não gosta, mas eu adorava, eu batia mais que a minha meta [...]. Eu sempre era a funcionária do mês que ficava com a foto na plaquinha e ganhava bônus! [...] eu tinha vários amigos lá [...]”. J.C.O.

Essa participante mencionou gostar de um tipo de trabalho que envolve a pressão e metas, o que pode ser fator de vulnerabilidades para muitos sujeitos, correspondeu a um fator de proteção para ela, mesmo após conflitos com colegas:

“[...] Já teve gente que desconfiou de mim no trabalho [...]. Aí um dia a supervisora sentou do meu lado para me acompanhar, nem ela entendia o que eu fazia, eu respondia e-mail, liberava curso, senha de acesso em cartão. Teve uma vez que o pessoal reclamou, porque sempre eu que ganhava o bônus, aí eles queriam que eu não competisse mais”. J.C.O.

Apesar de algumas percepções positivas, foi considerado moderado/crítico o custo humano do trabalho, descrito na tabela (Tabela 5).

Tabela 5 - Custo humano do trabalho

ECHT - custo humano		
Aspecto	Média	Avaliação
Custo físico	3,21	Mais moderada, crítico
Custo cognitivo	3,4	Mais moderada, crítico
Custo afetivo	2,92	Mais moderada, crítico
Média geral	3,17	Mais moderada, crítico

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Para todos os participantes, os custos físicos, cognitivos e afetivos do trabalho foram considerados mais moderados e críticos. Alguns desses custos físicos envolvem fazer esforço

físico, realizar movimentos repetitivos ou permanecer ao Sol e correr o risco de cair do telhado:

“(sobre algo que gostaria de mudar no trabalho) Só o Sol mesmo que às vezes é ruim porque eu trabalho com calha, aí tem que ficar no sol. Só o sol que é forte [...]. Mas uma vez, eu tava sem cinto, eu caí no serviço...o patrão me levou para o hospital e pagou tudinho pra mim... (Sobre o medo de trabalhar no telhado) nós aprende a lidar. Não tem o que fazer. Mas, mesmo depois do acidente eu não tive medo. Não tem cinto. Por isso eu caí. Mas não tem como por cinto, é em cima do telhado”. L.G.

Os custos cognitivos se relacionam com a necessidade de ter concentração, como no caso de R.C.V que era vigilante e verbalizou “[...] é um trabalho que assim, mexe muito com a mente, né?” R.C.V. Outra profissional da segurança se queixou da necessidade de lidar com imprevistos em festas: “A, à noite, né! Para você trabalhar no serviço de segurança, é aquela coisa, é aquela pressão”. T.O.P.

Os custos afetivos são ações como precisar controlar as emoções, ser obrigado a sorrir e lidar com a irritação dos outros, por exemplo “[...] já cheguei a ficar irritada por causa do trabalho porque tem gente que é mal educada, né, é grosso [...]”. A.L.L.F.

Na entrevista, um dos participantes tinha trabalho de profissional do sexo, o que envolve custos físicos, cognitivos e afetivos:

“(sobre gostar do trabalho) Gostar, a gente não gosta, mas é o que ajuda agora. Não, mas é que assim eu passei muita coisa sabe, tipo, uma fase difícil, então é o que ajuda a gente a comer, então é o que eu faço hoje”. N.S.R.O.
 “Entendi. E então o que te incomoda mais no seu trabalho”. Pesquisadora.
 [Silêncio e pausa] Hum. [Pausa]. Não sei. Não sei. [Pausa].” N.S.R.O.
 “E você já chegou a beber para trabalhar?” Pesquisadora.
 “Poucas vezes. Geralmente é tranquilo, são pessoas boa [...]. Na verdade, eu queria fazer [...]. Meu sonho quando eu era mais nova era fazer direito. Mas sempre foi muito caro”. N.S.R.O

Outro relato exemplifica diversos impactos negativos do trabalho na vida da participante, tais como o consumo de SPA e exigências físicas e cognitivas extremas:

“[...] porque eu trabalhava de quinta à domingo, então tinha dia que eu tinha que tomar muito energético para ficar acordada, se não, eu não aguentava a sequência de serviço que era de muitas horas acordada. [...] No último evento que eu falei “chega, não quero mais!” eu trabalhei numa festa do X que foi 32 horas acordada. Eu sentava, eu já não sentia mais a minha perna, meu braço, não sentia mais nada. Eu falei “não vou tomar energético para não me dar aceleração” e eu tava parecendo um negócio assim, eu falei “estou judiando de mim desse jeito” e eu tinha que dirigir. Tinha a estrada pra pegar! Quando eu cheguei em casa [...] eu não lembro

[...] cheguei lá na casa dela e pum, dormi, apaguei, aí ela me acordou, eu não lembro”. T.O.P.

Outros participantes, assim como no relato anterior, verbalizaram interesse em desenvolver outros trabalhos, contudo a condição socioeconômica e familiar foi um impedimento. Além dos custos do trabalho, relatos de insatisfação envolveram os benefícios, como o salário:

“[...] mas é que a gente trabalha bastante, né e não tem tanto dinheiro assim. A gente trabalha muito para pouco dinheiro [...]. Acho que é isso, só questão do dinheiro, a gente trabalha muito e é muito esforço e dinheiro que não é tanto assim, só acho que é isso”. M.C.T.

O conteúdo do trabalho e reconhecimento não obtido ocasionaram insatisfações:

“[...] eu trabalhava com ele, pra dirigir caminhão [...]. Eu arrumava o caminhão e quem fazia frete era eu! E ele não deu valor não, viu?” S.P.

“Ah, o senhor gosta de seu emprego?” Pesquisadora.

“Ah, poderia estar na minha área, né? Minha área é o direito, né? [...] eu acho que eu me acomodei, né? Deixei minha vida profissional de lado pra cuidar, da minha família, né? Com a responsabilidade, cê trabalha, acho que é isso aí, só que eu, eu lamento profundamente, né? Eu não cuidei de mim, né? Era formado, há dez anos atrás. Então, ou seja, eu parei no tempo [...]”. R.C.V.

O primeiro relato traz reclamação sobre possível desvalorização que a participante recebeu do companheiro para quem trabalhava, o que pode ter sido motivo de conflito, assim como no segundo relato. Neste o participante está ressentido consigo e com a família, motivo pelo qual ele abandonou o trabalho na área de formação. Em ambos os casos, supõe-se que conflitos trabalho-família podem ocorrer.

Foram obtidos doze relatos de insatisfação que em número e detalhes prevaleceram em relação aos de satisfação. Os dados qualitativos corroboram com as avaliações da escala de custo do trabalho. Os participantes relataram insatisfação devido aos custos cognitivos do trabalho: irritação, ter de lidar com pessoas mal-educadas, a pressão e impacto do trabalho na condição mental. Outros relataram insatisfação com as condições de trabalho, como o sol forte cuja consequência pode ser um custo físico para o participante. Outra condição foi o trabalho à noite no qual a participante precisava permanecer horas acordada, às vezes sob efeito de SPA, o que pode ter prejudicado a condição física, cognitiva e afetiva dela. Além disso, duas participantes reclamaram do salário e outra verbalizou que necessita da “ajuda” dos familiares para arcar com as despesas.

Todavia, nas outras escalas (contexto de trabalho e danos do trabalho) os participantes foram avaliados com percepções mais positivas e satisfatórias.

Na questão 26 da escala sobre danos do trabalho, investigamos a frequência nos últimos seis meses com a qual conflitos familiares surgiram devido ao trabalho e a Tabela 6 apresenta as respostas dos participantes.

Tabela 6 - Frequência de conflitos relacionados ao trabalho.

Veze	n	%
0	7	41%
1	1	5%
2	1	5%
3	3	17%
4	0	0%
5	0	0%
6	5	29%
Total	17	1

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Quase 69% dos participantes mencionaram algum conflito ocorrido nos últimos seis meses em decorrência do trabalho. Cerca de 30% para seis ou mais conflitos e 17,65% para pelo menos três conflitos.

Uso de substâncias psicoativas

Alguns desses conflitos podem ter sido agravados por substâncias psicoativas e em 16 relatos foi mencionado o uso de SPA lícitas como as bebidas alcoólicas (apareceram em 47%) e os medicamentos controlados (nos outros 47%). Apenas uma participante (5%) relatou o uso de SPA ilícita. Alguns relataram não consumir bebidas alcoólicas e outros mencionaram ter parado, por motivos como o uso de alguma medicação controlada ou gestação, por exemplo. Uma participante verbalizou utilizar medicamentos controlados junto com as bebidas alcoólicas e outra falou sobre o abuso de uma medicação controlada.

O trabalho pode ser motivo para a violência, mas para o consumo de SPA e vice-versa, essas situações estão relacionadas. Nesse sentido, a tabela 7 apresenta os tipos de SPA e a frequência mencionada pelos participantes da amostra.

Tabela 7 - Consumo de SPA dos participantes.

Tipo de SPA	n	%
Medicamentos Controlados	16	47%
Álcool	9	26%
Nenhuma	7	20%
Substâncias Ilícitas	1	3%
Sem Informação	1	3%
Total	34	100%

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Quase a metade dos participantes consumiam algum medicamento controlado, dentre eles: antidepressivos, ansiolíticos, antipsicóticos e anticonvulsivantes. Apenas 3% mencionou consumir SPA ilícitas.

Sobre o consumo de álcool, a tabela 8 apresenta a distribuição dos participantes nas zonas de risco para o consumo com base nas respostas ao AUDIT.

Tabela 8 - Audit Zona de risco para o consumo de bebida alcoólica dos participantes.

Zona	n	%
1	18	78 %
2	3	13%
3	2	8%
Total	24	100%

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Cerca de 13% pontuaram para a zona 2, uso de risco, consumo de doses acima do padrão e 8,7% para a zona 3, uso nocivo e que ocasiona problemas.

Quinze participantes mencionaram o consumo de SPA nos outros envolvidos, desses 56% para bebidas alcoólicas, 34% para SPA ilícitas (como a maconha e a cocaína) e 8% para medicamentos controlados.

Sobre os motivos para o consumo de SPA nos participantes, cerca de 32% mencionou o relaxamento/alívio/calma. Inclusive, estas sensações foram descritas após um dia ruim de trabalho, por exemplo “[...] na verdade parece que é até um alívio quando eu uso. Eu já tô há três dias sem uso [...] tô preenchendo esse vazio que eu preenchia com droga [...] com lanche!”. B.S.G. Outra participante relatou conteúdo parecido “(sobre sentir vontade de beber após dia ruim de serviço) Sim [...] Foi bom. Pra beber para relaxar...”. N.S.R.O.

Outros 27% disseram situações de festa/socialização, condição comum associada ao consumo de bebidas alcoólicas:

“Eu bebo porque às vezes eu me enturmo com alguns colegas, aí eles bebem, eu bebo também. Mas não é assim de sentir falta de álcool, essas coisas, não! Fim de semana, assim que eu bebo”. S.M.C

[...] nos churrascos que tá todo mundo bebendo. [...] Não, eu não sou do tipo que bebe todo dia. É mais no fim de semana. Quando meu filho vai para a casa do pai dele, eu bebo bastante porque sei que não tenho que cuidar dele e no outro dia posso dormir”. M.C.D.

“Só cerveja. Se eu tomo é umas quatro latinhas, cinco no máximo. Não, não. Eu passei mais a beber mesmo depois que eu fiquei com ele (acusado). Eu comecei a ficar com ele aí tipo assim, comecei a querer acompanhar ele mas assim eu não dava conta. Foi quando eu comecei a beber mais, mas até então eu nem bebia. Ai era quando a gente saía, ia num restaurante, pedia cerveja. É coisa de opinião seu eu falar que eu não vou beber mais, eu não bebo.” C.M.C.

Conforme o último relato, a participante iniciou o consumo de bebida alcoólica para acompanhar o marido. Porém, outros falaram do contexto de trabalho:

A, à noite, né! Para você trabalhar no serviço de segurança, é aquela coisa, é aquela pressão, porque eu trabalhava de quinta à domingo, então tinha dia que eu tinha que tomar muito energético para ficar acordada, se não, eu não aguentava a sequência de serviço que era de muitas horas acordada. [...] É. E você cria o hábito, né. Aí você chega, uma certa hora, quer alguma coisa pra ficar acordada. Então às vezes, o organismo mesmo até pede. O organismo até pedia. Chegava sábado, pedia”. T.O.P.

“E quando o senhor era caminhoneiro o senhor chegou a beber?” Pesquisadora.
 “Eu bebia [...] Eu tomava controlado, sabe? Só no almoço e na janta. Às vezes, eu tomava nem cerveja, eu tomava um pouquinho de bebida destilada tomava e ia comer”. L.C.G

“Como o senhor fazia para dar conta desse serviço que é tão difícil? Pesquisadora.
 “A bebida, tomando um gole ou tomando um pouquinho, dava para fazer como o biotônico Fontoura... É a mesma coisa, porque o biotônico Fontoura tem álcool, não

sei se você sabia, toma para você ver... Tem álcool no biotônico Fontoura e ele é um remédio, você toma, abre o apetite [...]”. L.C.G.

Quatro participantes mencionaram o “alívio e relaxamento” ao beber e três associaram o consumo de bebidas alcoólicas ao trabalho: um deles após o dia ruim de trabalho, o outro para ter apetite e trabalhar e uma falou do uso de bebidas alcoólicas como ato inerente ao serviço à noite. Cinco falaram do consumo associado às interações sociais, como exemplificado.

O motivo para consumo nas outras partes envolvidas foi verbalizado por alguns participantes. Alguns relatos descrevem um consumo pesado e outros associaram o consumo à condição de calma:

“(sobre ameaças do acusado) Devido a bebida do meu irmão [...] Só quando ele (acusado) bebe.” G.C.G

“Quando era casada com ele, eu preferia que ele bebesse porque ele estava mais calmo”. A.H.L.P

“[...] ele chegou a beber 17 garrafas (de cerveja). Numa tarde assim, dia dos pais ele abriu um barril de cinco litros e tomou o barril. Ele dirige bêbado direto [...]. A bebida acaba com ele, sabe [...] ele sempre bebeu. Mas ele tem bebido demais”. C.M.C.

“Usa maconha (acusado). Quando ele não tem (a maconha) ele fica agressivo”. M.A.R.

Em dois relatos o consumo ou não ter a SPA foi relacionado à agressividade e em outros dois relatos como uma condição que “acalma” os sujeitos e, por isso, desejável. Nesse aspecto, com relação às violências, 13% vincularam ao consumo de SPA:

Ele pegou os remédios da avó dele e ele lá postando no status: diazepam com cerveja será que dá bom? Dois diazepam, cerveja, três diazepam, cerveja mais cerveja. Pra mim foi de caso pensado, pra todo mundo ele tomou remédio, tem a desculpa, né (para praticar violência)”. N.S.R.O.

Três participantes mencionaram a violência como um motivo para o consumo de SPA nos outros envolvidos:

“Mas ele (acusado) já chegou a beber em serviço?” Pesquisadora.

“No motorista de ambulância não, nos outros serviços que ele tinha antes, sim.” N.S.R.O.

“Ele mexe com a calha. Ele trabalha a semana inteira e no final de semana ele bebe o dia inteiro. Ele bebe, já vai beber na intenção já. Ele bebe com ela (namorada do acusado), né. Aí os dois ficam lá conversando [...] brigava com a minha irmã, era com a minha irmã, agora é comigo”. G.C.G.

“E você sabe dizer se ele (acusado) já bebeu para descansar ou após um dia ruim de serviço?” Pesquisadora.

“Ele bebe, vai e depois do serviço, é aí que o bicho pega. Ele nem voltava pra casa, já passava direto no bar”. K.N.C.

“[...] ele usava (cocaína) lá no trabalho. Ele usa lá no trabalho, né. Não adianta, então tem sempre outras pessoas junto”. T.O.P.

“A maconha é remédio para ele, é calmante, ele morre até. Você esquece dele!” A.S.

Como visto, o consumo de álcool foi vinculado a vários motivos, tais como o trabalho e relaxamento.

Situação Familiar e contexto de violências no passado e presente

O consumo de SPA foi mencionado na categoria sobre as situações familiares e de violência. Aproximadamente 62,5% dos participantes mencionou o consumo de álcool associado às situações de violência e conflitos no presente:

“[o irmão acusado quando bebe] Ele fica bastante agressivo, aí ele, primeiro ele vai lá na frente perturbar a minha irmã [...] ele bebe e vem falar comigo”. G.C.G.

“Tem um (B.O.) de quando a Delegacia era ali na rua x, aí houve um problema e nesse dia foi exatamente bebida...de manhã nós tomamos dois litro de vodka e na parte da tarde nós já tava na terceira caixa de cerveja, caixa de 24 garrafa [...] ela foi tirar satisfação comigo... lá na casa eu bebi, então nesse dia ela veio para cima de mim, eu tirei meu corpo e ela caiu em cima num monte de concreto, machucou a boca. Certo? [...] Aí ela abriu, só que eu não relei a mão nela!”. L.C.G.

“Eu vim aqui pra ver se minha irmã fez B.O. contra mim porque vai chegar sexta-feira e eu vou tomar minha cervejinha e ela vai chamar a polícia para mim [...]. Da outra vez eu tava tomando minha cervejinha, ela chamou a polícia e não sossegou até ver eu preso”. L.G.

Outros 37,5% relataram o uso de SPA ilícitas vinculadas às situações de conflitos, em alguns casos quando eles não concordavam com o consumo dessas substâncias pelos familiares:

“Foi aí que a nossa briga começou.... [Choro]. Eu não sabia que ele usava... ai um dia meu filho pegou a droga, um resto do cigarro de maconha e eu nem sabia o que era, aí ele trouxe para mim [choro] [...]. Eu fui tirar satisfação com ele, ai ele acabou comigo ficou agressivo. Me ameaçou, falou um monte de coisas horríveis para mim. Ele jogou a culpa em mim, falou que a droga era minha [choro]”. K.N.C.

“A briga nossa é porque ele usa droga e eu não concordo com isso [...] várias vezes, ele ameaça quando a gente não faz o que ele quer, quando a gente não dá o que ele quer [...]. Ele pede dinheiro para comprar as coisas e a gente já sabe que ele tá mentindo e vai pegar para droga, né [...] ele já trabalhou comigo, já trabalhou em outros lugares, mas nunca deu certo, o negócio dele é sair à tarde, voltar de madrugada e acordar meio-dia e eu não concordo com esses hábitos dele”. M.C.T.

“[...] criei os filhos dela, só que depois eles seguiram ...dependente químico, os dois! Então, foi por isso que nós mudamos de uma casa que era nossa para uma casa

alugada [...] os filhos queriam voltar para casa, eu não queria que eles voltassem, devido as coisas que aconteceram [...]”. L.C.G.

Cerca de 28% das denunciante relataram ter praticado violência contra os acusados, quando estavam alcoolizadas:

“Eu corria atrás dele (acusado) com a faca. Às vezes, eu ficava violenta, a maioria quando bebia... eu já quis matar ele várias vezes por causa de ciúmes.... em casa ele até teve que esconder todas as facas, todas no telhado porque eu queria matar ele. E devia ter matado”. M.C.D.

“Inclusive, até esses dias ele (acusado/denunciante) veio fazer um B.O. porque eu estava na casa da minha sobrinha e ele chegou lá [...]. Aí ele bebeu. Pra falar que eu não bebi, eu bebi também. [...] E tipo assim, eu acabei perdendo a cabeça de tanto ele me provocar, eu taquei uma garrafa nele. Não foi minha intenção machucar ele. Inclusive, eu fiquei até preocupada”. S.M.C.

Além do consumo de SPA, as violências estavam relacionadas a ciúmes:

“Nós terminamos semana passada, aí eu voltei com ele e ele ficou com ciúmes de mim e me bateu e eu revidei, eu atirei o capacete na cabeça dele e machuquei o rosto dele... ele me ameaçou, disse que vai me matar [...]”. M.C.D

“Ciúmes doentio ele sempre teve, só que assim esse psicologicamente e para me atingir foi só no último ano que ele começou, aí ele vem em cima de mim com faca, mas nunca fez nada. Às vezes ele me ameaçava, só que ele nunca fez nada. Só que era mais psicológico, né, me chamar de v*****, biscate e tranqueira [...] agora eu tô com outra pessoa e ele veio com ciúmes doentio”. A.H.L.P.

O ciúme foi motivo associado à violência física e psicológica e em dois relatos, além do ciúme, o consumo de bebidas alcoólicas agravou a violência. Em um dos relatos, o ciúme estava atrelado a possível adoecimento psicológico, uma vez que o participante descreveu vários comportamentos obsessivos e informou sobre diagnóstico de TOC (transtorno obsessivo compulsivo) no passado:

“[...] Devido às mensagens do celular, ela alegou perturbação do sossego [...] toquei uma vez só o interfone da residência, ela estava alegando que eu estava insistentemente tocando o interfone, sendo que eu fui lá pra ver meu filho. E agora ela fica pedindo, pra hora que eu saio, que eu saio do meu serviço, inclusive no sábado ela falou pro policial que foi lá [no serviço dela] que eu poderia, se eu quisesse ir todo dia lá para pegar meu filho. Então, ou seja, todo o dia eu tinha que ir lá tocar o interfone [...] (sobre possível traição) ela não fala. Ela diz que eu, que eu criei história e vai me processar por difamação [...]. Que ela sabe que eu não estou difamando ela. Ela sabe que é verdade isso aí (que ela traiu ele)”. R.C.V

“Ele me ameaça, eu não posso deixar a casa... Ele não me deixa sair se eu levar as meninas. [...] eu tô com muito medo. Isso tá acabando comigo. Tem vezes que eu passo duas, três noites sem dormir com medo e pensando em tudo o que ele me diz. Desde que eu voltei a morar lá, ele tá muito estranho... Não sei se é a abstinência ... Às vezes ele é um anjo. De repente, ele se transforma [...] O problema dele é comigo. Ele diz que ama elas (filhas) e que é por causa delas que ele não quer que eu saia de casa [...]. Eu tenho um namorado agora e ele nem pode sonhar, nem pode imaginar, se não ele faz da minha vida um inferno”. F.M.S.

Além do ciúmes e consumo de SPA, alguns conflitos e situações de violência estavam atrelados a estabelecer visitas aos filhos:

“[...] Aí não tava bem por causa da ansiedade, aí eu pedi para o meu ex ficar com meu bebê...meu ex, né, não me deixa ver meu bebê e eu quero ver meu bebê, por isso eu vim aqui hoje. É, é que ele ficou com a guarda da criança por um tempo e agora ele não quer me deixar ver meu filho [...]”. A.L.L.F.

“E tudo começou quando ela disse que o meu nenê não era filha do filho dela”. M.A.R.

A existência e guarda dos filhos ocasionou conflitos e violências, o que aponta para a necessidade de órgãos intermediários entre a delegacia e a família/progenitores divorciados, uma vez que tais questões precisam envolver conversa e negociação entre as partes e desse modo reduzir os impactos nos membros da família.

Os participantes relataram outras violências associadas ao consumo de bebidas alcoólicas no passado, na família de origem e em outros relacionamentos. Aproximadamente, 67% dos participantes possuíam algum membro da família de origem que consumia bebidas alcoólicas:

“A família do meu pai toda tinha (problemas com SPA)”. A.S (ela consome álcool e o companheiro também).

“O meu pai biológico bebe e o meu padrasto, meu ex-padrasto (com quem foi criada) bebia, bebia muito...”. T.O.P. (verbalizou abuso do álcool e energético).

“Tem. Minha mãe (acusada) e meu pai”. “Ah, ele saiu da cadeia, meu pai biológico mesmo, e quando saiu voltou a fumar maconha, depois começou a cheirar e depois começou a beber pinga, aí se internou e quando voltou, do nada voltou... voltou na pedra, voltou pior!”. B.S.G (usuária de cocaína, já consumiu álcool).

Cerca de 84% dos participantes possuíam algum histórico de violência no passado:

“ele rachou a minha cabeça. Eu tive que dar vários pontos. Tem, ele tem processo! Ele já tem processo! Eu já fui lá pra tirar, não tira [...] ele saiu de casa. Ele saiu, meu filho foi morar com ele, aí eu fiquei com dó do meu filho e fui trazer meu filho pra casa e ele veio junto. Ele veio junto, cê tá entendendo? Veio tudo junto pra casa”. S.P.

“E ele já tinha praticado violência contra você antes?” Pesquisadora

“Não. [...] ah já, já sim, mas eu não denunciei e foi há muito tempo. [...] Ele tentou me matar, ele me estrangulou até eu desmaiar, mas eu perdoei ele. [...] Hum, foi há um mês.” M.C.D.

“Eu tenho 19 hoje. Mas na época eu tinha 13. Ela quase me deixou inconsciente, de tanto que ela me bateu. Ela já quebrou uma vez o meu nariz. Já...ixe. Qualquer tipo de pancada, com qualquer tipo de pedaço de pau, sapato, mão capacete, ela já me bateu!” B.S.G.

Contexto Socioeconômico

Além das vulnerabilidades individuais e familiares e, ainda, novamente associado ao trabalho, a última categoria qualitativa é a habitação ou renda dos participantes. A vulnerabilidade de renda e habitação se relacionam entre si e com a questão do trabalho, outrora compreendido nesta pesquisa como precarizado em alguns aspectos:

“(Depois que ex ateou fogo na casa deles) Ai meus filhos, a gente perdeu tudo. Ficamos só com a roupa do corpo mesmo. [...] Tentei melhorar, mas quando parece que vai melhorar é complicado [...] eu vim pra cá porque lá pra mim ficou difícil, eu fiquei umas semanas assim sem ter o que comer mesmo [...]. Os meus filhos estão com a minha mãe. Eles estão morando lá com a minha mãe. Até que eu consiga uma casa, alguma coisa”. N.R.C.O.

“[...] quer dizer que você mora na mesma casa que a sua irmã (denunciante que tem medida protetiva contra ele)?” Pesquisadora.

“É. Porque antes eu morava com a minha namorada, aí a minha irmã fez eu largar dela. Ela fez um inferno até eu perder a namorada. Aí, eu voltei a morar na casa da minha mãe que é onde minha irmã tá morando”. L.G.

Assim, em relatos, essa vulnerabilidade apareceu em quase 79% dos participantes, 21% precisou dividir a casa com a outra parte envolvida em violência ou precisou se mudar devido à situação de violência.

5. Discussão

Alguns fatores sociodemográficos e econômicos para a vulnerabilidade na violência doméstica contra a mulher no Brasil são: a raça, a idade, a escolaridade, a renda, o histórico pregresso de violência e estabelecer relacionamento amoroso (VIO; FEIJÓ; CAMARGO, 2020).

Com relação à faixa etária, mulheres adultas, crianças, adolescentes e idosos possuem maior vulnerabilidade para sofrer violência doméstica (VIO; FEIJÓ; CAMARGO, 2020).

O perfil das denunciante obtido nesta pesquisa, corrobora com a literatura que compreende que as vítimas de violência doméstica costumam ser mulheres jovens, de baixa escolaridade, sem emprego formal e sem renda fixa (AMARAL et al., 2016).

A vulnerabilidade quanto a faixa etária para sofrer violência está relacionada a fatores físicos, emocionais, sociais e culturais que tornam os sujeitos mais ou menos dependentes para com o perpetrador da violência, o que faz variar a vulnerabilidade (LOURENÇO et al., 2011). Nesta pesquisa, prevaleceram mulheres adultas e algumas delas

estavam em condição de dependência do perpetrador, supõe-se devido, por exemplo, à baixa renda, aos filhos e às normas culturais patriarcais ainda vigentes.

Na pesquisa de Avanci et al. (2017), foi observado que a menor escolaridade é um marcador de risco para sofrer violências, inclusive do tipo intrafamiliar. A maioria dos participantes desta pesquisa possuíam formação até o fundamental ou o ensino médio e Avanci et al. (2017) explicou que, além da escolaridade dos sujeitos, outras dinâmicas sociais, como a escolaridade materna e inserção precoce no mercado de trabalho, aumentam o risco de sofrer violência intrafamiliar.

Souza et al. (2018) mencionaram impactos de dinâmicas sociais e da condição de pobreza para a vulnerabilidade em homens fazerem uso nocivo de SPA e praticarem ações violentas. No caso das vítimas, a menor escolaridade aumenta a vulnerabilidade para sofrer violência (BARUFALDI et al., 2017).

A escolaridade está relacionada à possibilidade de aquisição de emprego, ou, pelo menos, da melhoria da condição de empregabilidade, e por isso, menor escolaridade influencia diretamente a ocupação dos sujeitos, como ocorreu com os participantes de nossa pesquisa: todos possuíam ocupações de nível fundamental ou médio, compatível com a escolaridade deles (VIO; FEIJÓ; CAMARGO, 2020).

Com relação às dinâmicas sociais, há possibilidade de *feedback* entre a condição socioeconômica, a escolaridade e o emprego (MALTA et al., 2019). Sujeitos pertencentes a classes de baixa renda costumam iniciar no emprego precocemente e têm poucos benefícios (exemplo: o baixo salário), o que prejudica a formação escolar e afeta a aquisição de um emprego com melhores benefícios (MALTA et al., 2019).

Avanci et al. (2017) e Malta et al. (2019) alertam para a possibilidade de reprodução, entre gerações, do padrão de baixa renda, emprego precoce, formação escolar incompleta e violência, por isso políticas públicas são importantes para reduzir os impactos desses fatores sobre a vida dos sujeitos e gerações futuras.

Além de fatores como a condição socioeconômica e com estes relacionados, para Livani, Carvalho e Alonzo (2016), condições ruins de trabalho, desemprego e o término de relacionamento são aspectos que aumentam a vulnerabilidade para o uso nocivo de bebidas alcoólicas. O desemprego, condição presente em uma parte dessa amostra, é uma situação de crise que tem impacto sobre a identidade do sujeito e é fator de vulnerabilidade para ações

violentas (OLIVEIRA et al., 2017). Contudo, cabe informar que os fatores de vulnerabilidade e proteção interagem, conforme Silva, Zugman e Moura (2015) defendem.

Avanci et al. (2017) citam que o desemprego está associado ao consumo de álcool e a violência, seja doméstica ou comunitária.

Como apareceu nos dados qualitativos desta pesquisa, Cruz e Irffi (2019) postulam que denunciantes de violência doméstica costumam atribuir a violência a problemas no trabalho e consumo de álcool. É preciso ressaltar que a percepção das vítimas é de que o consumo de álcool e outras SPA é entendido como motivo para a agressão, o que favorece a uma desresponsabilização do autor (CRUZ; IRFFI, 2019; NÓBREGA et al., 2019).

Não apenas possuir um trabalho, mas as condições nas quais esse trabalho é realizado estão associadas à violência doméstica, as ocupações prevalentes nesses casos de violência são de trabalhos manuais, tais como presentes em muitos acusados desta amostra (AMARAL et al., 2016).

Um participante, quando questionado sobre como lidava com o serviço de caminhoneiro, contou que consumia bebida alcoólica após o almoço, como se fosse “Biotônico Fontora”. Magno e Castellanos (2015), em estudo com caminhoneiros de rota longa no Brasil, descreveram que essa profissão apresenta condições de vulnerabilidade para o consumo de SPA (bebidas alcoólicas e anfetaminas), violência nas estradas e devido às longas jornadas de trabalho.

Conforme relatam Viveiros et al. (2016), no século passado, era popular a ideia de consumo de bebidas alcoólicas para obter a força necessária para trabalhar no campo, inclusive era incentivado o consumo dessa substância para que as crianças conseguissem trabalhar. As bebidas alcoólicas podem ser consumidas para obter a “coragem” necessária para realizar algum tipo de serviço, sobretudo os que envolvem algum risco à vida, tal como a atividade do calheiro ou da profissional do sexo entrevistados (SILVA; MENEZES, 2016).

A profissional do sexo mencionou consumo de SPA, após um dia ruim de trabalho, assim como insatisfação com o trabalho. Nessa conjuntura, Cardoso, Feijó e Camargo (2017) alertam para a satisfação e sentido do trabalho que podem influenciar a qualidade de vida do trabalhador e a família dele, consequentemente.

O consumo de bebidas alcoólicas é aspecto frequente em situações de violência (AMARAL et al., 2016; BEBENDO; ANDRADE; NOTO, 2018). Em Amaral et al. (2016) o consumo de substâncias psicoativas ilícitas apareceu como fator vinculado aos autores de

violência doméstica e em Arêas Neto, Constantino e Assis (2017) como aspecto que aumenta de duas até quatro vezes a probabilidade de uma violência ser praticada.

Contudo, nesta pesquisa alguns denunciante consumiam SPA e o consumo de bebidas alcoólicas e cigarro, por exemplo, são consequências da violência nas vítimas, como modos de lidar com o sofrimento (FERREIRA et al., 2016). Para Warmling, et al. (2017) o consumo de álcool em pessoas que sofreram violência é alternativa para amenizar o estresse.

Para Toledo, Górgora e Bastos (2017) há influência de SPA no comportamento dos sujeitos, contudo esse não é o único fator vinculado à violência, em contraposição ao discurso psicofarmacológico de agressividade associado a SPA. Este discurso foi desenvolvido por uma participante que falou sobre o álcool ser o que acaba com o ex-companheiro dela.

Como visto nesta pesquisa, o consumo de álcool foi vinculado à violência contudo outros motivos foram mencionados, tais como o ciúmes. Tanto o ciúmes, quanto o consumo de álcool são percebidos pelas vítimas como motivos para violências (FERREIRA et al., 2016; SUXBERGER; FERREIRA, 2016; CHAVES; GARCIA, 2017).

Alguns motivos para o consumo de álcool nos participantes foram a socialização. Galduróz et al. (2010) explicam que o álcool é substância de ampla comercialização e aceitação cultural e Silva e Menezes (2016) discutem sobre a relação entre o consumo, a SPA e socialização em bares e até na família. O relaxamento foi outro motivo verbalizado pelos participantes para o próprio consumo de álcool e dos outros envolvidos nas denúncias.

O consumo de bebidas alcoólicas pode ser instigado por numerosos elementos, tais como a sociabilidade e o relaxamento, como apareceu na fala dos participantes para os motivos de consumo da substância (SILVA; MENEZES, 2016). Há fatores socioeconômicos e culturais, desse modo muitos possuem expectativas quanto ao relaxamento e sociabilidade que a substância pode proporcionar (SILVA; MENEZES, 2016).

Outros fatores associados ao consumo de álcool, mas à violência é o histórico familiar. A violência pode ser mal-entendida como forma adequada para educar e resolver conflitos (ELSEN et al., 2011) e a família é espaço de aprendizagem e “ensino” que pode ser reproduzido entre gerações (SANT’ANNA; PENSO, 2016).

Nesta pesquisa, praticamente todos os participantes possuíam violências anteriores perpetradas ou sofridas com os mesmos envolvidos, outros companheiros ou na família de origem. Em metade dos participantes e, pouco mais da metade dos outros não entrevistados, o consumo de SPA foi relatado e alguns participantes possuíam histórico familiar de consumo

de SPA. Alguns verbalizaram receio em denunciar, outros porque eram dependentes dos perpetradores de violência. Nesse sentido, o consumo de SPA e violência favorecem o estigma, tentativa de esconder e pode haver redução do contato social (FEIJÓ et al., 2016) e com menos exemplos, maior chance de reproduzir ações.

Além disso, devido à alta prevalência de outras violências, enfatiza-se que os conflitos podem ser resolvidos de forma pacífica, por meio de estratégias assertivas (VINCENTIM; LEME, 2014). Contudo, o elevado índice de violência sugere dificuldade em adotar tais estratégias (VINCENTIM; LEME, 2014). Outra questão é o sigilo do ambiente familiar e dificuldade de intervenção decorrente (MALTA et al., 2014).

A ação judicial nem sempre propicia a “solução” de um conflito familiar, essencial pensar órgãos intermediários entre a população e a justiça para intervir em casos de violência (NOBRE; BARREIRA, 2008). A Lei Maria da Penha é destinada a prevenir, repreender e fornecer assistência em casos de violência doméstica, contudo há tendência à judicialização da violência doméstica (PARIZOTTO, 2018). Muitos participantes possuíam outros boletins com os mesmos perpetradores e alguns precisavam estabelecer relações, tais como casais separados que possuíam filhos, o que ocasionou conflitos. Nessa situação, a justiça precisa adotar visão interdisciplinar e práticas para favorecer o diálogo entre os envolvidos (MASCARENHAS, 2017).

Além disso, para romper o ciclo da violência na família é essencial fortalecer a rede social de apoio e resiliência dos membros (SANT’ANNA; PENSO, 2016). A rede social corresponde a pessoas de apoio, mas a instituições de assistência, por exemplo, conforme mencionado por Silva, Zugman e Moura (2014). Nesse sentido, constatou-se vulnerabilidade socioeconômica nos participantes. Fatores tais como a renda e habitação estão relacionados entre si e com outras categorias compreendidas, exemplo a escolaridade e o trabalho. Esses fatores, em interação, podem influenciar e serem influenciados pelo consumo de SPA e violência. A associação entre as condições de trabalho e ocorrência de violência precisa ser melhor estudada, uma vez que compõe fator socioeconômico (FEIJÓ et al., 2017).

A renda foi relacionada à situação de violência em vários estudos (MALTA et al., 2019; AMARAL et al., 2016, FERREIRA et al., 2016) e nessa pesquisa correspondeu a uma vulnerabilidade que culminou em acusados e denunciante precisarem dividir a casa, por exemplo. A renda e os aspectos de consumo de álcool, condições de trabalho e violências

foram relacionados por Halpern et al. (2017) e apareceram em vários relatos dos participantes desta pesquisa.

Deste modo, as condições de trabalho e pobreza e as seguintes situações: separação conjugal, perda de ente querido e desemprego foram identificadas como vulnerabilidades para o consumo de SPA (LIVIANI; CARVALHO; ALONZO, 2016).

Por fim, com base em Feijó et al. (2016), não há relação unicausal entre o consumo de álcool e a violência e uma explicação baseada apenas em um aspecto da relação é insatisfatório para compreender o problema. É essencial romper paradigmas e não buscar causa única e compreender questões atreladas como os papéis de gênero, o trabalho doméstico, a renda, a comunicação; dentre outros (GERABA; FEIJÓ; NOTO; AMATO, 2015).

6. Considerações finais

Esse estudo apresentou limitações vinculadas ao contexto pandêmico no qual medidas de contenção ao vírus foram aplicadas de forma inesperada e exigiram a adaptação da pesquisadora, da instituição e usuários do serviço. Por se tratar de uma delegacia da mulher, a maioria do público era do sexo feminino, conforme indica prevalência desse gênero nessa pesquisa.

Tanto em denunciante, quanto em acusado, a violência doméstica está associada a diversos fatores, tais como os estudados nesta pesquisa (consumo de SPA e trabalho), que interagem entre si. O consumo de SPA apareceu como um fator de vulnerabilidade para a ocorrência e gravidade da violência, assim como, uma consequência deste fenômeno. Já o contexto familiar, o trabalho, a escolaridade e a renda são interdependentes, interagem entre si e com outros aspectos, como o consumo de SPA, podendo vulnerabilizar os sujeitos e grupos ou proteger da violência.

Constata-se que meios intermediários entre a delegacia e as famílias são essenciais, sobretudo porque além da violência, há vulnerabilidade socioeconômica, familiar e individual. Portanto, a delegacia aplica medidas, mas não soluciona e pouco pode colaborar para amenizar as vulnerabilidades. Outra questão é que as pessoas que buscam a instituição após passarem por um evento de violência, seja como denunciante ou acusado, demandam acolhimento e escuta qualificada por meio de atendimentos individuais na modalidade de plantão psicológico, por exemplo.

É urgente a necessidade de um profissional da psicologia nessas delegacias, esse é um recurso possível por lei, todavia não aplicado na realidade. Outra questão é que a lei Maria da Penha prevê ações de reabilitação aos autores dessa violência, porém são escassos projetos com estes sujeitos, muito menos com a família. Esse estudo indica que, como a violência doméstica é uma situação complexa, a prevenção precisa abranger diversos fatores e pode ser realizada para além de espaços tradicionais, por exemplo ações preventivas em organizações e espaços de cuidado com a saúde mental.

Aponta-se a necessidade de ações com as famílias, tais como a mediação de conflitos ou a terapia familiar, uma vez que muitos acusados e vítimas reatam a relação ou precisam manter contato para negociar a guarda e educação dos filhos.

7. Referências

AMARAL, L. B. M. et al. Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção. **Rev. Estud. Fem.**, v. 24, n. 2, p. 521-540, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/hhpBZPY3scgf4Q7KLKRD4Kf/abstract/?lang=pt> Acesso em 9 de ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p521>

AREAS NETO, N. T.; CONSTANTINO, P.; ASSIS, S. G. Análise bibliográfica da produção em saúde sobre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de privação de liberdade.

Physis [online]., v. 27, n. 3, p. 511-540, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/X9p7vFyRHLwCwvJddmRW9WD/abstract/?lang=pt> Acesso em 9 de ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-73312017000300008>.

AVANCI, J. Q. Atendimento dos casos de violência em serviços de urgência e emergência brasileiros com foco nas relações intrafamiliares e nos ciclos de vida. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2017, v. 22, n. 9, p. 2825-2840. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/VfmgSQBtBrfMWTh77mzxNqr/abstract/?lang=pt> Acesso em: 6 de ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.13352017>

BEDENDO A.; ANDRADE A. L. M.; NOTO, A. R. Intervenções via Internet para redução do consumo de álcool entre universitários: uma revisão sistemática. **Rev Panam Salud Publica**., p. 42, e54, 2018. Disponível em:

<https://iris.paho.org/handle/10665.2/49118?locale-attribute=pt> Acesso em: 6 de ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.54>

BERGER, K. S. O desenvolvimento da pessoa da infância a terceira idade. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

BERTOLDI, M. E. et al. Lei Maria da Penha. **Revista Jicex**, v. 3, n. 3, 2014. Disponível em: <http://unisantacruz.edu.br/revistas/index.php/JICEX/issue/view/7> Acesso em: 10 de mar. 2020.

CARDOSO, H. F.; BAPTISTA, M. N. Escala de Suporte Laboral: construção e estudo das qualidades psicométricas. **Avaliação Psicológica**, v. 11, n. 1, p. 23-35, 2012.

CARDOSO, H. F.; FEIJÓ, M. R.; CAMARGO, M. L. O papel do psicólogo organizacional e do trabalho (POT) na prevenção dos fatores psicossociais de risco. In: SCHMIDT, M. L. G.;

CARDOSO, H. F.; FORLINI, J. B.; DIAS, J. P. Clima e suporte organizacional: avaliação e relação entre as temáticas. **CES Psicologia**, v. 12, n. 2, p. 65-82, 2019.

CASTRO, M. F.; CASADORE, M. M. Fatores psicossociais e o processo saúde/doença no trabalho: aspectos teóricos, metodológicos, interventivos e preventivos. São Paulo: FiloCzar, p. 111-136, 2018.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho:; Estudo da Psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez: São Paulo, 1992.

FEIJÓ, M. R. et al. Álcool e violência nas relações conjugais: um estudo qualitativo com casais. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 4, p. 581-592, out./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/31556> Acesso em: 09 de ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v21i4.31556>

FEIJÓ, M. R. et al. Conflito Trabalho-família: Um Estudo sobre a Temática no Âmbito Brasileiro. **Pensando Famílias**, v. 21, n. 1, p. 105-119, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v21n1/v21n1a09.pdf> Acesso em: 09 de mar. 2021.

FERNANDES, R. M. F. J. et al. O impacto dos valores organizacionais sobre a gestão do estresse: o papel do apoio social. 2015. 75f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e das Organizações)- ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2015. Disponível em: <https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/6705> Acesso em: 09 de ago. 2021.

GAVIN, R. S. et al. Associação entre depressão, estresse, ansiedade e uso de álcool entre servidores públicos. SMAD, **Revista Electrónica em Salud Mental, Alcohol y Drogas**, v. 11, n. 1, p. 2-9, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/98745#:~:text=RESULTADOS%3A%20os%20servidores%20p%C3%BAblicos%20relataram,para%20uso%20problem%C3%A1tico%20de%20C3%A1lcool>. Acesso em: 09 de ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.v11i1p2-9>

GAVIOLI, A. et al. Risco relacionado ao consumo de drogas em homens trabalhadores da construção civil. **Acta paul. enferm.**, São Paulo , v. 27, n. 5, p. 471-478, Out. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/appe/a/cmQh3rWp7GR9tpCFwBbksrf/?lang=pt> Acesso em: 9 de ago. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201400077>.

GEBARA, C.; FEIJÓ, M. R.; NOTO, A. R.; AMATO, T. Vulnerabilidades, violência entre casais e dependência de álcool. In E. SILVA; Y. MORA; D. ZUGMAN (Orgs.).

Vulnerabilidades, Resiliência, Redes: uso, abuso e dependência de drogas. São Paulo: Rede, 2015, p. 157-171.

GLANZNERA, C. H. et al. Avaliação de indicadores e vivências de prazer/ sofrimento em equipes de saúde da família com o referencial da Psicodinâmica do Trabalho. **Rev. Gaúcha Enferm.** v. 38, n. 4, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/LDTNfhK56yLtwm6tSDb8dXM/?lang=pt> Acesso em: 09 de ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2017.04.2017-0098>

GOULART JUNIOR, E. et al. Exigências familiares e do trabalho: um equilíbrio necessário para a saúde de trabalhadores e organizações. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 110-122, jul. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100011 Acesso em: 09 de ago. 2021.

LEÃO, L. H. C. Trabalho escravo contemporâneo como um problema de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 12, p. 3927-3936, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MrpZT63fbMrqJ6XGr39mNFK/abstract/?lang=pt> Acesso em: 09 de ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152112.12302015>

LEITE, R. M.; NORONHA, R. M. L. A violência contra a mulher: herança histórica e reflexa das influências culturais e religiosas. **Revista Direito & Dialogicidade - Crato, CE**, v. 6, n. 1, 2015. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/DirDialog/article/view/959/787#> Acesso em: 09 de ago. 2021.

LIVANI, F. M. C.; CARVALHO, D. S.; ALONZO, H. G. A. Trabalhadores usuários de drogas em recuperação em uma região industrial do Brasil. **Rev Bras Med Trab.** v. 14, n. 2, p. 78-83, 2016. Disponível em: <https://www.rbmt.org.br/details/31/pt-BR/trabalhadores-usuarios-de-drogas-em-recuperacao-em-uma-regiao-industrial-do-brasil> Acesso em: 09 de ago. 2021.

LOURENÇO, L. M. et al. O impacto do testemunho da violência interparental em crianças: uma breve pesquisa bibliométrica e bibliográfica. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 4, n. 1, p. 104-111, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202011000100011 Acesso em: 09 de ago. 2021.

MALTA D. C. et al. Psychoactive substance use, family context and mental health among Brazilian adolescents, National Adolescent School-based Health Survey (PeNSE 2012). **Revista Brasileira de Epidemiologia [online]**. 2014, v. 17, supl. 1, p. 46-61. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/NjVzKHjcCzYjhxjjY6mWtTx/?lang=en> DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4503201400050005>. Acesso em: 5 de ago. 2021.

MALTA, D. C. et al. Fatores associados aos episódios de agressão familiar entre adolescentes, resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2019, v. 24, n. 4, p. 1287-1298. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/59kKbnCcKWY98B5KxxNhjbB/?lang=pt> Acesso em: 5 de ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.15552017>.

MASCARENHAS, F. A. A Família e a construção do Consenso: Mediação versus Jurisdição no Conflito entre Autoridade e Autonomia. **Revista Interdisciplinar de Direito**, v. 12, n. 2, out. 2017. Disponível em: <https://revistas.faa.edu.br/index.php/FDV/article/view/93> Acesso em: 9 de ago. 2021.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista de saúde pública**, v. 25, p. 341-349, 1991. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2977.pdf> Acesso em: 9 de ago. 2021.

NOBRE, M. T. T.; BARREIRA, C. C. Controle Social e Mediação Social e Mediação de Conflitos: as delegacias de Conflitos: as delegacias da mulher e a violência da mulher e a violência doméstica. **Sociologias**, v. 10, n. 20, p. 138-163, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/tsmbznFvChrXhKWLkgLLFBG/abstract/?lang=pt> Acesso em: 9 de ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222008000200007>

NOBREGA, V. K. M. et al. Renúncia, violência e denúncia: representações sociais do homem agressor sob a ótica da mulher agredida. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 7, p. 2659-2666, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tLfKMBW7f8sgsSn3dgFVZBy/?lang=pt> Acesso em: 9 de ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018247.16342017>

OLIVEIRA, J. L.; SOUZA, J. Fatores associados ao consumo de álcool entre trabalhadores públicos da manutenção. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 17-24, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/T7S6rvtjTRTSvMW8D4tZfLh/abstract/?lang=pt&format=html#:~:text=Os%20fatores%20associados%20ao%20consumo,a%20fun%C3%A7%C3%A3o%20de%20trabalhador%20bra%C3%A7al>. Acesso em: 9 de ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201800004>.

PRESTES, F. C. et al. Incidências de prazer e sofrimento no trabalho da enfermagem em um serviço de hemodiálise. **Rev Esc Enferm USP**, v. 49, n. 3, p. 469-477, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reusp/a/9nZwkBMKzrh33qPbRQVFFMf/?lang=pt#:~:text=Os%20resultados%20apontam%20para%20um,do%20equil%C3%ADbrio%20ps%C3%ADquico%20do%20trabalhador>. Acesso em: 9 de ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420150000300015>

ROSA, C. R. O álcool e a violência doméstica: efeitos e dramas. **Dossiê Democracia e Justiça: incompatibilidades e paradoxos**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 243-269, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/15099> Acesso em: 9 de ago. 2021.

ROSÊS, C. F. Estudos para a construção de uma escala de clima no ambiente de trabalho - ECAT. 2013. 157f. Tese (doutorado em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia)- Universidade São Francisco. Disponível em: <https://dsv.usf.edu.br/galeria/getImage/427/14780924490370576.pdf> Acesso em: 9 de ago. 2021.

RUEDA, F. J. M. et al. Escala de Suporte Laboral (ESUL) e Escala de Satisfação no Trabalho: evidências de validade. **Aval. psicol.**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 479-488, dez. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712010000300014 Acesso em: 25 de out. 2019.

RUEDA, F. J. M. et al. Relación entre los constructos clima organizacional, apoyo laboral y salud organizacional en una muestra de estudiantes que trabajan. *Ciencias Psicológicas*, v. 7, n. 2, 2014. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-42212014000100002 Acesso em: 25 de out. 2019.

RUEDA, F. J. M.; CAMPOS, M. I. Valores organizacionales: evidencias de validez para un instrumento de medida. **Ciencias Psicológicas**, v. 10, n. 2, p. 209-219, 2016. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S1688-42212016000200010&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em: 25 de out. 2019.

SANT'ANNA, T. C.; PENSO, M. A. A Transmissão Geracional da Violência na Relação Conjugal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 33, p. 1-11, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/YNYtcz4CJmnn7qgB3LpbSVM/?lang=pt> Acesso em: 9 de ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e33427>

SILVA, E. A.; MOURA, Y. G.; ZUGMAN, D. K. **Vulnerabilidades, Resiliência, Redes:** Uso, Abuso e Dependência de Drogas. São Paulo: Publicações, 2015.

SOARES, K. J.; FERREIRA, M. C. A relação entre trabalho e alcoolismo: contribuições sobre o estado da arte. **Revista Trabalho (En)Cena**, v. 2, n. 2, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/natal/Downloads/4315-Texto%20do%20artigo-21568-1-10-20171215%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/natal/Downloads/4315-Texto%20do%20artigo-21568-1-10-20171215%20(1).pdf) 10.20873/2526-1487V2N2P50 Acesso em: 9 de dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.20873/2526-1487V2N2P50>

SOUZA, S. K. G. et al. Vivências de Prazer e Sofrimento no Trabalho na Percepção de Profissionais de Recursos Humanos. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia, Passo Fundo**, v. 4, n. 2, p. 3-29, 2017. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistas/article/view/2020/1709> Acesso em: 9 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.18256/2359-3539.2017.v4i2.2020>

SUXBERGER, A. H. G.; FERREIRA, N. N. A. F. Políticas de intervenção no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. **Revista de Criminologias e Políticas Criminais**, v. 2, n. 1, p. 246-267, jan./jun. 2016. Disponível em: http://www.indexlaw.org/index.php/revi-stacpc/article/view/298/pdf_1. Acesso em: 10 de fev. 2018.

TAKAHASHI, L. T. et al. La asociación entre el Apoyo Organizacional con el Clima organizacional y la Sintomatología Depresiva. **Psicología desde el Caribe**, 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0123-417X2019000100001&script=sci_abstract&t

lng=pt Acesso em: 9 dez. 2020. Acesso em: 9 de ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.14482/psdc.36.1.658.4>.

TOLEDO, L.; GONGORA, A.; BASTOS, F. I. P. M. À margem: uso de crack, desvio, criminalização e exclusão social – uma revisão narrativa. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 31-42, Jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fZQzTyFgLGJDwXxTWbYQsVr/abstract/?lang=pt> Acesso em: 9 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017221.02852016>

VIAPIANA, V. N.; GOMES, R. M.; ALBUQUERQUE, G. S. C. Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. **Saúde debate**, v. 42, n. 4, p. 175-186, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Y36fDqvZL5Js4nnWpXrYpBb/?lang=pt> Acesso em: 9 de ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S414>

VICENTIN, V. F.; LEME, M. I. S. Resolução de conflitos e problemas de abuso paterno do álcool. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 25, n. 3, p. 277-293, 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/3020> Acesso em: 9 de ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.14572/nuances.v25i3.3020>

VIO, N. L.; CAMARGO, M. L.; FEIJÓ, M. R. A mediação de conflitos na escola: conceitos, origens, propostas e desafios. **Anais da XVII Semana da Pedagogia e Educação Sob o Olhar da Psicologia**: reflexões para o contemporâneo. IBILCE/UNESP: p. 397-462, 2020.

VIO, N. L.; FEIJÓ, M. R.; CAMARGO, M. L. A violência doméstica e a escola. **Anais da 20ª Semana da Educação Municipal e 10º Congresso Municipal de Educação de Bauru**, 05 a 08 de outubro de 2020, Bauru, SP: v. 1. Disponível em: https://sites.bauru.sp.gov.br/arquivos/website_semanaeduca/arquivos/anais2020.pdf. Acesso em: 10 de maio 2021.

VIVEIROS, K. F. M. A assistência à infância pobre. **Holos**, v. 5, p. 13-21, set. 2016. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4686>. Acesso em: 06 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2016.4686>

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência, 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. [Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres, Organização Pan-Americana da Saúde – Organização Mundial da Saúde]. OPAS/OMS; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Flacso: Brasília, 2015. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 15 de mar. 2020.

WARMLING, D.; LINDNER, S. R.; COELHO, E. B. S. Prevalência de Violência por Parceiro Íntimo em Idosos e Fatores Associados: Revisão Sistemática. **Cien Saúde Colet.**, [periódico na internet] (2017/Mai).v. 22, n. 9, set. 2017. [Citado em 29/04/2020]. Está disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/prevalencia-de-violencia-por-parceiro-intimo-em-idosos-e-fatores-associados-revisao-sistematica/16254?id=16254>. Acesso em: 06 de ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.12312017>

III – O TRABALHO, A SAÚDE E AS RELAÇÕES FAMILIARES DE DOCENTES E DISCENTES NA PANDEMIA: VULNERABILIDADES E FORÇAS

Resumo

Esta é uma pesquisa quanti-qualitativa que objetiva descrever e compreender aspectos de vulnerabilidade e de resiliência de docentes e discentes de instituições de ensino superior (IES) durante a pandemia, com enfoque no trabalho, na saúde e nas relações familiares. Foram aplicados 2 formulários *online*, um para docentes (grupo 1) e outro para discentes (grupo 2), cujos dados foram inseridos em programa para análise quanti-qualitativa. Principais resultados: ambos os grupos tiveram redução de renda, contudo, discentes foram 35% mais afetados. Para os docentes houve aumento de 3 horas na jornada de trabalho, 90% dos docentes de IES particulares relataram medo de perder o emprego, 24% perderam renda, 27% alteraram consumo de álcool, 50% tiveram vivências negativas despertadas pela pandemia, 71% perceberam alterações nas relações familiares e 40% relataram aumento de conflitos. Dos discentes: 60% trabalhavam, 50% perderam renda, 40% apresentaram alterações no consumo de álcool, 80% tiveram vivências negativas despertadas ou agravadas pela pandemia, 64% perceberam alterações nas relações familiares e 63% perceberam aumento de conflitos. Ambos os grupos descreveram as relações como principal fator de proteção, assim como atividades de trabalho ou estudo ou lazer. Constatou-se que no período anterior à pandemia os participantes possuíam algumas vulnerabilidades, sobretudo discentes que foram os grupos mais afetados e com forças e fatores de proteção reduzidos em comparação aos docentes.

Palavras-chave: Psicologia Organizacional e do Trabalho. Saúde Mental. Pensamento Sistêmico e Complexo.

III- WORK, HEALTH AND FAMILY RELATIONS OF TEACHERS AND STUDENTS IN THE PANDEMIC: VULNERABILITIES AND STRENGTHS

This is a quantitative-qualitative research that aims to describe and understand aspects of vulnerability and resilience of professors and students of higher education institutions (HEIs) during the pandemic, focusing on work, health and family relationships. Two online forms were applied, one for professors (group 1) and another for students (group 2), whose data were entered into a program for quantitative-qualitative analysis. Main results: both groups had reduced income, however, students were 35% more affected. For professors, there was an increase of 3 hours in the working day, 90% of professors from private HEIs reported fear of losing their jobs, 24% lost income, 27% changed alcohol consumption, 50% had negative experiences aroused by the pandemic, 71% noticed changes in family relationships and 40% reported increased conflicts. Of the students: 60% worked, 50% lost income, 40% showed changes in alcohol consumption, 80% had negative experiences aroused or aggravated by the pandemic, 64% noticed changes in family relationships and 63% noticed an increase in conflicts. Both groups described relationships as the main protective factor, as well as work or study or leisure activities. It was found that in the period before the pandemic, the participants had some vulnerabilities, especially students who were the most affected groups and with reduced strengths and protection factors compared to teachers.

Keywords: Organizational and Work Psychology; Mental health; Systems and Complex Thinking.

1. Introdução

Em março de 2020, devido ao avanço da pandemia por COVID-19, doença provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), ocorreu a maior interrupção do ensino-aprendizagem da história mundial, de forma não planejada e abrupta (NEVES; VALDEGIL; SABINO, 2020). Tanto no Brasil, como no mundo, as atividades não essenciais foram suspensas, o isolamento social foi recomendado e, em algumas regiões, foi imposto no “*lockdown*”, portanto os sujeitos só poderiam sair de casa para atividades essenciais. Isto ocorreu porque a COVID-19 possui alta transmissibilidade e pode levar à morte (FERREIRA; BARBOSA, 2020).

O isolamento social é uma das mais efetivas medidas de proteção, contudo é uma situação inédita para a sociedade contemporânea (VIO et al., 2020), que para alguns resulta em falta de contatos sociais e de acesso à renda, dentre outros fatores que fragilizam. É uma medida que, como outras, protege e pode vulnerabilizar os sujeitos (FERREIRA; BARBOSA, 2020).

A maioria das pessoas perdeu espaços de convivência e apoio, tais como áreas de lazer e escolas. O impedimento em estar nos espaços sociais que favorecem a legitimação e pertencimento, tende a aumentar a incerteza e o medo, que associados a tantas mudanças, pode se configurar como uma situação de vulnerabilidade (OLIARI; FEIJÓ, 2020; FERREIRA; BARBOSA, 2020). A sensação de incerteza, ampliada pelas constantes notícias sobre o aumento do número de mortos e ausência de recursos, podem, por sua vez, contribuir para alterações comportamentais e psicológicas (FIOCRUZ, 2020).

A expressão dessas vulnerabilidades pode estar relacionada aos conflitos familiares (exemplo: conflitos de trabalho-família e família-trabalho), ao consumo de substâncias psicoativas (SPA) e à violência doméstica (FERREIRA; BARBOSA, 2020). O excesso de convivência em pequenos espaços e a dificuldade de solução pacífica e dialogada para os conflitos fragiliza e adoece.

Contudo, apesar dessas vulnerabilidades e da crise complexa, consequências positivas, fatores de proteção e forças dos sujeitos e de grupos, portanto, aspectos de resiliência, podem surgir ou se manter. Há possibilidade de a convivência em isolamento melhorar laços familiares, facilitar a ressignificação da relação com o trabalho; promover adaptações, aprendizados e colaboração (PEREIRA, 2020).

Devido aos variados impactos da pandemia por COVID-19 propõe-se adotar um pensamento sistêmico e complexo sobre o fenômeno. O pensamento sistêmico e complexo desenvolve-se a partir do pressuposto de uma realidade multifacetada, inter-relacionada, imprevisível e complexa (OLIVEIRA; CREPALDI, 2014), que demanda incluir aspectos de relação, de processo e de contexto na visão sobre determinado fenômeno, tal como o impacto da pandemia por COVID-19 em estudantes e professores.

Este estudo tem o objetivo de investigar, comparar e compreender fatores de vulnerabilidade e de proteção, no tocante ao consumo de álcool, relações familiares e condições de trabalho de docentes e discentes do ensino superior durante a pandemia por COVID-19.

1.1 Antecedentes ao contexto pandêmico

Os conflitos são intrínsecos à sociedade, tem origem nas diferenças e desentendimentos; eles podem promover transformações positivas ou negativas, a depender das estratégias de resolução utilizadas (VIO; FEIJÓ; CAMARGO, 2020). Ao longo de diferentes etapas do ciclo vital de famílias e de indivíduos, é esperado que as pessoas tenham experiências conflituosas e utilizem estratégias para resolver tais experiências (FEIJÓ et al., 2017). Mas quando o conflito não é resolvido por meio de ações assertivas, há possibilidade de ocorrer uma violência (VICENTIM; LEME, 2014), uma ação que prejudica os sujeitos ou as coletividades.

Entende-se que a violência é um problema de saúde pública mundial, assim como a doméstica, que ocorre no lar e em contexto de familiaridade (OMS, 2002). Estudar a violência é essencial, devido aos prejuízos que ocorrem a curto e a longo prazos no desenvolvimento dos sujeitos, das famílias e de toda sociedade e afetam a saúde em seus aspectos físicos, psíquicos e sociais (SILVA; MOURA; ZUGMAN, 2014). No Brasil, a violência doméstica é um problema de saúde e políticas públicas, devido aos impactos e alta prevalência, atrelados à elevada desigualdade social (WAISELFISZ, 2015). Além disso, situações de violência e conflitos podem se associar ao consumo de SPA, tanto em quem age com violência, quanto em pessoas que sofreram a ação (SILVA; MOURA; ZUGMAN, 2014; FEIJÓ et al., 2017). O abuso de SPA, por sua vez, aumentou e possui alta prevalência entre os transtornos identificados na população brasileira e mundial (VICENTIM; LEME, 2014).

Nesse sentido, em 2013, a OMS alertou para a crise em saúde mental na qual era preocupante a frequência de transtornos associados ao abuso de SPA (sobretudo, a bebida alcoólica), ansiedade, depressão e estresse na população (VIAPIANA; GOMES; ALBUQUERQUE, 2018). No início de 2020, antes do anúncio da pandemia, Mota, Silva e Amorim (2020) mencionaram uma estimativa alarmante de que cerca de 450 milhões de pessoas sofriam de transtornos mentais e de comportamento, consideradas quase metade das causas para afastamento do trabalho. O uso e abuso de álcool pode se associar a problemas no trabalho, tanto como motivo para esses problemas, quanto como alternativa.

Esse aumento do adoecimento associado ao trabalho estava vinculado, dentre outros fatores, ao processo de globalização, a ampliação das exigências na produção em qualidade e maiores quantidades, de forma mais rápida, assim como a demandas por mão de obra muito qualificada (CARDOSO; FORLONI; DIAS, 2019), o que tem afetado o trabalho docente. Vio et al. (2020) mencionaram a condição de precarização deste fazer, iniciada há décadas, devido a alterações de leis, salários, conteúdos, projetos, práticas e valorização da profissão.

Cabe informar que aqui são considerados trabalhos o estudo, o cuidado com membros da casa, serviços domésticos e os empregos, uma vez que o trabalho é uma atividade remunerada ou não, pela qual a subsistência é obtida, as necessidades são garantidas e o sujeito transforma o mundo e a si mesmo (BORGES; YAMAMOTO, 2020).

1.2 O pensamento sistêmico e complexo e as vulnerabilidades e forças na pandemia

A estabilidade dos fenômenos é um pressuposto do pensamento científico moderno “positivista” que possui uma visão mecanicista, pautada na linearidade, nas análises de causa e efeito e na simplicidade da realidade (OLIVEIRA; CREPALDI, 2017). Em contraponto à ciência positivista, os estudos de base sistêmica e complexa promoveram uma transformação no pensamento científico, ao questionar, por exemplo, a estabilidade dos fenômenos humanos e a dinamicidade do mundo (OLIVEIRA; CREPALDI, 2017). Além de imprevisível e não estável, a realidade segundo o pensamento sistêmico e complexo é considerada multifacetada, construída por diversas partes que se relacionam e formam o “todo”. Contudo, o “todo” não se resume à soma dessas partes, uma vez que é impossível reproduzir as relações e a intersubjetividade, estabelecidas de forma sistêmica, recursiva e complexa de forma neutra ou sem influência do observador (GRANDESSO; RIVALTA, 2007).

A pandemia por COVID-19 impacta de diferentes formas as pessoas, em diferentes locais, a depender de certas condições individuais, sociais e programáticas (governamentais e estruturais). Pode ser entendida como um fenômeno complexo da realidade, com diversos desdobramentos que se relacionam e afetam de formas diferentes os sujeitos e grupos. De acordo com o pensamento complexo, o sofrimento humano está vinculado a fatores processuais, relacionais e contextuais:

[...] os problemas que as pessoas vivenciam e relatam atravessam e são atravessados por processos, tais como os ciclos de desenvolvimento dos indivíduos, das famílias, da sociedade e do próprio problema que vivenciam; por relações; e por contextos, como as condições socioeconômicas sociais e culturais – portanto, por paradigmas vigentes e ideologias dominantes (OLIARI; FEIJÓ, 2020, p. 3).

Ao tentar compreender o sofrimento humano, descreve-se o contexto pandêmico como associado às problemáticas: alto número de mortes e de contaminados, com sintomas físicos (respiratórios, neurológicos), psíquicos e sociais resultantes da infecção pelo vírus SARS-CoV-2 e/ou pelo isolamento social, pela incerteza, as inúmeras perdas, dificuldades relacionais, agravamento da crise econômica, perda de renda e de emprego, portanto, de inúmeras alterações nas relações, nas organizações e na sociedade (OLIARI; FEIJÓ, 2020).

Com base em Antoni e Koller (2010), na concepção tradicional, o adoecimento era pensado a partir do risco, termo utilizado no campo da saúde mental com o significado de estressor ou fator que predispõe a um resultado negativo ou indesejado tal como uma doença ou transtorno:

[...] o risco poderá desencadear um distúrbio ou uma doença, de acordo com sua severidade, duração, frequência ou intensidade de um ou mais sintomas ou comportamentos (ANTONI; KOLLER, 2010, p. 19).

Para compreender “riscos” e em alternativa às abordagens tradicionais, utiliza-se a noção de vulnerabilidade, uma palavra originária do direito, utilizada para sujeitos e grupos fragilizados. Nos anos 90, devido à dificuldade em prevenir doenças a partir da compreensão de riscos, o termo vulnerabilidade foi absorvido para o campo da saúde. A noção de vulnerabilidade na saúde é entendida por três eixos interligados: componentes individuais, sociais e programáticos (SILVA; MOURA; ZUGMAN, 2014).

Os componentes individuais são o conhecimento, os comportamentos, os pensamentos e a motivação dos sujeitos para utilizar práticas protetivas (SILVA; MOURA;

ZUGMAN, 2014). Os componentes sociais correspondem aos serviços de saúde e educação, condições materiais, grau de consciência e disposição para a mudança de determinada comunidade, além da qualidade de relações e interações. E os componentes programáticos correspondem às ações, recursos, programas e políticas públicas (SILVA; MOURA; ZUGMAN, 2014).

As vulnerabilidades dos sujeitos no contexto de pandemia por COVID-19 podem ser pensadas da seguinte forma:

existem pessoas diretamente afetadas, ou seja, aquelas que contraíram o vírus e a doença e os familiares e cuidadores imediatamente a cargo delas [...] dado os impactos amplos e sistêmicos de uma pandemia, de um modo mais geral, todos/as somos indiretamente afetados/as por ela. Somos mobilizados/as pelo temor ao adoecimento próprio ou de pessoas próximas, e temos nossas vidas modificadas pelas medidas de prevenção e controle da doença [...] devemos destacar os/as profissionais de saúde e cuidado porque vivem esse momento desde o lugar de quem é convocado a exercer sua prática profissional com sentido de urgência e agravada responsabilidade, a despeito do medo, da ansiedade e, muitas vezes, da falta de recursos e condições para o desenvolvimento de seu trabalho (SOUZA et al., 2020, p. 8).

Em síntese, os sujeitos adoecidos ou com familiares que contraíram a COVID-19 são diretamente afetados e todos os outros, inclusive os profissionais da saúde e do cuidado, são indiretamente afetados:

(a) pela experiência própria da doença, (b) pelas medidas de controle da pandemia (da restrição de circulação e contato social, aos estudos, ao trabalho e à interrupção da produção de renda, quebra de rotinas, intensidade de informações e a necessidade de aprendizado de novos comportamentos) e (c) pelos desdobramentos da pandemia em amplas dimensões da vida social (SOUZA et al., 2020, p. 9).

Souza et al. (2020) citam que a situação de pandemia perturbou e teve grande impacto na vida dos sujeitos, de modo a influenciar uma aquisição forçada da percepção de vulnerabilidade e afetar as dimensões: culturais, políticas, econômicas, sociais e existenciais.

Contudo, apesar de todos os sujeitos serem afetados pela COVID-19, nem todos são atingidos da mesma forma, alguns grupos foram mais fragilizados que outros (SOUZA et al., 2020). Alguns marcadores são as diferenças de gênero, raça e classe social (SOUZA et al., 2020).

Os sujeitos podem vivenciar desigualdades para conseguirem estudar e trabalhar na pandemia, devido à oferta de recursos tecnológicos, ambiente domiciliar e serviços domésticos, delimitados por papéis de gênero (RAMOS; PEDROLO; SANTANA, 2020).

Os docentes tiveram que recriar/adaptar conteúdos e aprender/aprimorar conhecimento sobre tecnologias digitais, o que implica em esforço maior do que o habitual (CAMACHO et al., 2020). Já os discentes passaram por adaptações com relação ao modo de obter conhecimento (RAMOS; PEDROLO; SANTANA, 2020). Eles enfrentam a incerteza sobre a progressão acadêmica, a qualidade do ensino e a execução de atividades práticas de aprendizagem (RAMOS; PEDROLO; SANTANA, 2020). Para docentes e discentes, pode haver dificuldade em conciliar a família, por confusão ou invasão das atividades do trabalho nesses espaços (LOSEKANN; MOURÃO, 2020).

Apesar das fragilidades, nem todos passam por situações de crise, isto porque os sujeitos e as relações possuem forças e reconhecê-las é uma tarefa importante (OLIARI; FEIJÓ, 2020). Deste modo, além dos riscos e fatores de vulnerabilidade, há fatores de proteção frente às fragilidades:

[...] os fatores de proteção poderão defender ou fortalecer a pessoa diante de um risco ou frente a uma condição de vulnerabilidade. Risco e proteção não são eventos estáticos, portanto, devem ser vistos como processos e podem ser definidos por suas implicações nas relações e nos resultados específicos. Cabe lembrar que qualquer variável pode agir como indicador de risco ou de proteção em uma determinada situação [...] os indicadores de risco e de proteção devem ser examinados dentro do contexto de vida da pessoa ou da família, pois um indicador compreendido como de risco pode se tornar protetivo no futuro e vice-versa (ANTONI; KOLLER, 2010, p. 19).

As concepções de vulnerabilidade e proteção apresentadas estão respaldadas no pensamento sistêmico e complexo e nos estudos sobre resiliência (SOUZA; CERVENY, 2006).

Como visto em Silva, Zugman e Moura (2014), às vulnerabilidades interagem com os fatores de proteção e há aspectos individuais e coletivos de resiliência. As coletividades são pontos de apoio e de proteção à saúde ou de vulnerabilidade, a depender do contexto. Essas redes correspondem às relações de uma pessoa com a outra e com os grupos e instituições (MEDEIROS, 2015). Postula-se que a relação entre as redes e os sujeitos é sistêmica e recursiva: um influencia o outro e é influenciado de volta, o que tem impacto na saúde de quem faz parte da rede (SLUZKI, 2010).

Nesse sentido, com base em Oliari e Feijó (2020), o contexto pandêmico provavelmente reduziu a interação dos sujeitos com as redes, o que pode ter reduzido a proteção que elas representavam e desta forma, aumentar a vulnerabilidade.

Contudo, para Estrela-Dias e Pais-Ribeiro (2014), o sofrimento inevitável e inerente à condição humana, pode representar possibilidade de aprendizado, amadurecimento e transformação de modo a contribuir de forma favorável a melhora da condição psicológica e redução dos impactos da situação de estresse e com efeitos positivos para a saúde física dos sujeitos.

2. Objetivos

Descrever, comparar e compreender fatores de vulnerabilidade e de proteção, no tocante ao consumo de álcool, relações familiares e condições de trabalho de docentes e discentes do ensino superior durante a pandemia por Covid-19.

3. Metodologia

3.1 Coleta de dados

Os dados foram coletados por meio de dois formulários *online*, o primeiro para os docentes, composto por 74 perguntas e o segundo, para discentes, com 78. Essas perguntas eram alternativas, de múltipla escolha e dissertativas, algumas obrigatórias (o participante não conseguiria enviar o formulário sem respondê-las) e outras opcionais. Ambos os formulários possuíam grupos de questões iguais: dados pessoais e sociodemográficos, relações familiares, trabalho doméstico e saúde física e mental. Os grupos de questões diferentes no formulário de docentes eram referentes ao exercício da docência na pandemia. No formulário aplicado em discentes, as questões diferenciais envolviam empregos, estágios e o estudo remoto.

O *link* e convite para participar da pesquisa foi divulgado por *e-mail* e mídias sociais para todo o Brasil, no período de novembro de 2020. O procedimento para convidar discentes a participar da pesquisa foi o mesmo, contudo a coleta com esse público foi de dezembro a abril de 2021.

3.2 Participantes e Cuidados Éticos

Participaram dessa pesquisa 213 docentes e 200 discentes de cursos de graduação do ensino superior no Brasil. Utilizou-se os seguintes critérios de inclusão para a resposta desses participantes: ser maior de 18 anos, ser docente ou discente de curso de graduação do ensino

superior. As respostas daqueles que não atenderam a esses critérios de inclusão e as duplicações foram excluídas.

Tanto a pesquisa com docentes, quanto com discentes, foram submetidas ao Comitê de Ética da Faculdade de Ciências da Unesp e foram aprovadas (parecer em anexo 1 e 2). Foi proposto que todos os participantes assinassem o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndices 1 e 2) e caso não o fizessem, não conseguiriam acesso ao conteúdo do formulário. Esses termos foram individualmente enviados para os *e-mails* cadastrados.

Os dados de identificação e localização dos participantes eram inseridos no início do formulário e permaneceram sob os cuidados dos pesquisadores até a finalização da coleta e envio das cópias dos TCLE. Depois desse envio, esses dados foram separados das respostas aos formulários para preservar a identidade dos participantes.

3.3 Análise de dados

Os participantes foram separados em dois grupos: 1 - docentes e 2 - discentes e as respostas obtidas por meio dos formulários foram inseridas em um programa para análise de dados. Foram tabuladas as frequências, porcentagens e médias dos dados quantitativos de cada grupo. Os dados qualitativos foram analisados conforme o conteúdo a partir da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011).

4. Resultados

4.1 Dados gerais/apresentação

Os docentes eram 66% do sexo feminino, a maioria com mais de 31 anos, 5% jovens adultos (menos de 30 anos) ou idosos (0,5%), 85% permaneciam em isolamento, 68% não possuíam comorbidades e 11% apresentavam algum transtorno, entretanto 51% faziam uso diário de alguma medicação. Além disso, 60% moravam em casas, 69,5% estavam em união estável ou eram casados, 18% eram solteiros e a minoria. A maioria (70%) tinha filhos, 14% residiam com algum idoso ou pessoa com necessidades especiais. Aproximadamente 53% dos participantes eram docentes de instituições públicas e outros 41% de instituições privadas.

Com relação aos discentes, 74% pertenciam a instituições públicas, 68% eram mulheres, 85% residentes no estado de São Paulo, 63% possuíam entre 21 e 30 anos, 27% entre 18 e 20 anos, 1% possuía mais de 51 anos. Estavam em isolamento social 71%, sendo

87% solteiros, 33% possuíam alguma comorbidade, 24% relataram possuir algum tipo de transtorno psicológico e 36% faziam uso de algum medicamento. Os dados de doença foram 35% menores nos discentes e 15% menores para consumo de medicação. A maioria (93%) não possuíam filhos, 72% residiam em casa, cerca de 16% moravam com algum idoso ou pessoa com necessidades especiais.

De forma oposta ao que ocorreu com os docentes, os discentes tiveram uma redução média de 20 minutos para o tempo de estudo e aqueles que pertenciam a instituições privadas tiveram redução 16% maior, quando comparados aos que pertenciam às instituições públicas. Com relação à saúde física, provavelmente devido a idade, os discentes possuíam menos comorbidades. Contudo, neste grupo a frequência de transtornos psicológicos foi 14% maior.

A Tabela 1 apresenta a área de formação dos participantes.

Tabela 1 – Área de formação.

Área de formação	Docentes		Discentes	
	N	%	N	%
Ciências da Saúde	68	31%	79	39%
Ciências Humanas	64	30%	73	36%
Mais de uma área	31	14%	0	0
Ciências Sociais	25	11%	14	7%
Ciências Exatas e engenharias	22	10%	21	10%
Ciências Biológicas	3	1,4%	4	2%
Linguística, letras ou artes	0	0	4	2%
Tecnologia	0	0	5	2%
Total	213	100%	200	100%

Fonte: elaboração da autora.

A prevalência de áreas de formação foi parecida em ambas as amostras, contudo 14% dos docentes possuíam mais de uma formação e 89% dos discentes estavam na primeira graduação.

Além da área de formação, a titulação dos docentes foi investigada, prevaleceram participantes com nível de doutorado (43%) e mestrado (28%) que costumam ser as titulações exigidas para trabalhar como docente no ensino superior, em especial nas instituições públicas.

4.2 Trabalho e estudo remoto

Cerca de 24% dos docentes trabalhavam de forma mista, presencial e online, e 30% destes mencionaram medo de adoecer ou contaminar familiares, sofrimento psicológico ou dificuldade com as medidas de prevenção ao vírus. Como exemplos citamos estes fragmentos de respostas coletadas junto aos participantes de nossa pesquisa: P199 - “Pais e filho em grupo de risco. Medo de contaminá-los pois sou o apoio para as atividades externas”; P137 - “Mudança na rotina, como uso de máscara, aulas híbridas”; P116 - “o desrespeito das outras pessoas às regras de distanciamento”.

Cerca de 23% dos discentes trabalhavam ou realizavam estágio de forma mista ou presencial e 56% deles mencionaram medo de contrair o vírus/contaminar familiares e sofrimento psíquico. O medo, sofrimento e dificuldades dos discentes no trabalho presencial foi 26% maior que o dos docentes.

Apesar de manterem o trabalho, a renda passou por alterações, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Variação na renda durante a pandemia.

Salário na pandemia	Docentes		Discentes	
	n	%	n	%
Redução de 10% a 20%	12	5%	21	10%
Redução de 20% a 30%	10	4%	13	6%
Redução de 30% a 40%	11	5%	12	6%
Redução de 40% a 50%	5	2%	13	6%
Redução de 50% ou mais	3	1,4%	15	7%
Redução menos de 10%	11	5%	19	9%

Aumentou	2	0,9%	8	4%
Não se aplica porque não perdi renda.	159	74%	96	48%
Teve uma redução inicialmente	0	0	2	1%
Familiar perdeu o emprego	0	0	1	0,5%
Total geral	213	100%	200	100%

Fonte: elaboração da autora.

Aproximadamente, 15% dos docentes tiveram o salário reduzido em até um terço, quase 9% perderam mais do que isso, os docentes de instituições públicas foram 17% menos afetados por essas reduções. Apesar de o salário ter reduzido, o tempo destinado à docência aumentou em média 3 horas para docentes de instituições privadas e 2 horas para os das instituições públicas.

Mais da metade dos discentes (59%) trabalhavam, a renda familiar deles foi mais prejudicada, as reduções foram 22% maiores que as dos docentes, tanto discentes de instituições privadas, quanto de instituições públicas relataram: 47% para alguma redução, 17% em até um terço e 21% em mais de um terço.

As famílias dos discentes foram 35% mais afetadas pela redução de renda do que a dos docentes: 47% dos discentes tiveram alguma redução de renda durante a pandemia, 26% em até um terço e 20% em mais de um terço.

4.3 Saúde física e mental

Na questão obrigatória sobre o consumo de bebidas alcoólicas de quem mora com os docentes, foram excluídas 47 respostas (14%) referentes a sujeitos que moram sozinhos. A Tabela 3 apresenta o resultado em relação à questão proposta aos participantes sobre o consumo de álcool das pessoas que moram com eles.

Tabela 3 – Consumo de bebida alcoólica em quem mora com os participantes.

Padrão de consumo	Docentes		Discentes	
	n	%	N	%

Se manteve o mesmo de antes da pandemia	138	75%	151	73%
Aumentou	31	16%	40	19%
Reduziu	15	8,2%	15	7,3%
Total	184	100%	206	100%

Aproximadamente 25% da amostra de docentes percebeu alterações no consumo de bebidas alcoólicas nos familiares, já em discentes ocorreu em 26%, 19% para aumento e 7,3% redução. Docentes apresentaram percepção de não alteração desse consumo pelos familiares 8% maior que os discentes, ou seja, foram menos afetados.

Com relação ao consumo de bebida alcoólica dos participantes docentes, 8% não faziam uso da substância e 2% eram gestantes e lactantes e, por isso, pararam de beber. Portanto, elaborou-se a análise das respostas daqueles que consumiam bebidas alcoólicas (Tabela 4).

Tabela 4 – Consumo de bebida alcoólica dos participantes.

Padrão de consumo	Docentes		Discentes	
	n	%	n	%
Se manteve o mesmo de antes da pandemia	151	73%	82	47%
Aumentou	40	19%	38	22%
Reduziu	15	7%	49	28%
A bebida alcoólica diminuiu, porém aumentou o uso de drogas psicoativas.	0	0	1	0,58%
Total	206	100%	171	100%

Fonte: elaboração da autora.

Aproximadamente 27% dos docentes mencionaram alterações no consumo de bebidas alcoólicas, 19% sinalizaram positivamente para o aumento e 7,3% redução, dois participantes constataram aumento inicial entre os quatro primeiros meses de isolamento, ambos citaram consequente redução nos meses seguintes, um deles por causa da hipertensão.

Já para quase a metade dos discentes ocorreram alterações, sendo 28% aumento, 22% redução e um mencionou o consumo de drogas psicoativas. Em comparação, os discentes apresentaram uma redução no consumo de bebidas alcoólicas 21% menor que os docentes, contudo, os docentes tiveram alterações no consumo 25% menor.

4.4 Relações familiares

Investigou-se a relação das pessoas com quem os participantes moram. Foram excluídas 47 respostas (14%) referentes a sujeitos que moravam sozinhos.

A maioria dos docentes (71%) percebeu mudanças nas relações familiares. Realizou-se categorização da pergunta opcional dissertativa sobre os motivos para essa percepção e 52% foram negativas. Desses motivos negativos, a fala de P90 é um exemplo que evidencia a vulnerabilidade no trabalho remoto: “muitas horas sentada no computador, estou com problemas na coluna, L.E.R. e mentalmente esgotada, estou tomando medicamentos, e preciso de férias, assim como os alunos”. Outro relato sobre o aumento e sofrimento no trabalho remoto foi o de P185: “A ampliação da jornada de trabalho de todos promoveu uma ressignificação do cotidiano”. Além do aumento do trabalho remoto e redução do tempo de convivência e lazer, os docentes falaram da piora nas sensações de irritabilidade e ansiedade, aumento de tensão e conflitos.

Sobre o aumento dos conflitos, brigas ou situações de violência nas famílias dos docentes, foram excluídos participantes que moravam sozinhos e elaborou-se a porcentagem daqueles que constataram aumentos ou não. Quase a metade (41%) constataram o aumento de conflitos. Na questão dissertativa e opcional sobre o motivo para o aumento desses conflitos e brigas, as respostas mencionaram a irritabilidade, ansiedade, dificuldades com a divisão do espaço para trabalho e as atividades domésticas, conforme categorização abaixo (Tabela 5).

Tabela 5 – Motivos de conflitos em docentes.

Motivos	n	%
Tarefas Domésticas	19	24%
Estresse/Ansiedade/Irritabilidade	17	21%
Organização E Divisão Do Tempo, Espaço E Recursos Na Casa	12	15%
O Trabalho Remoto	9	11%
Excesso De Convivência	8	10%

Sobrecarga De Trabalhos	5	6%
Em Função Do Isolamento	3	3,8%
Brigas Comuns De família	2	2,5%
Falta De Comunicação	2	2,5%
Tempo Ocioso	1	1,2%
Falta De Tempo	1	1,2%
Total	79	100%

Fonte: elaboração da autora.

As tarefas domésticas foram motivos de conflitos entre 24% dos docentes participantes, tais como para P8: “Problemas na divisão do trabalho doméstico”. Marido argumenta que não é prioridade”. Outras questões são relativas ao aumento do estresse/irritabilidade/sobrecarga, ocorridas com 22% dos respondentes, como P166: “É muito cansativo acumular as tarefas domésticas e as profissionais, ainda por cima lidar com o medo e a ansiedade causados pela pandemia”.

Com relação aos discentes, 64% identificaram mudanças nas relações familiares, 57% negativas, sendo que 43% sinalizaram para o aumento dos conflitos (Tabela 6).

Tabela 6 – Motivos de conflitos em discentes.

Motivos	n	%
Auxílio Com Tecnologia	1	0,9%
Conflitos	17	15%
Dividir Tarefas Domésticas	1	0,9%
Divisão Do Espaço	1	0,9%
Estresse/Depressão/Ansiedade/ Tensão	28	25%
Maior Aproximação	47	4%
Respeito	4	3,6%
Voltou A Morar Com Os Pais	11	10%
Total	110	100%

Fonte: elaboração da autora.

Quase 41% dos discentes perceberam aumento de conflitos, 43% deles atribuíram a maior aproximação como fator associado ao aumento de conflitos. O participante P128 exemplificou tal situação ao informar sobre vulnerabilidades pré-existent: "Os conflitos são os mesmos por motivos do dia a dia como atividades da casa ou divergência de opiniões e de comportamentos. Só estão mais recorrentes com o aumento da convivência".

Como apareceu em algumas respostas acima, alguns participantes possuíam fatores de vulnerabilidade que foram potencializados na pandemia e a tabela 7 apresenta respostas sobre sensações e sentimentos durante a pandemia.

Tabela 7 – Sensações e sentimentos durante a pandemia

Sensações e sentimentos despertados pela pandemia	docentes		discentes	
	n	%	n	%
Positivos	35	16%	19	9,5%
Desconfortáveis	105	49%	80	40%
Não ocorreram mudanças	33	15%	20	10%
Piorou os sentimentos e sensações desconfortáveis que eu já tinha	40	18%	81	40%
Total	213	100%	200	100%

Fonte: elaboração da autora.

Os docentes apresentaram o dobro de respostas para sensações e sentimentos positivos despertados na pandemia e os discentes quase o dobro para respostas de vulnerabilidade anterior, com piora na pandemia. Os sentimentos e sensações desconfortáveis eram: irritação, medo, ansiedade e tristeza. Além desses sentimentos, as principais vulnerabilidades dos participantes foram investigadas em questão aberta e a categorização e frequência dos dados será apresentada na tabela 8.

Tabela 8 – Principais vulnerabilidades em docentes.

Motivo	n	%
--------	---	---

Relações	5	2,4%
Equilíbrio trabalho-família	14	6,7%
Estudo remoto	0	0
Isolamento	75	35%
Perda de renda	15	7,1%
Saúde física	36	17%
Serviços/ lazer interrompidos	11	5,2%
Sofrimento psicológico	43	20%
Trabalho presencial	0	0
Trabalho remoto	10	4,7%
Total	209	100%

Fonte: elaboração da autora.

Quase 36% dos docentes relataram dificuldades com o isolamento social, 20% sofrimento psicológico associado a estresse e irritação, 17% indicaram que a saúde física deles e dos familiares se encontravam com alguma fragilidade, além, do medo de adoecer, inclusive P8 escreveu sobre o medo de contaminação: “Eu e meu marido trabalhamos em hospital e estamos expostos”. Sobre o trabalho remoto, as queixas foram de sobrecarga, acúmulo de tarefas e aumento da instabilidade no emprego.

Já para os discentes, a questão financeira foi importante vulnerabilidade descrita, conforme Tabela 9.

Tabela 9 – Aspectos de vulnerabilidade em docentes.

Motivo	n	%
Relações	18	6,9%
Estudo remoto	9	3,4%
Renda	83	31%
Interrupção de serviços	6	2,3%
Isolamento social	17	6,5%
Trabalhar presencial	13	5%
Rotina, espaço, tempo e tarefas	7	2,6%

Saúde física e dos familiares	58	22%
Sofrimento psicológico	41	15%
Trabalho	8	3%
Total	260	100%

Fonte: elaboração da autora.

Muitos discentes e seus familiares possuíam trabalhos autônomos, de modo que foram negativamente afetados pela perda ou ameaça de perda de renda, a exemplo do que relata P85: “Os trabalhos de meus esposo como segurança que complementam a renda foram suspensos logo no início da pandemia e recentemente o mesmo perdeu seu emprego fixo”. Em “relações”, a fala de P27 trata da readaptação “fato de eu estar em casa e não morar com os meus pais há 3 anos”. Esse participante, assim como outros, deixou a casa dos pais para estudar e durante a pandemia precisou retornar e se readaptar a convivência com os familiares.

A saúde dos participantes e familiares deles foi fator importante, aliás porque muitos familiares pertenciam ao grupo de risco e continuavam a trabalhar de forma presencial, como foi relatado por P4: “Como somos feirantes, acabamos precisando nos expor a uma certa multidão e mesmo com máscara e álcool me sinto insegura e com medo, além de irritada por ver pessoas andando sem máscaras no meio da aglomeração”. Assim como os docentes, os discentes mencionaram sofrimento psicológico associado ao medo, cansaço, ansiedade e irritabilidade. Esses fatores interagem e podem aumentar o sofrimento e fragilidade dos sujeitos.

4.5 Forças e fatores protetivos

Apesar de menos expressivos em ambos os grupos, o contexto pandêmico despertou sensações e sentimentos positivos como a felicidade e a esperança (Tabela 10).

Tabela 10 – Suporte/apoio de familiares para o trabalho/estudo remoto DURANTE a pandemia.

Percepção	Docentes		Discentes	
	n	%	n	%
Muito insatisfatório	13	6,1%	8	5,6%
Insatisfatório	13	6,1%	7	8,3%
Bom	23	10%	11	13%

Satisfatório	65	30%	30	35%
Muito satisfatório	93	43%	28	33%
Total	213	100%	200	100%

Fonte: elaboração da autora.

Em ambos os grupos prevaleceram percepções positivas sobre o apoio dos familiares. Em 45% das respostas sobre mudanças nas relações de docentes com os familiares a percepção foi de melhoria, a exemplo do que descreve P11: “mais qualidade com a família, mais filmes, mais divisão de trabalho”. Além disso, para alguns, houve a possibilidade de aumentar o contato, o que foi positivo: P18 - “Antes da pandemia meu marido viajava bastante passando pouco tempo em casa, com a pandemia com o *home office*, temos passado mais tempo juntos, o que tem fortalecido nossa relação”.

Cerca de 38% dos discentes tiveram mudanças positivas nas relações familiares, maior proximidade, comunicação, divisão de tarefas e auxílio mútuo. Tais como a divisão de tarefas de P194 - “Tentamos dividir as tarefas e funções da casa de forma a não sobrecarregar ninguém”; ou a proximidade e comunicação de P59 - “Conversar mais sobre assuntos não essenciais.”; e P132 - “Estamos ficando mais juntos, e para minha surpresa foi bem legal, aumentou nossa intimidade.” Inclusive, algumas relações foram ressignificadas, como descreve P196: “Me aproximei mais de meus irmãos, antes não nos dávamos muito bem” e P45: “Consegui me comunicar melhor e o relacionamento amadureceu”.

Sobre os fatores positivos que correspondem a forças para os participantes, a tabela 11, abaixo, apresenta a categorização, frequência e porcentagem da resposta dissertativa.

Tabela 11 – Fatores protetivos e forças.

		Docentes	Discentes	
Categoria	n	%	n	%
Relações	118	53%	90	40%
Auxílio de profissionais da saúde	24	10%	31	13%
Atividades	30	13%	30	13%
Pensar positivo	24	10%	29	12%
Recursos	21	9,4%	22	9,8%

financeiros, mesmo que mínimos como o auxílio

Espiritualidade	2	0,9%	14	6,2%
Aprendizado/organização/estratégia	3	1,3%	6	2,6%
Diminuir relações familiares	0	0	2	0,8%
Total	222	100%	224	100%

Fonte: elaboração da autora.

A categoria de relações foi a mais mencionada por ambos os grupos, correspondeu a fatores como a união, colaboração, manutenção de amizades, mesmo que à distância. Pouco mais da metade dos docentes escreveram sobre as relações, inclusive como melhoraram. Sobre isso, P54 relata: “Mais comunicação entre nós, fazermos atividades prazerosas com mais frequência [...]”. A categoria de relações foi 13% menor para os discentes, pois correspondeu a 40% e os exemplos são as falas de P31 - “Minha mãe me apoia e eu apoio ela” e P42 - “Nossa força vem de dentro da família e de amigos próximos”.

O acompanhamento com profissionais da saúde mental, tais como o psicólogo ou psiquiatra, apareceu em 13% dos discentes, frequência 3% maior do que nos docentes. Ambos os grupos mencionaram em 13% a importância de atividades: o trabalho ou estágio, assistir vídeos na internet, meditação e atividades físicas. Essas atividades podem corresponder a um propósito, facilitar interação social e propiciar prazer. Os aspectos positivos citados foram: esperança, paciência e empatia, e apareceram em quase 13% dos discentes e 11% dos docentes. Os recursos financeiros (poupança, bom salário e auxílio emergencial) colaboraram em quase 10% como fator de proteção para ambos os grupos. Houve diferença de 5% maior para a porcentagem de prática religiosa nos discentes. Os aprendizados e adaptações, por meio de estratégias e rotinas foram pouco mencionados em ambos os grupos. Ressalta-se que 2,6% dos discentes escreveram sobre a importância em se manter a distância/individualidade, como P13 - “[...] isolamento dentro de casa (diminuir um pouco a convivência para não brigar)”.

5. Discussão

A idade é dado demográfico que se associa à condição de vulnerabilidade, pois os docentes eram sujeitos mais velhos que possuíam doenças crônicas associadas ao envelhecimento. Por tal motivo, eles utilizam mais medicamentos, de modo que relataram maior temor com relação à COVID-19. Todavia, discentes relataram maior receio de que os familiares contraíssem a doença.

Tal situação ocorre devido à incerteza, risco de adoecimento e morte, crise sanitária e impactos sobre a economia (FERREIRA; BARBOSA, 2020). Deste modo, a recomendação de permanecer em isolamento foi descrita como uma vulnerabilidade em ambos os grupos, o que prejudicou a interação e reduziu a rede de apoio, conforme Oliari e Feijó (2020). Não só a redução da rede de apoio, mas as interações foram reduzidas e há que se mencionar fatores culturais sobre a saúde mental na pandemia, uma vez que o brasileiro é considerado afetuoso e sociável (FERREIRA; BARBOSA, 2020).

Com base nos modos de ser afetados pela pandemia, descritos por Souza et al. (2020), em ambos os grupos prevaleceram modos indiretos, tais como: conseguir equilíbrio entre o trabalho remoto e as tarefas domésticas e cuidados com os membros da casa (principalmente em docentes), a redução de renda (sobretudo nas famílias dos discentes), o isolamento. A renda foi fator de proteção para os docentes de instituições públicas e discentes vinculados ao serviço público, uma vez que há maior estabilidade nos empregos docentes e não há mensalidade a ser paga por discentes. Contudo, alguns sujeitos, de ambos os grupos, sobretudo discentes, foram afetados de forma direta (Souza et al., 2020), devido à necessidade de trabalhar de forma mista ou presencial.

Tanto as respostas de docentes, quanto de discentes, conforme Ferreira e Barbosa (2020), mostram que o isolamento protege do vírus, mas vulnerabiliza ou potencializa a vulnerabilidade para os conflitos, situações de violência e redução de recursos e serviços. Os conflitos ocorreram em ambos os grupos, nos docentes devido a divisão de tarefas e nos discentes por dificuldades de comunicação.

A situação de confinamento influencia o aumento da irritabilidade e estresse e estes podem ocasionar conflitos e situações de violência (FERREIRA; BARBOSA, 2020). Nas questões dissertativas sobre os motivos de conflitos e as vulnerabilidades, ambos os grupos relataram maior estresse e irritabilidade e alguns atribuíram essas condições como precursoras de conflitos.

Outro motivo para os conflitos foi a divisão de tarefas, nesse aspecto é importante mencionar que no Brasil, em 2016, as mulheres gastavam 73% horas a mais em serviços domésticos do que os homens, em 83% dos lares com crianças, a principal cuidadora é a mãe (OLIVEIRA, 2020). Esse fator foi impactante em docentes e entende-se que isto pode ocorrer devido a sobreposição de fases do desenvolvimento e demandas que são diferentes das dos discentes, uma vez que a maioria destes eram solteiros e sem filhos.

Há que se mencionar que o contexto anterior à pandemia fragilizou diversos sujeitos para o adoecimento físico e psíquico (OLIARI; FEIJÓ, 2020). A vulnerabilidade em saúde mental foi potencializada na pandemia em um quinto dos docentes participantes, porém de forma expressiva em quase a metade dos discentes, conforme apareceu na questão alternativa sobre sensações e sentimentos.

Outra questão que influencia a saúde física e mental é a precarização do trabalho, entendida como a fragilização de vínculos, benefícios, valorização, dentre outras dimensões (BERGER, 2017).

Como resultado dessas transformações, a saúde física e mental dos trabalhadores e das famílias deles e até mesmo a sociedade podem ser prejudicadas. Nesta conjuntura, conflitos na família podem ocorrer por causa do trabalho e vice-versa, assim como podem ser ocasionados ou agravados pelo consumo de SPA (FEIJÓ et al., 2016) e um participante discente informou sobre "alcoolismo" de familiar que vulnerabiliza a família na pandemia; como no relato: P83 - "Na pandemia voltei para a casa dos meus pais; pai alcoólatra com início de depressão devido a perda do emprego".

Além disso, o consumo de bebida alcoólica é entendido, dentre outros motivos, como alternativa para lidar com o sofrimento físico e mental, inclusive ocasionado pelo trabalho, e há indícios de que o sofrimento mental aumenta a probabilidade de consumo da substância (GARCIA-CERDE et al., 2021).

No contexto de estresse e vulnerabilidades ocasionadas pela pandemia, o consumo da substância pode ter aumentado (GARCIA-CERDE et al., 2021) e isto ocorreu em parte das amostras de ambos os grupos. Contudo, o consumo de bebida alcoólica se relaciona, dentre outros motivos, à socialização e ao isolamento, os sujeitos (como apareceu na amostra) deixaram de frequentar festas, bares e restaurantes, o que reduziu o consumo.

Outras vulnerabilidades foram relatadas em dados sociodemográficos fornecendo informações sobre condições associadas ao gênero, escolaridade e renda que podem implicar

em vivências diferentes e em desigualdades (RAMOS; PEDROLO; SANTANA, 2020). A maioria dos participantes, de ambos os grupos, pertencem ao gênero feminino, entende-se que este gênero é mais afetado com relação a exigências de trabalho doméstico e cuidados com familiares (OLIVEIRA, 2020).

Nesse sentido, os sujeitos podem apresentar dificuldades de realizar o teletrabalho, devido a forma abrupta na qual este foi proposto, somado à sobreposição de serviços domésticos, assim como a influência da renda. De acordo com Souza (2021), quanto maior a renda, maior o percentual de teletrabalho, ou seja, uma parte da população não possui condições materiais para tal trabalho. Outra questão é o empecilho para desenvolver as atividades de ensino-aprendizagem de forma remota, devido aos aspectos supracitados.

Os discentes apresentaram tanto nas questões fechadas e de múltipla escolha, quanto nas questões dissertativas, maior vulnerabilidade socioeconômica por causa da perda de renda. Nos docentes foi maior a queixa por aumento e sobrecarga do trabalho, em detrimento da redução de renda. Contudo, uma parcela considerável dos docentes teve um prejuízo grande na renda e alguns descreveram o receio em perder o emprego.

Os dados obtidos nos dois grupos sobre trabalho e renda corroboram com Souza (2021), que constatou aumento da quantidade de horas trabalhadas durante a pandemia; este aumento varia de acordo com a carga horária e é maior para sujeitos que trabalham mais de 9 horas, contudo, houve redução nos salários. Deste modo, percebe-se que sujeitos que trabalham mais de nove horas já poderiam estar expostos à precarização devido à jornada de trabalho e foram mais afetados pela pandemia.

Contudo, os sujeitos e coletividades possuem forças e fatores que são protetivos a depender dos contextos (GRANDESSO; RIVALTA, 2007). As relações significativas favorecem a sensação de bem-estar e prevaleceram como aspectos protetivos à saúde dos participantes de ambos os grupos no contexto pandêmico. Em ambos os grupos foram mencionadas as atividades que facilitam a interação social, porém aos sujeitos atenderem a propósitos e conseguirem obter prazer. Os aspectos individuais como emoções e pensamentos positivos apareceram em ambos os grupos e favorecem a proteção da saúde e readaptação após situação de estresse (ESTRELA-DIAS; PAIS-RIBEIRO, 2014). Por fim, verificou-se que os mesmos fatores, em diferentes sujeitos e contextos podem corresponder a aspectos de vulnerabilidades ou de proteção, portanto, condições não estáveis da realidade complexa (ANTONI; KOLLER, 2010).

6. Considerações Finais

Esta pesquisa descreveu panorama de discentes e docentes durante a pandemia, teve caráter exploratório, sendo essa uma limitação. Propõe-se investigações que tenham a intenção de compreender aspectos que apareceram aqui, porém não foram de forma específica. Por exemplo, questões relativas às dificuldades com organização do tempo e espaço, alterações em saúde mental, com ênfase nos sintomas de ansiedade, depressão e estresse e a comunicação familiar.

Docentes e discentes sofreram com impactos negativos da pandemia, tais como a perda de renda, aumento da carga de estudo e/ou trabalho, piora na saúde mental e conflitos familiares. A divisão das tarefas, do tempo e do espaço foi descrita como problemática para ambos os grupos e prevaleceu enquanto queixas da pandemia. Todavia, os discentes foram mais afetados por esses impactos negativos, portanto estiveram mais vulneráveis.

Consequências positivas ocorreram e foram maiores para os docentes, tais como a possibilidade de estreitar laços e acompanhar os filhos e ter atividades de lazer. Para muitos, o trabalho foi mencionado como vinculado à manutenção da saúde mental em tempos de pandemia. Estudar e intervir nesses aspectos positivos parece uma possibilidade promissora, sobretudo como alternativa à tendência dos estudos em enfatizar aspectos negativos, o que pode vulnerabilizar ainda mais os sujeitos.

Além disso, a pandemia não acabou, dessa forma este estudo não esgota o tema e novas pesquisas são necessárias, sobretudo em relação às consequências posteriores e à retomada presencial. Recomenda-se estudos interventivos sobre a saúde mental, o trabalho e as relações familiares na pandemia, visando mitigar os impactos negativos e ampliar fatores protetivos neste contexto.

7. Referências

ANTONI, C.; KOLLER, S. H. Uma família fisicamente violenta: uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. **Temas em psicologia**, v. 18, n. 1, p. 17-30, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100003 Acesso em: 16 ago. 2021.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 7. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. Mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. In: ZANELLI, L. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, p. 26-72, 2014.

CAMACHO, A. C. L. F. et al. Tutoring in distance education in times of COVID-19: relevant guidelines. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 5, e30953151, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3151> Acesso em: 16 ago. 2021. doi: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i5.3151>

CARDOSO, H. F.; FORLINI, J. B.; DIAS, J. P. Clima e suporte organizacional: avaliação e relação entre as temáticas. **CES Psicología**, v. 12, n. 2, p. 65-82, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-30802019000200065#:~:text=Associa%C3%A7%C3%B5es%20positivas%20entre%20suporte%20organizacional,literatura%20cient%C3%ADfica%20em%20outros%20estudos.&text=Em%20estudo%20realizado%20Kolb%20\(2014,var%C3%A1vel%20que%20o%20influncia%20positivamente](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-30802019000200065#:~:text=Associa%C3%A7%C3%B5es%20positivas%20entre%20suporte%20organizacional,literatura%20cient%C3%ADfica%20em%20outros%20estudos.&text=Em%20estudo%20realizado%20Kolb%20(2014,var%C3%A1vel%20que%20o%20influncia%20positivamente). Acesso em: 16 ago. 2021. doi: <https://doi.org/10.21615/cesp.12.2.6>

COSTA, M. M. S. **Mediação no âmbito escolar como ferramenta para formação de crianças e adolescentes gestores dos próprios conflitos**. Centro Universitário UNIFACIG: Manhauçu, 2019. Trabalho de conclusão de curso. 43 p.

ESTRELA-DIAS, M.; PAIS-RIBEIRO, J. Intervenção psicológica positiva em grupo: forças e virtudes na reabilitação pós-AVC. **Psicologia, Saúde e Doenças**, v. 15, n. 1, p. 202-219, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/362/36231157017.pdf> Acesso em: 16 ago. 2021. doi: <https://doi.org/10.15309>

FEIJÓ, M. R. et al. Conflito Trabalho-família: Um Estudo sobre a Temática no Âmbito Brasileiro. **Pensando Famílias**, v. 21, n. 1, p. 105-119, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000100009 Acesso em: 16 ago. 2021. doi:

FERREIRA, M. G.; BARBOSA, E. I. Antagonismo do isolamento: o distanciamento que protege e vulnerabiliza frente ao contexto de pandemia. **Health Residencies Journal**, v. 1, n. 3, p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://escsresidencias.emnuvens.com.br/hrj/article/view/36> Acesso em: 16 ago. 2021. doi: <https://doi.org/10.51723/hrj.v1i3.36>

GALDINO, R. C. A. Mediação de conflitos na escola: pontos e contrapontos. **Revista Educação**, v. 15, n. 1, p. 158-163, 2020. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/4016> Acesso em: 16 ago. 2021. doi: [x.doi.org/10.33947/1980-6469-v15n1-4016](https://doi.org/10.33947/1980-6469-v15n1-4016)

GARCIA-CERDER, R. et al. Alcohol use during the COVID-19 pandemic in Latin America and the Caribbean. **Rev Panam Salud Publica**, v. 45, 2021. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/53908> Acesso em: 16 ago. 2021. doi: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.52>

GRANDESSO, M.; RIVALTA, M. B. (Orgs.) **Terapia Comunitária: Tecendo redes para a transformação social – Saúde, Educação e Políticas Públicas**. Casa do Psicólogo, São Paulo: 2007.

LOSEKANN, G. C. B. R.; MOURÃO, H. C. Desafios do teletrabalho na pandemia COVID-19: quando o home vira office. **Caderno de Administração**, v. 28, p. 71-75, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53637> Acesso em: 16 ago. 2021. doi: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v28i0.53637>

MOORE, C. W. **O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

OLIARI, A. L. T.; FEIJÓ, M. R. Terapia online e fortalecimento de vínculos em tempos de pandemia. **Cadernos de PsicologiaS**, Curitiba, n. 1, 2020. Disponível em: <https://cadernosdepsicologias.crppr.org.br/terapia-online-e-fortalecimento-de-vinculos-em-tempos-de-pandemia/> Acesso em: 16 ago. 2021.

OLIVEIRA, J. L. A. P.; CREPALDI, M. A. A epistemologia do pensamento sistêmico e as contribuições de humberto maturana. **Psicologia Em Estudo**, v. 22, n. 3, p. 325-334, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/33944> Acesso em: 16 ago. 2021. doi: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v22i3.33944>

OLIVEIRA, A. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia da COVID-19. **Revista Tamoios**: v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50448> Acesso em: 16 ago. 2021. doi: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2020.50448>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra, 2002.

PEREIRA, V. A. Existências ameaçadas: A Educação Ambiental em tempos de COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 4, 21254-21271, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/9223#:~:text=Esse%20ensaio%20tem%20o%20prop%C3%B3sito,refletir%20sobre%20o%20tempo%20presente.> Acesso em: 16 ago. 2021. doi: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n4-337>

RASHID, T.; SELIGMAN, M. Psicoterapia positiva: manual do terapeuta. Artmed Editora, 2019.

SILVA, E. A.; MOURA, Y. G.; ZUGMAN, D. K. **Vulnerabilidades, Resiliência, Redes: Uso, Abuso e Dependência de Drogas**. São Paulo: Publicações, 2015.

SLUZKI, C. E. Personal social networks and health: Conceptual and clinical implications of their reciprocal impact. **Family Systems and Health**, v. 28, n. 1, p. 1-18, 2010. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20438199/> Acesso em: 16 ago. 2021. doi: <https://doi.org/10.1037/a0019061>

SOUZA, D. O. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Trab. educ. saúde**: v. 19, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/7rJ6TkW8Cs88QkbNwHfdkxb/> Acesso em: 16 ago. 2021. doi: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00311>

SOUZA, L. V. et al. Recursos da terapia narrativa de sessão única em tempos de pandemia e isolamento social. **Nova perspect. sist.**, São Paulo, v. 29, n. 67, p. 7-22, 2020. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/571> Acesso em: 16 ago. 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.38034/nps.v29i67.571>

SOUZA, M. T. S.; CERVENY, C. M. O. Resiliência Psicológica: Revisão da Literatura e Análise da Produção Científica. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 40, n. 1, p. 119-126, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v40n1/v40n1a13.pdf> Acesso em: 16 ago. 2021.

VIAPIANA, V. N.; GOMES, R. M.; ALBUQUERQUE, G. S. C. Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. **Saúde debate**, v. 42, n. 4, p. 175-186, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Y36fDqvZL5Js4nnWpXrYpBb/?lang=pt> Acesso em: 16 ago. 2021. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S414>

VICENTIN, V. F., LEME, M. I. S. Resolução de conflitos: sentimentos e justificativas de adolescentes. **Veras Revista acadêmica de Educação**: v. 4, n. 1, 2014. Disponível em: <https://site.veracruz.edu.br/instituto/revistaveras/index.php/revistaveras/article/view/151> Acesso em: 16 ago. 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.14212/veras.vol4.n1.ano2014.art151>

VIO, N. L.; FEIJÓ, M. R.; CAMARGO, M. L. A mediação de conflitos na escola: conceitos, origens, propostas e desafios. **Anais da XVII Semana da Pedagogia e Educação sob o olhar da Psicologia: reflexões para o contemporâneo**. IBILCE/UNESP: 2020, p. 397-462.

VIO, N. L., PASCOAL, I. O., CAMARGO, M. L., FEIJÓ, M. R. COVID-19 e o trabalho de docente: a potencialização de aspectos precários. **Brazilian Journal of Development**: v. 6, n. 10, p. 78717-78728, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/18345> Acesso em: 16 ago. 2021. doi: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n10-342>

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência, 2015 homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres; Organização Pan-Americana da Saúde; Organização Mundial da Saúde; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – Flacso, 2015. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 15 mar. 2020.

Anexos

**Estudo Precariedade no trabalho e o uso de substâncias psicoativas em
denunciantes e acusados de violência doméstica.**

Anexo 1 Parecer de aprovação

UNESP - FACULDADE DE CIÊNCIAS CAMPUS BAURU - JÚLIO DE MESQUITA FILHO 								
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP								
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA Título da Pesquisa: PRECARIIDADE NO TRABALHO E O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS EM DENUNCIANTES E ACUSADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA Pesquisador: Marianne Ramos Fejo Área Temática: Versão: 1 CAAE: 34146920.6.0000.5398 Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO Patrocinador Principal: Financiamento Próprio								
DADOS DO PARECER Número do Parecer: 4.158.973								
Apresentação do Projeto: Pesquisa sobre condições de trabalho e uso de substâncias, como o álcool, por pessoas que chegam à delegacia por questões de violência visando compreender se certas condições de trabalho e se o uso de substâncias têm relação com a violência. Será aplicada a 40 pessoas maiores de 18 anos e capazes que desejarem participar voluntariamente.								
Objetivo da Pesquisa: Discutir e analisar a relação entre a violência doméstica e uso de álcool e outras drogas com as condições de trabalho, de modo a identificar fatores de risco e estratégias de prevenção para denunciante e acusados de violência doméstica.								
Avaliação dos Riscos e Benefícios: Os procedimentos propostos não apresentam elevado risco para a saúde emocional ou física. Dos benefícios: a entrevista pode gerar reflexão e aprendizado, o que por sua vez poderá oportunizar mudanças importantes em ações, escolhas e formas de se relacionar e participar socialmente, além de poder contribuir para prevenir atos violentos dos quais a entrevistada pode voltar a ser vítima, tanto quanto outras mulheres em situação semelhante.								
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa: Pesquisa de abordagem quanti-qualitativa objetivando compreender as condições de vida e de trabalho e o uso de substâncias psicoativas em pessoas envolvidas em queixas de violência,								
<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td>Endereço: Av. Luiz Edmundo Carrão Coube, nº 14-01</td> <td>CEP: 17.033-360</td> </tr> <tr> <td>Bairro: CENTRO</td> <td></td> </tr> <tr> <td>UF: SP</td> <td>Município: BAURU</td> </tr> <tr> <td>Telefone: (14)3103-9400</td> <td>Fax: (14)3103-9400 E-mail: cepsquisa@fc.unesp.br</td> </tr> </table>	Endereço: Av. Luiz Edmundo Carrão Coube, nº 14-01	CEP: 17.033-360	Bairro: CENTRO		UF: SP	Município: BAURU	Telefone: (14)3103-9400	Fax: (14)3103-9400 E-mail: cepsquisa@fc.unesp.br
Endereço: Av. Luiz Edmundo Carrão Coube, nº 14-01	CEP: 17.033-360							
Bairro: CENTRO								
UF: SP	Município: BAURU							
Telefone: (14)3103-9400	Fax: (14)3103-9400 E-mail: cepsquisa@fc.unesp.br							

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS CAMPUS BAURU -
JÚLIO DE MESQUITA FILHO



Continuação do Parecer: 4.158.973

apresentadas em uma delegacia do interior do estado de São Paulo. Os dados serão coletados por meio de consulta a boletins de ocorrência, entrevista semiestruturada e aplicação dos instrumentos: Álcool Use Disorders Identification Test (AUDIT), Escala de Suporte Laboral (ESUL) e Inventário sobre o Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA) para denunciantes e acusados do ato de violência.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE cumpre suas funções específicas, numa linguagem clara e objetiva, onde constam as informações necessárias estabelecidas pela lei.

Recomendações:

Nada a recomendar.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nenhuma pendência ou inadequação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto considerado "aprovado" por estar em conformidade com os parâmetros legais, metodológicos e éticos analisados pelo colegiado deste CEP - Comitê de Ética em Pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1571220.pdf	25/06/2020 14:42:51		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	violadomalcooltrabalhoprojetocorrigidoplat.pdf	25/06/2020 14:42:22	Marianne Ramos Feijo	Aceito
Folha de Rosto	folharostoassinadaNataliaVio.pdf	13/06/2020 20:46:19	Marianne Ramos Feijo	Aceito
Outros	autorizinstituinaataliaVio.pdf	04/06/2020 15:59:17	Marianne Ramos Feijo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLENataliaVioPLatf.docx	04/06/2020 15:55:24	Marianne Ramos Feijo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01
Bairro: CENTRO CEP: 17.033-360
UF: SP Município: BAURU
Telefone: (14)3103-9400 Fax: (14)3103-9400 E-mail: cepsquisa@fc.unesp.br

Página 02 de 03

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS CAMPUS BAURU -
JÚLIO DE MESQUITA FILHO



Continuação do Parecer: 4.158.973

Não

BAURU, 16 de Julho de 2020

Assinado por:
Mário Lázaro Camargo
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01
Bairro: CENTRO CEP: 17.033-360
UF: SP Município: BAURU
Telefone: (14)3103-9400 Fax: (14)3103-9400 E-mail: cepsquisa@fc.unesp.br

Página 03 de 03

Anexo 2 AUDIT

AUDIT				
Circule o número que ficar mais próximo à resposta dada:				
1. Com que frequência você consome bebidas alcoólicas?				
(0) Nunca	(1) Uma vez por mês ou menos	(2) Duas a quatro vezes por mês	(3) Duas a três vezes por semana	(4) Quatro ou mais vezes por semana
2. Nas ocasiões em que bebe, quantas doses, copos ou garrafas você costuma tomar?				
(0) 1 ou 2 "doses"	(1) 3 ou 4 "doses"	(2) 5 ou 6 "doses"	(3) 7 a 9 "doses"	(4) 10 ou mais "doses"
3. Com que frequência você toma seis ou mais doses em uma ocasião?				
(0) Nunca	(1) Menos que uma vez ao mês	(2) Uma vez ao mês	(3) Uma vez por semana	(4) Todos os dias ou quase todos
4. Com que frequência, durante o último ano, você achou que não seria capaz de controlar a quantidade de bebida depois de começar?				
(0) Nunca	(1) Menos que uma vez ao mês	(2) Uma vez ao mês	(3) Uma vez por semana	(4) Todos os dias ou quase todos
5. Com que frequência, durante o último ano, você não conseguiu cumprir com algum compromisso por causa da bebida?				
(0) Nunca	(1) Menos que uma vez ao mês	(2) Uma vez ao mês	(3) Uma vez por semana	(4) Todos os dias ou quase todos
6. Com que frequência, durante o último ano, depois de ter bebido muito, você precisou beber pela manhã para se sentir melhor?				
(0) Nunca	(1) Menos que uma vez ao mês	(2) Uma vez ao mês	(3) Uma vez por semana	(4) Todos os dias ou quase todos
7. Com que frequência, durante o último ano, você sentiu culpa ou remorso depois de beber?				
(0) Nunca	(1) Menos que uma vez ao mês	(2) Uma vez ao mês	(3) Uma vez por semana	(4) Todos os dias ou quase todos
8. Com que frequência, durante o último ano, você não conseguiu se lembrar do que aconteceu na noite anterior por causa da bebida?				
(0) Nunca	(1) Menos que uma vez ao mês	(2) Uma vez ao mês	(3) Uma vez por semana	(4) Todos os dias ou quase todos
9. Alguma vez na vida você ou alguma outra pessoa já se machucou, se prejudicou porque você bebeu?				
(0) Não	(2) Sim, mas não no último ano	(4) Sim, durante o último ano		
10. Alguma vez na vida algum parente, amigo, médico ou outro profissional da saúde já se preocupou com você por causa de bebida ou te disse para parar de beber?				
(0) Não	(2) Sim, mas não no último ano	(4) Sim, durante o último ano		

Anexo 3 Inventário sobre o Trabalho e Risco de Adoecimento

Inventário sobre o Trabalho e Risco de Adoecimento (MENDES, 2007)

1 - Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho

Leia os itens abaixo e escolha a alternativa que melhor corresponde à avaliação que você faz do seu contexto de trabalho.

que você faz do seu contexto de trabalho.

1 Nunca	2 Raramente	3 Às vezes	4 Frequentemente	5 Sempre	
O ritmo de trabalho é excessivo	1	2	3	4	5
As tarefas são cumpridas com pressão de prazos	1	2	3	4	5
Existe forte cobrança por resultados	1	2	3	4	5
As normas para execução das tarefas são rígidas	1	2	3	4	5
Existe fiscalização do desempenho	1	2	3	4	5
O número de pessoas é insuficiente para se realizar as tarefas	1	2	3	4	5
Os resultados esperados estão fora da realidade	1	2	3	4	5
Existe divisão entre quem planeja e quem executa	1	2	3	4	5
As tarefas são repetitivas	1	2	3	4	5
Falta tempo para realizar pausas de descanso no trabalho	1	2	3	4	5
As tarefas executadas sofrem descontinuidade	1	2	3	4	5
As condições de trabalho são precárias	1	2	3	4	5
O ambiente físico é desconfortável	1	2	3	4	5
Existe muito barulho no ambiente de trabalho	1	2	3	4	5
O mobiliário existente no local de trabalho é inadequado	1	2	3	4	5
Os instrumentos de trabalho são insuficientes para realizar as tarefas	1	2	3	4	5
O posto/estação de trabalho é inadequado para a realização das tarefas	1	2	3	4	5
Os equipamentos necessários para a realização das tarefas são precários	1	2	3	4	5
O espaço físico para realizar o trabalho é inadequado	1	2	3	4	5
As condições de trabalho oferecem riscos à segurança das pessoas	1	2	3	4	5
O material de consumo é insuficiente	1	2	3	4	5
As tarefas não estão claramente definidas	1	2	3	4	5
A autonomia é inexistente	1	2	3	4	5
A distribuição das tarefas é injusta	1	2	3	4	5
Os funcionários são excluídos das decisões	1	2	3	4	5
Existem dificuldades na comunicação entre chefia e subordinados	1	2	3	4	5
Existem disputas profissionais no local de trabalho	1	2	3	4	5
Falta integração no ambiente de trabalho	1	2	3	4	5
A comunicação entre funcionários é insatisfatória	1	2	3	4	5
Falta apoio das chefias para o meu desempenho profissional	1	2	3	4	5
As informações de que preciso para executar minha tarefa são de difícil acesso	1	2	3	4	5

2 - Escala do Custo Humano do Trabalho

Agora escolha a alternativa que melhor corresponde à **avaliação** que você faz das **exigências decorrentes do seu contexto de trabalho**.

1 Nada exigido	2 Pouco exigido	3 Mais ou menos exigido	4 Bastante exigido	5 Totalmente exigido
-------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------	-------------------------

Usar a força física	1	2	3	4	5
Usar os braços de forma contínua	1	2	3	4	5
Ficar em posição curvada	1	2	3	4	5
Caminhar	1	2	3	4	5
Ser obrigado a ficar em pé	1	2	3	4	5
Ter que manusear objetos pesados	1	2	3	4	5
Fazer esforço físico	1	2	3	4	5
Usar as pernas de forma contínua	1	2	3	4	5
Usar as mãos de forma repetida	1	2	3	4	5
Subir e descer escadas	1	2	3	4	5
Desenvolver macetes	1	2	3	4	5
Ter que resolver problemas	1	2	3	4	5
Ser obrigado a lidar com imprevistos	1	2	3	4	5
Fazer previsão de acontecimentos	1	2	3	4	5
Usar a visão de forma contínua	1	2	3	4	5
Usar a memória	1	2	3	4	5
Ter desafios intelectuais	1	2	3	4	5
Fazer esforço mental	1	2	3	4	5
Ter concentração mental	1	2	3	4	5
Usar a criatividade	1	2	3	4	5
Ter controle das emoções	1	2	3	4	5
Ter que lidar com ordens contraditórias	1	2	3	4	5
Ter custo emocional	1	2	3	4	5
Ser obrigado a lidar com a agressividade dos outros	1	2	3	4	5
Disfarçar os sentimentos	1	2	3	4	5
Ser obrigado a elogiar as pessoas	1	2	3	4	5
Ser obrigado a ter bom humor	1	2	3	4	5
Ser obrigado a cuidar da aparência física	1	2	3	4	5
Ser bonzinho com os outros	1	2	3	4	5
Transgredir valores éticos	1	2	3	4	5
Ser submetido a constrangimentos	1	2	3	4	5
Ser obrigado a sorrir	1	2	3	4	5

3 - Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho

Avaliando o seu trabalho nos últimos seis meses, marque o número de vezes que ocorrem vivências positivas e negativas.

0 Nenhuma vez	1 Uma vez	2 Duas vezes	3 Três vezes	4 Quatro vezes	5 Cinco vezes	6 Seis ou mais vezes	
Satisfação	0	1	2	3	4	5	6
Motivação	0	1	2	3	4	5	6
Orgulho pelo o que faço	0	1	2	3	4	5	6
Bem-estar	0	1	2	3	4	5	6
Realização profissional	0	1	2	3	4	5	6
Valorização	0	1	2	3	4	5	6
Reconhecimento	0	1	2	3	4	5	6
Identificação com as minhas tarefas	0	1	2	3	4	5	6
Gratificação pessoal com as minhas atividades	0	1	2	3	4	5	6
Liberdade com a chefia para negociar o que precisa	0	1	2	3	4	5	6
Liberdade para falar sobre o meu trabalho com os colegas	0	1	2	3	4	5	6
Solidariedade com os colegas	0	1	2	3	4	5	6
Confiança entre os colegas	0	1	2	3	4	5	6
Liberdade para expressar minhas opiniões no local de trabalho	0	1	2	3	4	5	6
Liberdade para usar minha criatividade	0	1	2	3	4	5	6
Liberdade para falar sobre o meu trabalho com as chefias	0	1	2	3	4	5	6
Cooperação entre os colegas	0	1	2	3	4	5	6
Esgotamento emocional	0	1	2	3	4	5	6
Estresse	0	1	2	3	4	5	6
Insatisfação	0	1	2	3	4	5	6
Sobrecarga	0	1	2	3	4	5	6
Frustração	0	1	2	3	4	5	6
Insegurança	0	1	2	3	4	5	6
Medo	0	1	2	3	4	5	6
Falta de reconhecimento do meu esforço	0	1	2	3	4	5	6
Falta de reconhecimento do meu desempenho	0	1	2	3	4	5	6
Desvalorização	0	1	2	3	4	5	6
Indignação	0	1	2	3	4	5	6
Inutilidade	0	1	2	3	4	5	6
Desqualificação	0	1	2	3	4	5	6
Injustiça	0	1	2	3	4	5	6
Discriminação	0	1	2	3	4	5	6

4 - Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho

Os itens a seguir tratam dos tipos de problemas físicos, psicológicos e sociais que você avalia como causados, essencialmente, pelo seu trabalho. Marque o número que melhor corresponde à frequência com a qual eles estiveram presentes na sua vida nos últimos seis meses.

0	1	2	3	4	5	6
Nenhuma vez	Uma vez	Duas vezes	Três vezes	Quatro vezes	Cinco vezes	Seis ou mais vezes

Dores no corpo	0	1	2	3	4	5	6
Dores nos braços	0	1	2	3	4	5	6
Dor de cabeça	0	1	2	3	4	5	6
Distúrbios respiratórios	0	1	2	3	4	5	6
Distúrbios digestivos	0	1	2	3	4	5	6
Dores nas costas	0	1	2	3	4	5	6
Distúrbios auditivos	0	1	2	3	4	5	6
Alterações do apetite	0	1	2	3	4	5	6
Distúrbios da visão	0	1	2	3	4	5	6
Alterações do sono	0	1	2	3	4	5	6
Dores nas pernas	0	1	2	3	4	5	6
Distúrbios circulatórios	0	1	2	3	4	5	6
Amargura	0	1	2	3	4	5	6
Sensação de vazio	0	1	2	3	4	5	6
Sentimento de desamparo	0	1	2	3	4	5	6
Mau-humor	0	1	2	3	4	5	6
Vontade de desistir de tudo	0	1	2	3	4	5	6
Tristeza	0	1	2	3	4	5	6
Irritação com tudo	0	1	2	3	4	5	6
Sensação de abandono	0	1	2	3	4	5	6
Dúvida sobre a capacidade de fazer as tarefas	0	1	2	3	4	5	6
Solidão	0	1	2	3	4	5	6
Insensibilidade em relação aos colegas	0	1	2	3	4	5	6
Dificuldades nas relações fora do trabalho	0	1	2	3	4	5	6
Vontade de ficar sozinho	0	1	2	3	4	5	6
Conflitos nas relações familiares	0	1	2	3	4	5	6
Agressividade com os outros	0	1	2	3	4	5	6
Dificuldade com os amigos	0	1	2	3	4	5	6
Impaciência com as pessoas em geral	0	1	2	3	4	5	6

Anexo 4 Ata de Aprovação na qualificação**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA****Câmpus de Bauru****ATA DO EXAME GERAL DE QUALIFICAÇÃO DE NATALIA LEAL VIO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU**

Aos 02 dias do mês de setembro do ano de 2021, às 09:45 horas, no(a) Faculdade de Ciências (UNESP/Bauru), reuniu-se a Comissão Examinadora composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. MARIANNE RAMOS FEIJÓ (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia / Universidade Estadual Paulista, Profa. Adjunto ANA REGINA NOTO FARIA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicobiologia / Universidade Federal de São Paulo, Profa. Dra. VERA LUCIA MESSIAS FIALHO CAPELLINI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação / Faculdade de Ciências de Bauru, para o Exame Geral de Qualificação de NATALIA LEAL VIO, nos termos de Regulamento do Programa, tendo a discente recebido o conceito final: aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. MARIANNE RAMOS FEIJÓ

Apêndices

Estudo Precariedade no trabalho e o uso de substâncias psicoativas em denunciante e acusados de violência doméstica.

Apêndice 1- Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Com base na Resolução CNS 466/12, do Conselho Nacional de Saúde

Título da Pesquisa: “Precariedade no trabalho e uso de substâncias psicoativas em denunciante e acusados de violência doméstica”

As informações abaixo são fornecidas com o objetivo de lhe convidar a participar de uma pesquisa sobre condições de trabalho e uso de substâncias, como o álcool, por pessoas que chegam à delegacia por questões de violência. Isto significa compreender se certas condições de trabalho e se o uso de substâncias tem relação com a violência. Se decidir participar, a pesquisadora lhe fará algumas perguntas, preencherá um questionário junto com você e terá acesso ao Boletim de Ocorrência. A entrevista será feita em sala reservada, para garantir o sigilo de suas respostas e participação.

Objetivos da pesquisa

A pesquisa permitirá discutir e analisar a relação entre a violência doméstica e uso de álcool e outras drogas com as condições de trabalho, de modo a identificar fatores de risco e estratégias de prevenção para denunciante e acusados de violência doméstica.

Método

Os procedimentos a serem executados serão: leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; aplicação de três inventários* (preenchimento de questionários) e entrevista, que será gravada e transcrita, para posterior análise. Além disso, este termo concede autorização à pesquisadora para coletar dados referentes a seu Boletim de Ocorrência (idade, ocupação, renda, religião, estado civil, número de filhos, condições de vida, queixa e relatos, além de dados sobre a violência denunciada). Após a coleta de dados, o seu nome será retirado de todos os questionários aplicados e registros, para que você não seja identificado por outras pessoas. Somente o pesquisador saberá quem emitiu aquela resposta. Da mesma forma, ou seja, para garantir o sigilo sobre suas respostas e o anonimato sobre sua identidade, qualquer utilização de trechos do que você falar serão atribuídos a uma pessoa fictícia, com nome totalmente diferente do seu.

Esclarecimento sobre a participação na pesquisa

Os convidados poderão se recusar a participar ou poderão interromper a participação na pesquisa e retirar seu consentimento em qualquer etapa da mesma, sem nenhum tipo de penalização. Poderão também em qualquer momento buscar esclarecimentos relativos a pesquisa junto ao pesquisador responsável ou junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Unesp, cujo endereço se encontra a seguir.

Os dados coletados serão todos mantidos em sigilo, sendo apenas utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Assim, será mantida a confidencialidade e a privacidade dos participantes. As gravações em áudio, as transcrições das entrevistas e os dados coletados poderão ser utilizadas para fins científicos, incluindo publicações e participações em

Congressos, sempre com o compromisso ético de proteger a identidade sua e dos demais participantes.

Riscos e benefícios

Os procedimentos propostos não apresentam elevado risco para a sua saúde emocional ou física, mas se sentir algum desconforto, sobretudo por tocarmos em assuntos que lhe sejam desagradáveis e se isso lhe trazer algum mal-estar psicológico, você poderá manifestar ao

entrevistador, que se compromete a acolher e verificar a necessidade de acompanhamento ou encaminhamentos a profissionais qualificados.

Em se tratando dos benefícios, a entrevista pode gerar reflexão e aprendizado, o que por sua vez poderá oportunizar mudanças importantes em suas ações, escolhas formas de se relacionar e participação social. Além do que a pesquisa poderá contribuir para prevenir atos violentos dos quais você pode voltar a ser vítima, tanto quanto outras mulheres em situação semelhante a sua.

Ressarcimento e indenização

Não haverá nenhum tipo de despesa (gasto financeiro) pessoal para a sua participação neste estudo, assim como não haverá nenhum tipo de ganho.

Se, mesmo tendo sido tomados todos os cabíveis cuidados, for verificado algum dano (físico ou psicológico) resultante de sua participação na pesquisa, comprometemo-nos a ajudá-la(o) e, se for o caso, indenizá-la(o).

Este documento será impresso em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra será entregue a você.

Devido às informações que me foram apresentadas e esclarecidas, referentes aos procedimentos da pesquisa:

Eu,.....

..

RG:....., residente na Rua/Av.....na cidade de....., declaro que concordo em participar como voluntário(a) da pesquisa “Precariedade no trabalho e uso de substâncias psicoativas em denunciante e acusados de violência doméstica”.

Cidade:..... Data: ____/____/____

Assinatura da(o) voluntária(o)

Responsável pela pesquisa

Pesquisadores Responsáveis:

Profa. Dra. Marianne Ramos Feijó

Telefone (14) 3103-6000 Departamento de Psicologia. E-mail mariannefeijo@fc.unesp.br

Pós Graduanda Natália Leal Vio

Telefone (18)98805-8405. E-mail natalialealvio@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Unesp, Bauru

Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01. Bairro: Vargem Limpa. CEP 17033-360 - Bauru, SP

Fone: (14) 3103-9400 E-mail: cepesquisa@fc.unesp.br

*** Os questionários são intitulados AUDIT, ESUL e ITRA.**

Apêndice 2 Questionário semiestruturado

Questionário de Entrevista.

1. Você costuma beber diariamente? Se sim, conte mais sobre isso (em qual horário, como, com quem...)
2. Você possui algum familiar com problemas com o álcool? Se sim, conte mais sobre isso.
3. Houve alguma situação na qual teve vontade intensa de beber? Se sim, conte mais sobre isso.
4. Já sentiu necessidade de beber após um dia ruim no serviço? Se sim, conte mais sobre isso.
5. Você já ficou embriagado alguma vez? Como foi e o que tinha ocorrido antes de se embriagar?
6. Você percebe se intensificou o uso do álcool nos últimos tempos? Qual/ quais motivos atribui ao aumento do consumo?
7. Fale um pouco da sua relação com o/a acusado/ denunciante. Ele/ Ela também bebe? Se sim, como você definiria o uso de álcool do/ do acusado/ denunciante (normal, abusivo, às vezes exagera) e por quê?
8. A outra pessoa envolvida no conflito (denunciante/acusado) já ficou embriagada alguma vez? Você consegue pensar em algum motivo que a levou a beber mais? Poderia contar mais sobre essa situação?
9. Existe alguma situação familiar que lhe aborrece ou lhe causa sofrimento? Fale sobre esta situação e sobre como reage. Há algo que gostaria de mudar em relação à sua família (pessoas que moram com você)?
10. Você trabalha atualmente? Se sim, você gosta ou não do seu trabalho e por quê? Tente falar sobre o que mais gosta e não gosta no trabalho: do que faz, dos colegas de trabalho, dos benefícios de trabalho, do local de trabalho.
11. Você já havia tido algum conflito violento com acusado/ denunciante anteriormente? Se sim, como foi este conflito?
12. Alguma situação no trabalho te causa sofrimento ou te deixa aborrecido? Conte sobre essa situação.
13. Existe algo que você gostaria de mudar em relação ao seu trabalho? (mudar de emprego, de profissão, melhores benefícios).

Apêndice 3 Relatórios de pesquisa

Dia 1- 24/07/2020- A pesquisadora iniciou às 9h30min., foi apresentada à equipe e às instalações da instituição. Ela foi colocada na sala 12, onde deveria realizar as entrevistas, caso os participantes desejassem. À pesquisadora foi informado que, devido a pandemia, a DDM (Delegacia de Defesa da Mulher) não está realizando B.O. e o plantão policial ficou responsável pelos novos boletins. Contudo, eles mantêm as coletas de depoimento. Neste dia, apenas uma pessoa apareceu na DDM, entretanto o caso não era de violência doméstica. A pesquisadora encerrou às 12h.

Dia 2- 7/07/2020 A pesquisadora chegou à DDM às 9h30, cinco pessoas aguardavam atendimento na DDM. A pesquisadora conversou com uma mulher e um homem, mãe e filho, que relataram problemas com a irmã, que na verdade é sobrinha/ prima, mas foi criada com eles. Eles buscaram orientação porque esta parente sofria violência física e psicológica, além disso eles suspeitavam que o companheiro dela a ameaçava e praticaria violência sexual contra a filha dela. Eles mencionaram ainda que este companheiro fica mais violento ao beber e que ele se apropriou do dinheiro da parente deles. Depois, na sala 12, a pesquisadora realizou duas entrevistas, com dois acusados de violência, um homem e uma mulher. No período da tarde, a pesquisadora retornou às 15h e realizou uma entrevista com uma denunciante e encerrou às 16h30.

Dia 3- 31/07/2020- A pesquisadora chegou à DDM às 9h30, a delegacia estava vazia, os profissionais da instituição estavam realizando mudanças nas salas, por isso não haviam sujeitos para prestar depoimento, assim a pesquisadora foi embora às 12h.

Dia 4- 03/08/2020- A pesquisadora chegou à DDM às 9h30, cinco pessoas estavam aguardando atendimento, uma mulher jovem, um idoso, um adolescente junto à irmão de sete anos e à avó. A mulher jovem foi prestar depoimento, o idoso estava lá para pesquisar boletim e ao saber que não tinha sido feito, foi embora. A pesquisadora conversou com a idosa que mencionou estar lá para denunciar genro de maus tratos ao neto (que estava ao lado dela). Depois, outra mulher jovem chegou e a pesquisadora a entrevistou e por fim, entrevistou outra mulher que aguardava para prestar depoimento. Estas entrevistas foram realizadas na sala 14 e a primeira participante era denunciante e a segunda era denunciante e acusada. A pesquisadora encerrou às 12h.

Dia 5- 14/08/2020- A pesquisadora iniciou às 15h, uma mulher X aguardava e ela foi convidada para participar da pesquisa, X era denunciante, contudo antes que a entrevista se iniciasse X foi chamada para prestar depoimento e após isso, esta mulher tinha uma viagem marcada e não poderia dispor do tempo para a entrevista. Algum tempo depois outra denunciante Y chegou, uma das funcionárias da equipe informou a pesquisadora que esta denunciante é profissional do sexo e vem a delegacia há anos, sempre com a mesma queixa de abuso sexual do neto, supostamente praticado pela filha e genro dela. A funcionária informou que no início, eles abriram inquérito, mas concluíram que não havia indícios de abuso, contudo Y sempre insiste em acusar o genro e a filha. A profissional

disse suspeitar que Y sofreu violência sexual e “projeta” isso nos outros. Algum tempo depois, a pesquisadora ouviu uma discussão na qual Y chorava e gritava que ninguém entendia a situação dela e que ela iria buscar os direitos e acionar os contatos dela. Após isto, um escrivão gritou que se Y não se acalmasse, ela receberia voz de prisão. Outros escrivães foram à sala conversar com Y e tentar acalmá-la. Algum tempo depois, a filha que Y acusava chegou na delegacia e o escrivão que gritou com Y conversa com ela e com a pesquisadora, mencionou que há sete anos Y acusa a filha e genro sem provas e que a filha dela já tem medida protetiva contra a mãe, mas que isto não tem resolvido, ele disse não saber mais o que fazer, a filha de Y reclamou da situação e mencionou realizar acompanhamento no CRM e a pesquisadora questionou se Y já tinha sido encaminhada a algum serviço de saúde mental sugeriu que Y buscasse alguma ajuda. A pesquisadora encerrou às 17h.

Dia 6- 24/07- A pesquisadora chegou à DDM às 9h30, 2 mulheres esperavam atendimento denunciar pedofilia. Outra mulher chegou em crise, chorando muito, foi levada para prestar depoimento. A pesquisadora encerrou às 12h.

Dia 6- 27/07- A pesquisadora chegou à DDM às 9h30, três mulheres aguardavam o atendimento na DDM, a pesquisadora entrevistou duas delas, ambas denunciante. A pesquisadora encerrou às 12h.

Dia 7- 17/08- A pesquisadora chegou à DDM às 9h30, uma mulher aguardava atendimento, contudo as atendentes orientaram a pesquisadora a não conversar com ela porque ela estaria muito exaltada. Esta mulher foi chamada à depor, ela gritou com os atendentes e após quase receber voz de prisão, ela se acalmou e foi embora. Algum tempo depois surgiu a nora dessa mulher, pessoa contra a qual ela prestava queixas. Os atendentes informaram que a senhora costumava acusar a nora há anos, sempre com calúnias não comprovadas. A pesquisadora encerrou às 12h.

Dia 8- 18/08- A pesquisadora chegou à DDM às 9h30, uma mulher jovem aguardava para prestar depoimento, a pesquisadora convidou ela para participar da pesquisa, mas antes de assinar o termo ela foi chamada para depor. Outra mulher chegou, mas ela era advogada de um autor de violência que estava preso, ela estava exaltada. Duas mulheres chegaram, mãe e filha (adolescente), a pesquisadora conversou com elas, ambas mencionam serem vítimas de violência, mas a pesquisadora convidou para a entrevista apenas a mãe. Outra mulher apareceu, ela estava tremendo porque tinha medo do vizinho usuário de maconha que a ameaçou, esta mulher foi conversar com as atendentes e foi direcionada a outra delegacia. A pesquisadora encerrou às 12h.

Dia 9- 25/08- A pesquisadora iniciou às 15h, estava sentada e um homem apareceu, ela perguntou se ele iria responder a b.o na ddm, ele disse que não e começou a conversar com ela. Disse que sofreu um acidente de moto no início da pandemia e que foi abalado física e emocionalmente. Falou sobre se sentir mal por causa do isolamento da pandemia, mencionou sentir falta do trabalho como funcionário público. Depois, ele perguntou a pesquisadora sobre a pesquisa dela, ela explicou e ele disse que seria um caso para a pesquisa porque estava sendo supostamente injustamente acusado pela ex namorada. Ele aceitou participar, mas foi chamado para depor bem na hora. A pesquisadora convidou uma senhora para participar, esta senhora disse não querer falar sobre a situação dela,

apenas mencionou ter sofrido violência da filha e começou a chorar. A pesquisadora tentou conversar com esta senhora, perguntou o nome dela e ela disse que preferia não se identificar. A pesquisadora disse que caso ela quisesse conversar, ela estaria ao lado. A pesquisadora conversou com uma denunciante que estava acompanhada do filho, ela iria abrir boletim de ocorrência contra o ex marido, pai do filho dela, essa mulher participou da pesquisa e depois, a pesquisadora encerrou às 16h30.

Dia 10- 01/09- A pesquisadora chegou à DDM às 9h30, apenas uma mulher prestava depoimento e ela foi embora antes que a pesquisadora conseguisse conversar com ela. A pesquisadora encerrou às 12h.

Dia 11- 02/09- A pesquisadora chegou à DDM às 9h30, a pesquisadora não conversou com ninguém, a DDM estava vazia. A pesquisadora encerrou às 12h.

Dia 13- 05/09- A pesquisadora chegou à DDM às 9h30, duas mulheres denunciante se recusaram a participar da pesquisa, uma porque não tinha tempo, tinha deixado os filhos sozinhos. A outra disse ter medo de arranjar mais problemas. Essa última contou um pouco da história, mas sem se identificar. Mencionou que tem sido perseguida, ameaçada e difamada por um homem com quem saiu poucas vezes. Ela afirma que a vida tem sido muito difícil, tanto que ela pensa às vezes em desistir, só não o faz por causa dos dois filhos de 14 e 19. Ela teme perder o emprego porque o denunciado tem ido ao chefe dela difamá-la. Ela contou que o celular dela quebrou e este denunciado se propôs a consertar o aparelho, contudo ele pegou as imagens e conversas dela e expôs para a família, amigos e o chefe dela. A pesquisadora encerrou às 12h.

Dia 14- 08/10- A pesquisadora iniciou às 14h00, realizou uma entrevista com um acusado com o qual ela já tinha conversado há algum tempo. Depois chegaram duas mulheres com uma criança e a pesquisadora obteve que o caso delas tratava de denúncia de estupro da criança. A pesquisadora encerrou às 16h.

Dia 15- 14/10- A pesquisadora iniciou às 9h30, uma adolescente, um bebê e uma criança aguardavam e a pesquisadora obteve que a irmã dessa jovem estava prestando depoimento, mas a pesquisadora não conseguiu falar com ela. Uma criança, uma mulher grávida e um homem aguardavam e a pesquisadora conversou com eles e obteve que se tratava de caso de denúncia de estupro da criança. A pesquisadora encerrou às 12h.

Dia 16- 6/11/2020- A pesquisadora chegou à instituição às 9h30 e permaneceu até às 12h30, um homem prestava depoimento, mas ele não saiu antes das 12, quando a pesquisadora foi embora.

Dia 17- 30/11- A pesquisadora iniciou às 9h30, uma mulher veio à DDM para prestar depoimento. Outra mulher chegou à delegacia, a pesquisadora conversou com ela e obteve que ela não veio para a DDM. A pesquisadora encerrou às 12h.

Anexos Estudo O trabalho, a saúde e as relações familiares de docentes e discentes na pandemia: vulnerabilidades e forças

Anexo 1 Parecer de aprovação Docentes

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS CAMPUS BAURU -
JÚLIO DE MESQUITA FILHO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Impactos da pandemia por Covid-19 em docentes do Ensino Superior

Pesquisador: Mário Lázaro Camargo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 39149920.0.0000.5398

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.355.136

Apresentação do Projeto:

A pesquisa tem como foco a precarização do trabalho docente junto ao ensino superior na associação com o atual cenário mundial caracterizado pela pandemia de COVID-19, uma vez que este vai circunscrever a atuação docente numa condição de isolamento e alta demanda de trabalho, gerando sentimentos como medo, insegurança, dúvidas quanto ao futuro numa sobreposição de tarefas que mistura atividades profissionais com aquelas de natureza doméstica e da maternidade. Os participantes serão docentes de ensino superior da rede pública e privada, que trabalham de forma efetiva ou temporária, incluindo também docentes do IES que tenham perdido o emprego após o início da pandemia de COVID-19. Para a coleta de dados será aplicado um questionário elaborado que será divulgado via e-mail e/ou redes sociais, por um aplicativo de formulários, o Google Forms. Antes porém será aplicado um questionário-piloto, com quatro docentes que se enquadram nos critérios estabelecidos para a pesquisa, a fim de realizar melhorias no instrumento antes de iniciar a coleta dos dados. Os dados passarão por análises estatística e de conteúdo.

Objetivo da Pesquisa:

Geral: Investigar os impactos dessa pandemia nos docentes do Ensino Superior de instituições públicas e privadas.

Específicos:

1. Verificar como os professores do Ensino Superior de instituições públicas e privadas tem se

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01

Bairro: CENTRO **CEP:** 17.033-360

UF: SP **Município:** BAURU

Telefone: (14)3103-9400 **Fax:** (14)3103-9400 **E-mail:** cepesquisa.fc@unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS CAMPUS BAURU -
JÚLIO DE MESQUITA FILHO



Continuação do Parecer: 4.355.136

adequado para conciliar o teletrabalho e os serviços domésticos de cuidados com a casa e com os membros da casa;

2. Identificar mudanças ocasionadas pela pandemia no vínculo, renda, modo de realizar/organizar a rotina de trabalho de docente;
3. Investigar mudanças decorrentes da pandemia nas relações familiares e rotina do lar;
4. Investigar vulnerabilidades e potencialidades destes sujeitos e suas famílias na pandemia.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos se mostram claros e detalhados no TCLE: "[...] risco de experimentar desconforto psicológico ou de alteração no estado de humor uma vez que algumas perguntas do questionário podem mobilizar conteúdos emocionais considerados desagradáveis por você. Caso isto ocorra durante ou após você responder este questionário, os responsáveis pela pesquisa estarão disponíveis para acolher a sua demanda e realizar os devidos encaminhamentos para o serviço de atenção mais adequado, sem ônus para você". O mesmo ocorre com os benefícios: "[...] participar desta pesquisa pode propiciar reflexão sobre suas condições atuais de vida e de trabalho. Também auxilia a construção de novos saberes científicos, futuramente possíveis de serem socializados com a comunidade".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está bem escrita e apresenta a demarcação clara e a justificativa do objeto de investigação. Envolve ainda boa e atualizada fundamentação teórica sobre a temática. A metodologia é cuidadosamente apresentada, explicitando cada passo do desenvolvimento do estudo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresenta, de modo detalhado, todos as características do estudo, de modo a esboçar uma preocupação com uma explicação adequada ao participante. São contemplados todos os itens exigidos pelas Resoluções 466/2012 e 510/2016, a saber: linguagem clara e detalhada sobre quais e como serão as ações de cada momento do estudo para os participantes; riscos, benefícios, confidencialidade, ressarcimentos, contatos dos pesquisadores e do Comitê de Ética envolvido.

Recomendações:

Não há.

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01
Bairro: CENTRO CEP: 17.033-360
UF: SP Município: BAURU
Telefone: (14)3103-9400 Fax: (14)3103-9400 E-mail: cepesquisa.fc@unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS CAMPUS BAURU -
JÚLIO DE MESQUITA FILHO



Continuação do Parecer: 4.355.136

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto considerado "aprovado" por estar em conformidade com os parâmetros legais, metodológicos e éticos analisados pelo colegiado deste CEP - Comitê de Ética em Pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1640122.pdf	14/10/2020 08:08:07		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	14/10/2020 08:06:54	Mário Lázaro Camargo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetocoviddocentes.docx	14/10/2020 08:06:32	Mário Lázaro Camargo	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinada.pdf	14/10/2020 07:59:17	Mário Lázaro Camargo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BAURU, 22 de Outubro de 2020

Assinado por:

Maria do Carmo Monteiro Kobayashi
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01
Bairro: CENTRO CEP: 17.033-360
UF: SP Município: BAURU
Telefone: (14)3103-9400 Fax: (14)3103-9400 E-mail: capesquisa.fc@unesp.br

Anexo 2 Parecer de aprovação Discentes

UNESP - FACULDADE DE CIÊNCIAS CAMPUS BAURU - JÚLIO DE MESQUITA FILHO	
--	--

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Impactos da Pandemia por Covid-19 em Discentes do Ensino Superior

Pesquisador: Marianne Ramos Feijo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 39474720.4.0000.5398

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.390.692

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa caracterizada como transversal exploratória, com levantamento de dados qualitativos e quantitativos, sobre os impactos de uma situação pandêmica, sem precedentes, em discentes do ensino superior da rede pública e privada. Participarão do estudo, discentes de diversas universidades públicas e particulares, que estejam realizando atividades e estudos de forma online em um caráter emergencial, devido a pandemia da Covid-19 e que tenham 18 anos ou mais. Aproximadamente 200 discentes brasileiros e 100 discentes mexicanos participarão da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Investigar os impactos dessa pandemia nos discentes do Ensino Superior de instituições públicas e privadas.

Objetivo Secundário:

1. Verificar como os alunos do Ensino Superior de instituições públicas e privadas tem se adequado para conciliar os estudos remotos e os serviços domésticos de cuidados com a casa e com os membros da casa;
2. Identificar mudanças ocasionadas pela pandemia no vínculo, renda, modo de realizar/organizar a rotina de estudos dos discentes;
3. Investigar mudanças decorrentes da pandemia nas relações familiares e/ou com amigos e rotina do lar;

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01			
Bairro: CENTRO		CEP: 17.033-360	
UF: SP	Município: BAURU		
Telefone: (14)3103-9400	Fax: (14)3103-9400	E-mail: cepesquisa.fc@unesp.br	

Continuação do Parecer: 4.390.692

4. Investigar vulnerabilidades e potencialidades destes sujeitos e da família e/ou amigos deles na pandemia.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos são relativos ao conteúdo coletado pelo questionário, caso se tomem públicos, entretanto ressalta-se o empenho dos pesquisadores para os dados de identificação e localização dos participantes em sigilo. Tais dados constam apenas no TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que, por sua vez, permanecerá sob os cuidados dos pesquisadores (primeira via) e seu (segunda via); - risco em experimentar desconforto psicológico ou de alteração no estado de humor uma vez que algumas perguntas do questionário podem mobilizar conteúdos emocionais considerados desagradáveis por você. Caso isto ocorra durante ou após você responder este questionário, os responsáveis pela pesquisa estarão disponíveis para acolher a sua demanda e realizar os devidos encaminhamentos para o serviço de atenção mais adequado, sem ônus para você.

Quanto aos benefícios, participar desta pesquisa pode propiciar reflexão sobre suas condições atuais de vida e de estudo. Também auxilia a construção de novos saberes científicos, futuramente possíveis de serem socializados com a comunidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um projeto interessante e relevante, sendo que, os procedimentos metodológicos sugeridos estão condizentes com as necessidades e os objetivos propostos pelo projeto. Um questionário adaptado do questionário que será aplicado com docentes (Vio, Pascoal Camargo & Feijó, 2020) elaborado pelos autores que, será divulgado via email e/ou redes sociais, por um aplicativo de formulários Google Forms. Tal questionário será traduzido para língua espanhola, para aplicação com aproximadamente 100 mexicanos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não existe óbice ético.

Recomendações:

Nenhuma.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não existe pendência.

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01
Bairro: CENTRO CEP: 17.033-360
UF: SP Município: BAURU
Telefone: (14)3103-9400 Fax: (14)3103-9400 E-mail: cnpesquisa.fc@unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS CAMPUS BAURU -
JÚLIO DE MESQUITA FILHO



Continuação do Parecer: 4.390.692

Considerações Finais a critério do CEP:

Parecer emitido em modalidade ad referendum em função da temática da pesquisa estar relacionada à pandemia de Covid-19.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1649481.pdf	21/10/2020 21:57:58		Aceito
Folha de Rosto	folharostopandemiadiscentesassinada.pdf	21/10/2020 21:55:56	Marianne Ramos Feijó	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEcoviduniversitarios.odt	16/10/2020 20:33:10	Marianne Ramos Feijó	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	coviduniversitarios.odt	16/10/2020 20:30:56	Marianne Ramos Feijó	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BAURU, 10 de Novembro de 2020

Assinado por:
Maria do Carmo Monteiro Kobayashi
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01
Bairro: CENTRO CEP: 17.033-360
UF: SP Município: BAURU
Telefone: (14)3103-9400 Fax: (14)3103-9400 E-mail: cepesquisa.fc@unesp.br

Apêndices Estudo O trabalho, a saúde e as relações familiares de docentes e discentes na pandemia: vulnerabilidades e forças

Apêndice 1- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos Docentes

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

**Conforme Resoluções 466/12 e 510/16, do Conselho Nacional de Saúde –
CNS**

Título da pesquisa: Impactos da pandemia por covid-19 no trabalho de docentes do Ensino Superior de instituições públicas e privadas

Pesquisadores responsáveis: Isabella de Oliveira Pascoal, Natália Leal Vio, Prof. Dr. Mário Lázaro Camargo, Profa. Dra. Marianne Ramos Feijó

Você está sendo convidada(o) a participar desta pesquisa cujo objetivo é compreender os impactos da pandemia da COVID-19 em docentes de instituições de ensino superior públicas e privadas, principalmente em relação ao trabalho remoto e a organização da rotina diária. Caso concorde em participar desta pesquisa, responderá a um questionário cuja duração será de aproximadamente vinte minutos. Seus dados de identidade e localização serão mantidos em sigilo, os conteúdos da sua participação, bem como dos demais participantes, poderão ser utilizados em publicações científicas, mas sempre com a omissão de sua identidade e dados de sua localização. Sua participação é livre e voluntária, podendo você desistir da participação na pesquisa a qualquer momento, o que, aliás, não lhe trará prejuízo algum. Também é importante lhe informar que sua participação na pesquisa não implica no ganho de nenhum benefício ou vantagem material, nem tampouco lhe trará necessidade de gastos de recursos financeiros próprios, sobretudo porque a coleta de dados será realizada de forma *on line*. Dada a natureza da presente pesquisa e o conteúdo investigado, você poderá correr alguns riscos:

- relativos ao conteúdo coletado pelo questionário, caso se tornem públicos, entretanto ressalta-se o empenho dos pesquisadores para os dados de identificação e localização dos participantes em sigilo. Tais dados constam apenas no TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que, por sua vez, permanecerá sob os cuidados dos pesquisadores (primeira via) e seu (segunda via);
- risco de experimentar desconforto psicológico ou de alteração no estado de humor uma vez que algumas perguntas do questionário podem mobilizar conteúdos emocionais considerados desagradáveis por você. Caso isto ocorra durante ou após você responder este questionário, os responsáveis pela pesquisa estarão disponíveis para acolher a sua demanda e realizar os devidos encaminhamentos para o serviço de atenção mais adequado, sem ônus para você.

Sobre os benefícios, participar desta pesquisa pode propiciar reflexão sobre suas condições atuais de vida e de trabalho. Também auxilia a construção de novos saberes científicos, futuramente possíveis de serem socializados com a comunidade.

Agradecemos sua colaboração e colocamo-nos à disposição para quaisquer necessários

esclarecimentos no endereço, telefone e e-mail abaixo apresentados.

Os dados de contato e localização dos responsáveis pela pesquisa e do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Unesp de Bauru estarão disponíveis abaixo, caso você necessite para esclarecer alguma dúvida ou realizar algum comunicado sobre sua participação na pesquisa, manifestação de desejo de não participação ou ainda, alguma denúncia em relação a procedimentos que, ao seu ver e sentir, não tenham sido adequados.

Apêndice 2- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos Discentes

Olá! Esperamos que esteja bem!

Gostaríamos de saber se você é ALUNO de algum curso de GRADUAÇÃO em uma instituição de ensino superior (IES).

Se sim, poderia dedicar alguns minutos do seu tempo para responder este questionário? Trata-se de uma pesquisa desenvolvida por pesquisadores da Faculdade de Ciências da Unesp, campus de Bauru, com intuito de verificar as condições de vida, de estudo e de trabalho de alunos do ensino superior durante este momento de pandemia de COVID-19.

Abaixo traremos mais informações sobre a pesquisa e sua participação no termo de consentimento e, depois, caso aceite participar, responderá as questões que não tomarão mais do que 20 minutos do seu tempo!

Agradecemos desde já!

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Conforme Resoluções 466/12 e 510/16, do Conselho Nacional de Saúde – CNS

Título da pesquisa: Impactos da pandemia por covid-19 em discentes do Ensino Superior de instituições públicas e privadas

Pesquisadores responsáveis: Isabella de Oliveira Pascoal, Laura Collazos, Natália Leal Vio, Prof. Dr. Mário Lázaro Camargo, Profa. Dra. Marianne Ramos Feijó, Prof^{ra}. Me. Hermelinda Leal

Você está sendo convidada(o) a participar desta pesquisa cujo objetivo é compreender os impactos da pandemia da COVID-19 em discentes de instituições de ensino superior públicas e privadas, principalmente em relação ao estudo remoto e a organização da rotina diária. Caso concorde em participar desta pesquisa, responderá a um questionário cuja duração será de aproximadamente vinte minutos. Seus dados de identidade e localização serão mantidos em sigilo, os conteúdos da sua participação, bem como dos demais participantes, poderão ser utilizados em publicações científicas, mas sempre com a omissão de sua identidade e dados de sua localização. Sua participação é livre e voluntária, podendo você desistir da participação na pesquisa a qualquer momento, o que, aliás, não lhe trará prejuízo algum. Também é importante lhe informar que sua participação na pesquisa não implica no ganho de nenhum benefício ou vantagem material, nem tampouco lhe trará necessidade de gastos de recursos financeiros próprios, sobretudo porque a coleta de dados será realizada de forma on-line. Dada a natureza da presente pesquisa e o conteúdo investigado, você poderá correr alguns riscos:

- Relativos ao conteúdo coletado pelo questionário, caso se tornem públicos, entretanto ressalta-se o empenho dos pesquisadores para os dados de identificação e localização dos participantes em sigilo. Tais dados constam apenas no TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que, por sua vez, permanecerá sob os cuidados dos pesquisadores (primeira via) e seu (segunda via);

- Risco de experimentar desconforto psicológico ou de alteração no estado de humor uma vez que algumas perguntas do questionário podem mobilizar conteúdos emocionais considerados desagradáveis por você. Caso isto ocorra durante ou após você responder este questionário, os responsáveis pela pesquisa estarão disponíveis para acolher a sua demanda e realizar os devidos encaminhamentos para o serviço de atenção mais adequado, sem ônus para você.

Sobre os benefícios, participar desta pesquisa pode propiciar reflexão sobre suas condições atuais de vida e de trabalho. Também auxilia na construção de novos saberes científicos, futuramente possíveis de serem socializados com a comunidade.

Agradecemos sua colaboração e colocamo-nos à disposição para quaisquer necessários esclarecimentos no endereço, telefone e e-mail abaixo apresentados.

Os dados de contato e localização dos responsáveis pela pesquisa e do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Unesp de Bauru estarão disponíveis abaixo, caso você necessite para esclarecer alguma dúvida ou realizar algum comunicado sobre sua participação na pesquisa, manifestação de desejo de não participação ou ainda, alguma denúncia em relação a procedimentos que, ao seu ver e sentir, não tenham sido adequados.

Pesquisadores responsáveis:

Prof. Dr. Mário Lázaro Camargo – Psicólogo – CRP 06/66641

Unesp – Faculdade de Ciências, Departamento de Psicologia, Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01,

Bairro: Vargem Limpa, Bauru, SP,

Telefone: (14) 3103-9759 – E-mail: mario.camargo@unesp.br

Prof. Dra. Marianne Ramos Feijós

Unesp – Faculdade de Ciências, Departamento de Psicologia, Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01,

Bairro: Vargem Limpa, Bauru, SP,

Telefone: (14) 3103-9759 – E-mail: marianne.r.feijo@unesp.br

Prof. Me. Hermelinda Leal

E-mail: hermelinda.leal@udem.edu

Isabella de Oliveira Pascoal– E-mail: isabella.pascoal@unesp.br

Natália Leal Vio– E-mail: natalialealvio@gmail.com

Laura Sofia Collazos– E-mail: laura.collazosr@udem.edu

Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciência- Unesp

Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01, Bairro: Vargem Limpa, Bauru, SP, Fone: (14)

3103-9400, E-mail: cepesquisa@fc.unesp.br

Pesquisadores responsáveis:

Prof. Dr. Mário Lázaro Camargo – Psicólogo – CRP 06/66641

Unesp – Faculdade de Ciências, Departamento de Psicologia, Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01,

Bairro: Vargem Limpa, Bauru, SP,

Telefone: (14) 3103-9759 – Email: mario.camargo@unesp.br

Prof. Dra. Marianne Ramos Feijós

Unesp – Faculdade de Ciências, Departamento de Psicologia, Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01,

Bairro: Vargem Limpa, Bauru, SP,

Email: marianne.r.feijo@unesp.br

Isabella de Oliveira Pascoal – Email:

isabella.pascoal@unesp.br Natália Leal Vio – Email:

natalialealvio@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciência- Unesp

Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01, Bairro: Vargem Limpa, Bauru, SP, Fone: (14) 3103-9400, E-mail: cepesquisa@fc.unesp.br